

**BELA - BLOG  
ESTUDOS DO LAZER  
COLETÂNEA DE TEXTOS  
(2020-2021)**

DANILO DA SILVA RAMOS  
RAFAEL FORTES  
(ORGANIZADORES)

**Atena**  
Editora  
Ano 2023

The background of the cover is a complex, abstract black and white illustration. It features several stylized faces with prominent, angular features and large eyes. Some faces appear to be looking towards the viewer, while others are partially obscured or in profile. The drawing style is expressive, with thick black lines and areas of white space. There are also some hand-like shapes and other abstract forms scattered throughout the composition, creating a sense of movement and depth.

# BELA - BLOG ESTUDOS DO LAZER COLETÂNEA DE TEXTOS (2020-2021)

DANILO DA SILVA RAMOS  
RAFAEL FORTES  
(ORGANIZADORES)

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

**Imagens da capa**

Igor Maciel da Silva

**Edição de arte**

Danilo da Silva Ramos

2023 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2023 Os autores

Copyright da edição © 2023 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial****Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano

Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras

Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade do Estado de Mato Grosso

Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Edevaldo de Castro Monteiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Renato Jaqueto Goes – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

## BELA - Blog Estudos do Lazer - Coletânea de textos (2020-2021)

**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Soellen de Britto  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** Os autores  
**Organizadores:** Danilo da Silva Ramos  
Rafael Fortes

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)</b>	
B425	BELA - Blog Estudos do Lazer - Coletânea de textos (2020-2021) / Organizadores Danilo da Silva Ramos, Rafael Fortes. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2023.  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-1062-1 DOI: <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.621231702">https://doi.org/10.22533/at.ed.621231702</a>  1. Lazer - Estudo e ensino - Programa de atividades. I. Ramos, Danilo da Silva (Organizador). II. Fortes, Rafael (Organizador). III. Título.  CDD 790.07
<b>Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166</b>	

**Atena Editora**  
Ponta Grossa – Paraná – Brasil  
Telefone: +55 (42) 3323-5493  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

Este livro reúne textos publicados no BELA – Blog Estudos do Lazer, iniciativa surgida para a divulgação acadêmica de pesquisas desenvolvidas no âmbito do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer (PPGIEL), da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (EEFFTO) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O nome do blog foi uma sugestão de Bruno Ocelli, egresso do PPGIEL.

O BELA estreou em 12 de junho de 2020, com a apresentação de seus objetivos, vinculação e o primeiro calendário de publicação. A participação nas publicações é feita de forma voluntária, bem como a administração do blog, a nosso cargo. No primeiro momento, toda a comunidade acadêmica do PPGIEL (egressos/as, discentes e docentes) foi convidada a participar. A partir da manifestação dos interessados, foi organizado o primeiro calendário de publicações. No momento em que escrevemos, o blog está em seu terceiro calendário.

O espaço é construído, atualizado e mantido por seus autores e autoras sem passar por determinados filtros que em geral atrasam e inviabilizam processos ágeis e periódicos de publicação. Até o momento, o site conta com 9.256 acessos oriundos de 29 países, entre os quais, além do Brasil, Estados Unidos da América, Portugal, Irlanda, Argentina, Uruguai, Colômbia e França.<sup>1</sup>

Nossa coletânea está dividida em cinco seções: 1) Formação, mercado, atuação profissional e políticas públicas; 2) Jogos eletrônicos e artes; 3) Teoria, epistemologia e debates; 4) Grupos sociais; e 5) História do Lazer.

Agradecemos à coordenação do PPGIEL e ao Colegiado do Programa pela decisão de aprovar o financiamento para a publicação deste ebook. Registramos também nossos agradecimentos a todos, todas e todes que fazem parte desta iniciativa e nos auxiliam a manter o BELA no ar.

Danilo da Silva Ramos

Rafael Fortes

Belo Horizonte/Rio de Janeiro, novembro de 2022

---

<sup>1</sup> Publicamos um resumo no II Congresso Científico da Rede Internacional em Estudos Culturais (RIEC) com maiores detalhes da produção do blog. Disponível em <https://riec2022.riec.info/wp-content/uploads/sites/2/2022/08/Coletanea-RIEC2022.pdf>.



## **FORMAÇÃO, MERCADO, ATUAÇÃO PROFISSIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS**

FORMAÇÃO PROFISSIONAL E ATUAÇÃO NO LAZER: ALGUMAS REFLEXÕES..... 1

Marcília de Sousa Silva

TURISMO ESPORTIVO: DAS CORRIDAS À GASTRONOMIA.....5

Aládia Cristina Rodrigues Medina

Ana Cláudia Porfírio Couto

Christianne Salum

Karine Oliveira

Taciana Oliveira

DIRETRIZES NACIONAIS PARA O TURISMO SOCIAL NO BRASIL: AGORA VAI?!.....9

Jordania de Oliveira Eugenio

LAZER, ESCOLA E EDUCAÇÃO: POSSIBILIDADES INTERSECCIONAIS.....12

Cathia Alves

DO PAPEL AO COTIDIANO: PERCEPÇÕES INICIAIS SOBRE UM PROJETO DE EXTENSÃO INSPIRADO NOS ESTUDOS DO LAZER.....25

Bruno Ocelli Ungheri

## **JOGOS ELETRÔNICOS E ARTES**

IMAGENS DO LAZER NA PINTURA DE AUGUST MACKE.....30

Elcio Loureiro Cornelsen

DANÇA DIGITAL: NOVAS POSSIBILIDADES PARA A DANÇA E PARA O CORPO QUE DANÇA.....41

Paola Luzia Gomes Prudente

JOGO ELETRÔNICO, E-SPORT OU APENAS JOGO.....44

Rodrigo Lage Pereira Silva

JUST DANCE: ALGUMAS DEMARCAÇÕES DE GÊNERO ESTABELECIDAS COREOGRAFICAMENTE.....47

Paola Luzia Gomes Prudente

LAZER E NEGRITUDE EM “LADO B LADO A” – O RAPPA.....49

Danilo da Silva Ramos

## **TEORIA, EPISTEMOLOGIA E DEBATES**

O QUE É LAZER AFINAL?.....54

Cleber Dias

A IMPORTÂNCIA DO LAZER OU A VERGONHA DE SER FELIZ.....59

Flávia da Cruz Santos

AS CONTRIBUIÇÕES DE BOURDIEU PARA DIÁLOGOS POSSÍVEIS NO

CAMPO DO LAZER.....	61
Marcília de Sousa Silva	
DEVANEIOS SOBRE MERCADO E AS (NÃO) POSSIBILIDADES DE PESQUISA NO CAMPO DE LAZER.....	68
Rodrigo Lage Pereira Silva	
SOBRE LAZER, LIBERDADE E A OUSADIA DE SONHAR UM MUNDO NOVO....	71
Mauro Lúcio Maciel Júnior	
PANDEMIA OU CRISE SEM FIM?.....	74
Namuetcha Silva Ricardo	

## **GRUPOS SOCIAIS**

ENTRE COLONIZAÇÃO E RESISTÊNCIA: ENCONTROS NOS E COM OS JOGOS DOS POVOS INDÍGENAS.....	77
Cláudia Regina Bonalume	
DIVIDIRAM ATÉ OS BANCOS DE CONCRETO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS...84	
Jordania de Oliveira Eugenio	
O LEGADO DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL: CONDIÇÕES PARA O LAZER DE MULHERES NEGRAS NO SÉCULO XXI.....	87
Keila Souza	
PANDEMIA, LAZER E GÊNERO: BREVES REFLEXÕES.....	91
Fernanda Santos de Abreu	

## **HISTÓRIA**

E FEVEREIRO, TEM CARNAVAL?.....	96
Denise Falcão	
MULHERES NAS DIVERSÕES EM BARBACENA-MG NO INÍCIO DO SÉCULO XX.....	105
Igor Maciel da Silva	
ALGUMAS NOTAS PARA SE PENSAR O CINEMA COMO FONTE DE PESQUISA HISTÓRICA NOS ESTUDOS DO LAZER.....	108
Romilda Aparecida Lopes	
DIVERSÃO – PALAVRA FEMININA – NO INÍCIO DO SÉCULO XX.....	112
Igor Maciel da Silva	

<b>SOBRE OS AUTORES .....</b>	<b>116</b>
-------------------------------	------------

FORMAÇÃO, MERCADO, ATUAÇÃO  
PROFISSIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

# FORMAÇÃO PROFISSIONAL E ATUAÇÃO NO LAZER: ALGUMAS REFLEXÕES

Marcília de Sousa Silva

Eu aceitei o desafio da participação proposto por este espaço importante de debate e divulgação de conhecimentos no campo dos Estudos do Lazer. Dessa forma, busco contribuir com algumas reflexões que instigaram minha trajetória de vida e que nortearam os processos acadêmicos como professora e pesquisadora. Para o diálogo sobre formação e atuação no âmbito do lazer e entendimento do leitor, julgo que é necessário a apresentação de algumas concepções e teorias nas quais balizo a construção desse texto.

Sob a égide dos Estudos Culturais tenho procurado embasar minhas discussões sobre lazer e educação por compreender que o aporte teórico permite a visibilidade do multiculturalismo, possibilita desafiar práticas silenciadoras de identidades culturais, bem como reconhece as linguagens e representações construídas na dinâmica da academia e da vida prática.

Nesta ótica, entendo a Educação constituída por formação ética, estética e política, tendo a pluralidade como princípio educativo e, que pensada de forma ampla, se configura numa relação dialógica entre instrução/educação. Compartilho com Gallo (2008) a ideia de que por meio da instrução os sujeitos tomam posse de instrumentos para decodificar o universo da leitura e escrita, porém não os deixam aptos a relacionarem com o mundo de maneira plena e satisfatória, sendo necessário acrescentar a formação social. Assim, a Educação, também, dar-se-á por meio do exercício de posturas e relacionamentos que sejam expressão da liberdade, justiça, democracia, protagonismo, autenticidade e responsabilidade.

Parto do princípio que a Educação se concretiza na relação entre a dinâmica da vida e da instituição de ensino. Minha premissa é que o Lazer se constitui na relação com as dimensões da vida e apresenta uma complexidade semântica, histórica, social, política e cultural. E, ao tratar dos Estudos do Lazer, considero o contexto da ampliação do mercado do lazer, as potencialidades do lazer como fenômeno que contribui para a qualidade de vida, o lazer como direito social, as relação que estabelece com a organização da vida das pessoas e seus tempos e barreiras sociais, com elementos característicos da modernidade, como mercado, consumo, indústria do entretenimento, ofertas e possibilidades de vivência.

Uma imersão no campo dos Estudos do Lazer provoca inquietações a partir de temáticas que o relacionam com educação, saúde, trabalho, família, gênero, religião, turismo e, dentre tantas, a formação profissional. Assim, percebo a necessidade de investir em reflexões acerca da formação para produção de atuação qualificada, consistente e

consciente. Uma atuação que, numa perspectiva freireana, seja comprometida com posicionamentos críticos sobre a realidade social e com o engajamento e reação como um ato político.

Nesse sentido, para falar da formação profissional no âmbito do lazer estou me referindo a um processo educativo que reflita e busque superar o atendimento às perspectivas de um ensino tradicional das nossas instituições acadêmicas. Vislumbro uma formação profissional orientada para o conhecimento, a cultura, a crítica e que ultrapasse a orientação única do domínio de conteúdos específicos e técnicas, ainda presente nos sistemas de ensino. Desse modo, penso sobre a formação profissional consolidada a partir da interdisciplinaridade e múltiplos olhares para a construção de novas abordagens por meio da contribuição de outros campos e áreas de conhecimento.

Na trilha da reflexão proposta, dialogo sobre a formação profissional em lazer como espaço de aprendizagens que permita um olhar para a realidade social de forma libertadora. Com isso, os sujeitos participantes dos processos formativos tomam conhecimento das coisas do mundo, da realidade social e engajam-se politicamente. As aprendizagens no campo do lazer resultam do educar como um ato político.

Na dialética com a sociedade, o lazer pode contribuir para emersão de valores que questionam a dinâmica social ou infringir condições do status quo (Marcellino, 2008). Em tempos contemporâneos, os dilemas se traduzem em ideal conservador e liberal que desconsideram a história dos antagonismos sociais como genocídio, feminicídio, homofobia, racismo, sexismo, dentre tantos. Nesse cenário, a educação é entendida como força de conformação social que visa compartilhar costumes morais e padrões culturais. Todavia, tenho como expectativa de formação que considere o caráter educativo do lazer comprometido com valores de uma sociedade justa e democrática.

O cenário social atual nos impacta por meio de transformações e desenvolvimento que se desenrolam de forma frenética e “líquida”, parafraseando Zygmunt Bauman. E, ainda assim, é possível observar uma sensibilização da sociedade para valores éticos, políticos e sociais que obrigam as profissões a rever a os processos formativos requeridos para uma atuação que contribua para a educação das pessoas.

No campo da atuação existem os limites e as possibilidades de envolvimento com as experiências lúdicas, criativas, estéticas que podem carrear valores intrínsecos que dão sentido e interferem nos modos de vida. É importante entender a atuação no lazer como fonte de debate, enfrentamento, lutas de concepções e ideais de vida (modos de vida), como veículo de manifestações de práticas sociais e culturais diversas e como possibilidade de, por eles, construir uma mediação que provoque o desenvolvimento reflexivo e crítico dos sujeitos e, conseqüentemente, uma mudança da lógica social.

A mediação é uma estratégia de intervenção que acredito aproximar da animação cultural e que pode ser contemplada nos currículos dos cursos de formação de profissionais que atuarão no lazer. Essa formação exige ampliar o leque de apropriações culturais e

políticas dos sujeitos na expectativa de desconstruírem a lógica do ideal de dominância, ao invés de, meramente reproduzi-la. Percebo o processo de formação como espaço de comunidade de aprendizagem e de pedagogia engajada que demandam esforço coletivo e transgressão de fronteiras do conhecimento na construção de uma educação libertadora (bell hooks, 2013).

Nesta perspectiva, é necessário considerar os desafios do multiculturalismo, o exercício de reconhecimento e escuta das vozes, as aprendizagens dos códigos culturais e o reconhecimento dos diferentes espaços de construção de conhecimento e saberes (academia, movimentos sociais, esferas de aprendizagens como práticas culturais e de lazer), considerar também as revoluções nas tecnologias que atravessam a vida cotidiana e influenciam a forma de pensar, agir e de relacionar-se com o mundo. Nesse sentido, falo, sobretudo, de pedagogias radicais como nos diz Henry Giroux e de pedagogias engajadas, segundo bell hooks.

No caminho dessas reflexões, quais são os desafios da formação profissional em lazer? Compreendo que a fragmentação do saber deve ser um dos desafios a serem enfrentados para construção de pensamento crítico à legitimação de práticas sociais que dicotomizam os conhecimentos produzidos nas instituições acadêmicas e os saberes populares. O processo formativo deve considerar que as pessoas provêm de contextos diferenciados e incorporam diferentes experiências, práticas linguísticas, culturas e saberes. É necessário um investimento no aprofundamento teórico no campo do lazer e nas possibilidades de formação cultural que, infelizmente, ainda é precária nos espaços escolares e não escolares.

No campo da atuação é importante atentar-se ao contexto social desenhado por meio das relações econômicas neoliberais, processos de reestruturação e regulamentação trabalhista, tecnologias, redes do Terceiro Setor, movimentos sociais, a inserção política de temáticas étnico-raciais, gênero, sexualidade, migração, globalização, culturas, sustentabilidade, ecologia, direitos humanos e tantas outras temáticas.

Na perspectiva de uma atuação qualificada é preciso repensar sobre os princípios sobre os quais são planejados os processos educativos no âmbito do lazer. Pressuponho que a atuação profissional deve ultrapassar a informação e desenvolvimento de conteúdos e técnicas sem a necessária contextualização da realidade social. A atuação deve possibilitar que os sujeitos e os diferentes grupos sociais tenham uma ampliação de suas experiências e concretizar a almejada participação política no âmbito do lazer.

## **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

Na trilha de uma formação profissional e atuação qualificada, deixo algumas suposições pedagógicas para reflexão:

- no processo de formação deve ser possibilitada a ampliação e aprofundamento de conhecimentos acerca dos estudos do lazer;
- a formação profissional em lazer deve se sustentar numa base indissociável entre teoria e prática e numa relação dialógica de conhecimento acadêmico e saber popular;
- a história de vida do profissional é importante para refletir as (nas) ações educativas de lazer; propostas de formação no âmbito do lazer que considerem, principalmente a cultura, permitem aos sujeitos (re) construir, (re) dimensionar sentidos e significados recebidos ou produzidos por uma sociedade;
- a prática educativa/lazer expressa uma expectativa de produção de novos olhares e novas posturas no caminho da educação para as sensibilidades;
- pensar numa ordem social justa e democrática é reconhecer a pluralidade cultural e a representação política das diversas identidades culturais, desafiando práticas que as silenciam.

Por fim, o desafio, então, é agregar esforços para formar profissionais capazes de construir coletivamente ações teórico-práticas sobre o lazer significativas, a fim de não mascarar ou atenuar os problemas sociais dos sujeitos envolvidos.

## REFERÊNCIAS

GALLO, Sílvio. Transversalidade e educação: pensando uma educação não-disciplinar. In: ALVES, N. ; GARCIA, R. L.(orgs), *S.O sentido da escola*. 5. ed. Petrópolis: DP et Alii, 2008. P. 15-35.

GIROUX, Henry. *Pedagogia Radical subsídios*. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1983.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Lazer e sociedade: algumas aproximações. In: Marcellino, N.C. (org.) *Lazer e sociedade: múltiplas relações*. Campinas: Editora Alínea, 2008. p. 11-26.

# TURISMO ESPORTIVO: DAS CORRIDAS À GASTRONOMIA

**Aládia Cristina Rodrigues Medina**

**Ana Cláudia Porfírio Couto**

**Christianne Salum**

**Karine Oliveira**

**Taciana Oliveira**

Quando falamos de turismo esportivo, podemos pensar numa prática esportiva aliada ao lazer com diferentes ingredientes: viagens, passeios, lugares bonitos, bons vinhos, boa comida e outras oportunidades que se conectam às corridas, caminhadas, escaladas dentre outras práticas que permitem esta relação. Assim, nosso desafio neste texto será trazer um pouquinho da relação que se interpõe entre as corridas de rua e o turismo esportivo, com ênfase na gastronomia. Vamos correr um pouquinho pelo universo dos corredores que são amantes de uma boa harmonização gastronômica, mas também daquelas pessoas que amam o turismo, mas se dedicam a acompanhar as corridas apenas na linha de chegada, para apreciar um bom vinho, navegar pelas histórias dos vinhos e degustar uma boa taça de acompanhamento, brindando a conclusão de mais um percurso pelas corredoras e corredores, que são amigos ou familiares!

Assim, convidamos vocês a correrem conosco nesta aventura e quem sabe se interessarem por ela! Já na largada fazemos uma introdução conceitual sobre o turismo esportivo, no percurso dialogamos sobre o universo das corridas e da gastronomia, e no brinde da chegada vamos harmonizar os prazeres do lazer aliado ao turismo esportivo!

## **O TURISMO ESPORTIVO**

O turismo esportivo, sob a perspectiva social e econômica, é um segmento em ascensão no mercado do turismo. O que era considerado algo de luxo há alguns anos, se popularizou com a ajuda das operadoras de turismo que perceberam no esporte um excelente negócio. Isto se deu por vários motivos, por exemplo, o aumento do número de eventos esportivos, as facilidades de parcelamento de viagens, e a ampla divulgação pela mídia do esporte como estilo de vida saudável, o que acabou virando moda. Junto a tudo isso a necessidade do ser humano de pertencer a um grupo, a uma tribo, buscando uma identidade como: equipe de corrida, grupo de ciclismo, turma da escalada, pessoal do rapel, etc. Pessoas de diferentes idades desejam “quebrar” sua rotina aliando um destino turístico de seu interesse à prática esportiva.



Há turistas que vão apenas para assistir, enquanto outros vão para praticar o esporte. Existe um turismo mais voltado para eventos esportivos de caráter competitivo, como Jogos Olímpicos e Copa do Mundo, mas também existe um turismo esportivo com ênfase para atividades de lazer. É deste último que iremos falar.

Os motivos que levam os turistas a esta prática são os mais variados: recreação, descanso, cultura, saúde... A princípio, o turismo esportivo era muito associado a atividades físicas realizadas em meio à natureza, como caminhadas em trilhas, rapel em cachoeiras, escaladas, corridas de aventura, dentre outras. Porém, nos últimos 15 anos, o turismo esportivo ocupou também os espaços urbanos, principalmente com os grupos de ciclistas e as corridas de rua. É possível conhecer os principais pontos turísticos de uma cidade, pedalando com um grupo liderado por um guia turístico, e ainda desfrutar de momentos de confraternização, experimentando o melhor da gastronomia local. As corridas de rua são um fenômeno a parte que tem levado brasileiros a “turistarem” não apenas em território nacional, mas também internacional. A participação nesses eventos, desde os percursos de 5Km até as maratonas, em diferentes cidades, tem se tornado algo a se colecionar por estes amantes da corrida.

## O UNIVERSO DAS CORRIDAS

Desde a década de 70 tivemos um “boom” das corridas de rua no Brasil e no mundo. A cada ano o número de provas e de corredores cresce exponencialmente. Dessa forma, muitos viram na corrida uma oportunidade de torná-la um produto muito atrativo. Hoje encontramos vários produtos específicos para corredores como: tênis, relógios com GPS, aplicativos que chegaram até a dar milhas aéreas para quem se movimentasse, linha de cosméticos para as corredoras, roupas tecnológicas (como as roupas de compressão), revistas especializadas, acessórios como viseiras, óculos, e pulseira de identificação (com dados do corredor como contato, tipo sanguíneo, plano de saúde) em caso de acidentes. Ainda como possibilidade de utilizar da corrida como um produto vieram as empresas prestadoras de serviços como as assessorias esportivas, fisioterapia esportiva, nutricionista esportiva, organizadoras de provas e as agências de viagens.

Todos os exemplos acima visam o lucro a partir de um estereótipo que foi criado para a tribo dos corredores, que normalmente usam roupas coloridas, nem sempre combinando, assim como resenhas após os treinos ou as provas que acabam proporcionando o fortalecimento da socialização que é muito presente na vida dos corredores. À medida que os corredores começam a fazer provas de corrida, inicia-se também um desejo de começar a fazer provas em outras cidades, começando assim o Turismo Esportivo nas corridas de rua. Em relação ao Turismo Esportivo e as corridas de rua existem dois tipos de corredores: 1) aqueles que usam das provas de corrida em outras cidades para praticar o turismo (escolhem a prova); 2) aqueles que viajam de férias para algum lugar e procuram provas

para fazer (escolhem o lugar). Independente da prioridade dada por cada tipo de corredor os dois acabam relacionando a questão do Turismo esportivo com a corrida de rua.

O mercado vem percebendo que existem possibilidades de se atender a todos os públicos, correlacionando lazer, esporte e turismo, ou seja, lugares bonitos, atraentes, boa comida e possibilidade de relação entre amigos e esporte.

## DA GASTRONOMIA

O que nos chama a atenção quando vamos aliar a gastronomia às corridas de rua? Balanço calórico? Consumo? Pois é, vamos lá, de fato o consumo é o grande atrativo na relação turismo esportivo aliando corridas à gastronomia, que são dois grandes elementos explorados atualmente. A gastronomia cria a possibilidade de ser um atrativo turístico, adaptando-se ao processo dinâmico social. Muitos eventos gastronômicos estão sendo considerados efetivos para atrair turistas. Em Belo Horizonte exemplo disso são os eventos como “Comida Di Boteco”, reconhecidamente como vivência gastronômica e turística que acontece anualmente desde 2000.

O ato de comer e beber em determinada região ou cidade revela uma preferência, um paladar específico, comportamentos, crenças, hábitos e costumes arraigados em uma sociedade como uma herança histórica, social e cultural. Assim, a gastronomia é um dos recursos que pode ser utilizado como atrativo cultural, entendendo cultura como teias, na perspectiva de Geertz (1989), na qual o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu. Afirma, portanto, a cultura como sendo essas teias. A alimentação deixou de ser apenas aquela comida simples, do dia a dia e se transformou em uma arte culinária e gastronômica, possibilitando às pessoas uma experiência única e muito prazerosa.

Podemos dizer que onde tem uma boa gastronomia, tem também bons vinhos e há quem considere essa bebida um complemento cultural da comida. Quando falamos de vinho, falamos de um universo de infinitas possibilidades, onde podemos viajar por vários lugares, conhecer diversos tipos de uvas e rótulos. E um bom rótulo pede uma comida deliciosa, companhias agradáveis, oportunizando ocasiões especiais. E por que não aliar tudo isso a corrida? Isso mesmo! No Brasil e pelo mundo já existem corridas que são consideradas mais do que uma competição esportiva, são experiências culturais. Essas corridas aliam a vida saudável a vivências que vão além da prática em si. Elas percorrem ou correm pelos prazeres da vida; uma boa comida, uma boa bebida e um belo lugar para turistar. Elas reúnem atletas profissionais, amadores, grupos de amigos e familiares que buscam esses prazeres.

No Brasil, podemos citar duas grandes corridas que são a Maratona do Vinho, que tem sua largada em Bento Gonçalves e passa por várias cidades da conhecida Serra Gaúcha. É um evento que coroa a temporada de colheita da uva, principal ingrediente para

a produção do vinho. E a WineRun Vale dos Vinhedos, também na Serra Gaúcha, que é uma meia maratona realizada de forma individual, em duplas ou por equipes. Vale a pena participar dessa experiência única!

## OS PRAZERES DO LAZER HARMONIZADOS COM O TURISMO ESPORTIVO

Assim como o ato de comer significa muito mais que matar a fome, a corrida também amplia seu significado para além da prática de um exercício físico. Um bom prato desperta várias sensações de prazer quando harmoniza cores, aromas sabores, conversas e conexões à mesa. A corrida harmoniza prazeres relacionados aos benefícios físicos, psíquicos e sociais que o exercício proporciona. Correr libera endorfinas que trazem a sensação de bem-estar e alegria. Além disso, cruzar a linha de chegada dentro da meta estabelecida ou superar um limite pessoal (melhoria do pace, aumento do volume percorrido, por exemplo) traz a sensação de sucesso e autorrealização. A convivência social que a corrida proporciona através dos encontros para treinar ou para a realização das provas traz a sensação de pertencimento tão importante para o ser humano. A prática do lazer aqui vivenciada em várias ópticas, com prazeres individuais e associados a um emaranhado cultural que se expressa pelo turismo, possibilidades de vivências em outros espaços, outros climas e, sobretudo, no experimento das relações humanas. Assim, o turismo esportivo tem sido uma das grandes motivações para viagens de lazer, haja vista que, atualmente, no mercado encontramos um número interessante de agências de viagem especializadas neste empreendimento. Vale ressaltar que até as vinícolas já passaram a promover tais eventos. Um exemplo disto é quando a tradicional festa da Oktoberfest se apresentou com a temática “oktoberun”. O principal ingrediente que proporciona essa harmonização é o prazer!

## REFERÊNCIAS

GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Editora LTC: Rio de Janeiro, 1989.

RAMOA, C. E. de A. e PIRES, P. S. O Mototurismo e a sua relação com o turismo de aventura e o ecoturismo. *Rev. Tur., Visão e Ação*, v21, n2, 195-216, Mai./Ago. 2019 – Balneário Camboriú, Santa Catarina, Brasil.

NOGUEIRA, E. e MOTTA, P. C. A corrida de rua como experiência de lazer para pessoas de mais idade: Um estudo qualitativo no Rio de Janeiro *Rev. Portuguesa e Brasileira de Gestão* vol.13 no.3 Lisboa set. 2014.

# DIRETRIZES NACIONAIS PARA O TURISMO SOCIAL NO BRASIL: AGORA VAI?!

Jordania de Oliveira Eugenio

Em recente diálogo *online* promovido pela Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade, mediado pela professora Dra. Susana Gastal e, estando na companhia do amigo e professor Dr. Bernardo Cheibub, mais uma vez me deparei com o questionamento acerca da compreensão sobre o turismo social. Indagação que tomo como recorrente, desde que desenvolvi uma pesquisa com centralidade nas práticas de turismo social no Brasil.

Olhando para o passado, me recordo que o meu primeiro contato de maneira densa com a discussão sobre o turismo social ocorreu somente na pós-graduação, havendo, entretanto, mesmo neste meio, poucos debates consistentes que ampliassem a temática; fato que, ao meu ver, reduz o interesse e, conseqüentemente, a produção de novas pesquisas e iniciativas na área.

Uma busca rápida sobre turismo social em plataformas de pesquisas, por exemplo, demonstra o quanto o desenvolvimento dessa atividade no Brasil está atrelado ainda a programas organizados pelo Sesc (Serviço Social do Comércio), pioneiro na realização de turismo social no país desde seu surgimento em 1948 (Cheibub, 2014). O protagonismo do Sesc, por sua vez, relaciona-se diretamente com o contexto no qual o conceito de turismo social surgiu, sendo esta prática na Europa atrelada à oferta de lazer e férias aos trabalhadores das primeiras décadas do século XX. No que diz respeito ao turismo, o Sesc tem como objetivo a democratização do acesso à atividade, sendo a entidade, atualmente, membro da Organização Internacional de Turismo Social (OITS) e única representante do Brasil incluído na publicação da OITS “Turismo em Ação” no ano de 2017, que apresentou vinte exemplos de políticas sociais em turismo ao redor do mundo (Dalbone, 2121).

Mas afinal, qual o entendimento de turismo social?

De maneira objetiva opto por trabalhar com a noção da Organização Internacional de Turismo Social que trata esta prática a partir do predomínio da ideia de serviço e não de lucro (BUREAU, 1996); estando pressuposto nela o reconhecimento do turismo como um direito do indivíduo e, por isso, a inevitabilidade de organização e manejo do mesmo de forma democrática, facilitada por medidas de caráter social bem definidas (Bureau, 1996). De forma concreta, há o desenvolvimento do turismo social tanto por meio de associações, sindicatos e cooperativas, quanto a partir de iniciativas públicas de responsabilidade do Estado, como acontece em países como França, Bélgica, Portugal e Espanha (Cheibub, 2014). Em ambos os casos o objetivo de se organizar o turismo social é atender às camadas sociais que não possuem condições de acesso ao turismo em seus respectivos

países. Além disso, a prática organizada desta atividade ainda pode possibilitar uma melhor distribuição de renda entre os atores do setor, ao buscar a integração da cadeia produtiva do turismo com os preceitos do turismo social.

No Brasil, embora o turismo social seja reconhecido e definido conceitualmente pelo Ministério do Turismo (Mtur), o que se observa é que pouco se organiza e desenvolvem-se ações na perspectiva da inclusão, existindo programas e projetos específicos para grupos pontuais, sem a devida continuidade e amplitude necessárias; ratificando ainda hoje, o predomínio de realização de turismo social apenas no âmbito do Sesc (Eugenio, 2018).

Essa prática de turismo também abarca em seu bojo os programas referentes a inclusão social e o acesso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida à atividade turística; existindo desde 2014, um programa denominado “Turismo Acessível” que busca promover ações que fortaleçam a inserção e alcance deste grupo aos serviços e equipamentos turísticos do país. Um exemplo de ação deste programa é o “Aplicativo Turismo Acessível” que funciona como um guia colaborativo, em que as pessoas podem avaliar a acessibilidade de pontos turísticos, hotéis, restaurantes e etc., tornando possível a consulta de tais avaliações por outros usuários do aplicativo (Brasil, 2021).

Um dos programas nacionais mais conhecidos que se estruturava na perspectiva do turismo social foi o “Viaja mais melhor idade”, ação que oferecia condições financeiras diferenciadas para aposentados e pensionistas - com idade acima de 60 anos - viajarem pelo território brasileiro. Entretanto, o programa iniciado no ano de 2007, foi encerrado em 2016, sob a justificativa de que seu objetivo – estimular o mercado – já havia sido cumprido (Rede Brasil Atual, 2016). Justificativa esta que vai de encontro ao pressuposto do turismo social, uma vez que, mesmo em diálogo com a concepção de democratização do turismo e inclusão, a decisão de manutenção do programa parece ter se respaldado apenas na perspectiva do lucro, não sendo levado em conta a noção democrática e de serviço contida no programa.

Somente recentemente, no final de 2019, foi lançado pelo Governo Federal as “Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Social no Brasil”, documento que contextualiza o surgimento dessa prática, propõe seis diretrizes de trabalho, e ratifica o conceito formulado pelo Grupo Técnico Temático de Turismo Social do Ministério do Turismo em 2005, a saber:

O turismo social é a forma de turismo que promove a inclusão social de todos, proporcionando qualidade de vida e o exercício da cidadania pela utilização de meios e bens do arranjo produtivo do turismo, com aproveitamento sustentável dos recursos naturais e culturais (Brasil, 2019).

As seis diretrizes presentes no documento são: 1) capacitação continuada dos recursos humanos, promovendo a inclusão e respeitando as diferenças; 2) informação e comunicação com engajamento e atuação conjunta de turistas, trade e setor público; 3) incentivos para viabilização e recursos, tecnologias e infraestrutura; 4) promoção e comercialização de roteiros, produtos e serviços turísticos de forma integrada e regional; 5)

desenvolvimento e sustentabilidade do setor e das localidades impactadas pelo turismo; e 6) governança e parcerias para fortalecer a cadeia produtiva do turismo.

Tendo sido lançadas as diretrizes – que apontam estratégias e próximos passos – em 2019, compreendo que a própria elaboração do documento indica certa pré-disposição em se refletir e trabalhar, de forma organizada, o turismo social no Brasil por parte do poder público; fato que amplia e permite o acesso a novos horizontes de discussão. No entanto, é preciso refletir que, não basta haver um documento bem detalhado e em consonância com a compreensão de turismo social, se na prática não houver o real interesse – do poder público e privado – de que a atividade turística no Brasil seja, de fato, para a vivência e consumo de todos. E neste quesito, sabe-se bem que o acesso ao turismo no país é atravessado não só pelas condições econômicas da população, mas também pelas desigualdades raciais e de gênero, por exemplo. Portanto, os próximos anos mostrarão a eficácia dessas diretrizes para o desenvolvimento do turismo social no país; minha torcida é para que as mesmas tomem forma e contribuam para o processo de democratização do turismo no Brasil.

Link do Encontro *online* promovido pela Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade: <https://www.youtube.com/watch?v=Y6zZ0zsqnuc>

## REFERÊNCIAS

BRASIL. *Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Social no Brasil*. Brasília, DF: Ministério do Turismo: Câmara Temática de Turismo Responsável, 2019. Disponível em: <http://antigo.turismo.gov.br/images/pdf/Publica%C3%A7%C3%B5es/2020/Diretrizes-Para-o-Desenvolvimento-do-Turismo-Social-no-Brasil.pdf>. Acesso em 04 de set. 2021.

BRASIL. *Programa Turismo Acessível*. Brasília, DF: Ministério do turismo, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-com-deficiencia/acoes-e-programas/programa-turismo-acessivel>. Acesso em: 04 de set. 2021.

BUREAU. Declaração de Montreal. Bureau Internacional du Tourisme Social,[S.l.], 1996.

CHEIBUB, B. L. A História das Práticas Turísticas no Serviço Social do Comércio de São Paulo. *Revista Rosa dos Ventos*, [s. l.], 2014. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/etc%20revistas/index.php/rosadosventos/article/view/2638/>. Acesso em 04 de set. 2021.

DALBONE, Anderson. O turismo social e sua importância para o desenvolvimento do Brasil. *Portal Sesc*, 2021. Disponível em: <https://www.sesc.com.br/portal/noticias/turismo/o+turismo+social+e+sua+importancia+ para+o+desenvolvimento+do+brasil>. Acesso em 04 de set. 2021.

EUGENIO, Jordania. *A Experiência Turística da população em situação de rua da cidade de Niterói–RJ: Horizontes possíveis para o turismo social*. 2018. Dissertação, Mestrado em Turismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2018.

GOVERNO *Temer cancela programa viaja mais melhor idade*. RBA – Rede Brasil Atual, 2016. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2016/09/governo-temer-cancela-programa-viaja-mais-melhor-idade-1258/>. Acesso em: 04 de set. 2021.

# LAZER, ESCOLA E EDUCAÇÃO: POSSIBILIDADES INTERSECCIONAIS

Cathia Alves

*A gente devia parar todo dia e ver o pôr-do-sol  
E a gente saía correndo de alegria  
Só de ter dez minutos mais com quem a gente ama  
Que fosse mais bike que carro  
Mais abraço que esbarro  
Mais horas de colchão  
Cada tartaruga chegasse no mar  
E cada bicho encontrasse um lar  
E toda mãe fosse, sim, muito mãe!*

## APRESENTAÇÃO

Engraçado que, ao pensar numa proposta de texto para trazer ao Bela, imaginei, inicialmente, trilhar pelas políticas públicas de lazer, depois pela formação e atuação em lazer e somente ao refletir mais um pouquinho é que cheguei na temática do Lazer, educação, escola e suas intersecções, tema que no momento atual me provoca mais e me leva a inúmeras reflexões.

No Instituto Federal de São Paulo campus Salto (IFSP), ministro aulas de Educação Física para o Ensino Médio, atuo na Pós-graduação em Temas Transversais e coordeno um projeto de extensão chamado “Banca da Ciência”. Um projeto originário da USP/EACH que tive a oportunidade de conhecer em 2018, e em 2019 trouxemos para o campus Salto como uma das ações de extensão. Desde então, o projeto só cresce e tem proporcionado experiências marcantes no ensino, na pesquisa e na extensão. E foi esse projeto, junto com minhas leituras sobre Estudos Culturais e Decolonialidade, unida a minha participação no grupo de pesquisa Oricolé<sup>2</sup>/UFMG, no GECE/NECO<sup>3</sup> de Aveiro/Portugal, e ainda; neste momento pandêmico e com “os movimentos da vida” que pude caminhar para outro lugar de fala, outro lugar do sentir, significar e me desidentificar.

Tenho dito que estou num “entre lugar”, num lugar de mestiçagem, onde sou mulher preta e indígena, ou seja, uma mestiça morena e parda; professora, filha e tia, amiga e irmã, parceira e companheira, progressista, feminista, cristã e crente. E com o que quero

1 Música apresentada a mim pela amiga “Carlete” que vai de encontro ao sentimento que tive durante a produção desse texto. Composição Labac, nome da música “Quiça”. A letra da música é explorada durante todo o texto.

2 Laboratório de Pesquisa Sobre Formação e Atuação Profissional em Lazer (ORICOLÉ), da Universidade Federal de Minas Gerais. <https://www.youtube.com/c/oricoleufmg>

3 Grupo de Estudos de Gênero e Performance (GECE) / Núcleo de Estudos em Cultura e Ócio (NECO), do Centro de Línguas Literárias e Culturas da Universidade de Aveiro (CLLC/UA). <https://www.ua.pt/pt/cllc/page/23268>

me desidentificar? Com o patriarcado, com a heteronormatividade, com os padrões de beleza, com o racismo, com o machismo, capitalismo e com as matrizes de violências e opressões de maneira geral. Quero me identificar com as mulheres pretas, latinas, indígenas, brancas, pobres, violentadas e arrebatadas pelo poder das opressões. Quero me refazer, me reinventar e ressignificar o que sou.

Assim, aproveito esse espaço “belo do Bela”, para fazer uma reflexão arriscada de como tenho relacionado os processos de educação com o lazer, que eu chamaria de deseducação e desidentificação do lazer, associado ao tráfego da interseccionalidade no espaço escolar.

Logo, fiz uma escolha de dividir o texto em três pequenas partes: na Parte I, resgato a temática da educação, escola e lazer pelo viés da Pedagogia da Animação; na Parte II, arrisco trazer a ligação entre lazer e educação à luz dos Estudos Culturais e da Decolonialidade; e na Parte III, faço um pequeno relato de uma das ações do projeto Banca da Ciência por meio da experiência de uma prática chamada “Diálogos: intersecções entre raça, gênero e classe por meio dos artefatos culturais de lazer<sup>4</sup>”, que realizamos em 2020 no IF Salto, de forma on-line, por meio do eixo da Extensão.

## PARTE I: EDUCAÇÃO, ESCOLA E LAZER

*Dizer mais sim do que não  
E que não faltasse pão  
E fosse lindo de ver o rio Tietê  
E fosse um medo pequeno  
Tivesse um amor tão sereno  
Ser feliz até o último fio de cabelo  
Se for caso de ser indeciso  
Abre um riso que de dor já chega a do mundo*

O primeiro desafio da minha provocação nesse texto é pensarmos como surgiu a associação entre educação, escola e lazer no Brasil?

Historicamente aprendemos com Joffre Dumazedier, Renato Requiza, Luís Otávio de Camargo e com meu querido ex-orientador, professor e amigo Nelson Carvalho Marcellino, que o lazer está associado a processos educativos, seja por meio dos 3Ds de Dumazedier (Descanso – Divertimento – Desenvolvimento) e ou pelo lazer como objeto e veículo de educação e pelos processos de educação para e pelo lazer.

Arrisco afirmar que, talvez, o professor Marcellino seja, entre estes autores, o que mais se intensificou na abordagem da relação entre o lazer, a escola e a educação. Ele nos brindou com suas obras “Lazer e Educação” e “Pedagogia da Animação”, frutos da sua dissertação de mestrado “Lazer e educação: relações entre o lazer, a escola e o processo educativo” de 1984; e de sua tese de doutorado “Lazer e escola : fundamentos filosóficos

---

4 Para maiores informações sobre esse projeto acessar o canal do youtube: [https://youtube.com/playlist?list=PL6eopi-fY17hp86oIGx9uBshTcy3U8E\\_H5](https://youtube.com/playlist?list=PL6eopi-fY17hp86oIGx9uBshTcy3U8E_H5)



para uma ‘pedagogia da animação’ no início do processo de escolarização” de 1988; respectivamente.

Com essas investigações, aprendemos que a escola, além de educar para o trabalho, também pode educar para e pelo lazer; e que é possível pedagogizar o lazer.

Marcellino (2014) esclarece que:

Ao estabelecer a necessidade fundamental da participação da escola na relação entre o lazer e o processo educativo, não quero propor, de maneira alguma, sua inclusão como mais uma disciplina no currículo, [...]. Não se vai “aprender” a utilizar o “tempo disponível” em cargas horárias semanais, fixadas dentro de currículos tecnicistas, assim como não se aprende a trabalhar na disciplina “educação para o trabalho (Marcellino, 2014, p. 145).

No contexto escolar, o lazer não é um conteúdo exclusivo de uma única disciplina e pode ter seu potencial identificado em diferentes espaços e tempos do currículo e das atividades extracurriculares.

Vários autores e autoras defendem a ideia de que a escola, como um todo, pode assumir a educação para e pelo lazer como um de seus eixos do conhecimento, o que pressupõe pensar a própria finalidade social da instituição escolar e implicaria em uma mudança na cultura escolar (Requixa, 1980, Bracht, 2003; Pacheco, 2004, 2006; Pinto, 2008; França, 2009; Marcellino, 2014, 2013; Fonseca, 2018; Fonseca, Alves e Isayama, 2021; Alves, 2017, 2019a).

Ao refletir sobre essas mudanças e quando o lazer passar a ser eleito como uma categoria de saber, não somente como possibilidade de ocupação de atividade do contra turno, mas como uma potência de formação cultural ampliada, pode-se abranger profissionais de diversas áreas do conhecimento para fabricar condições pedagógicas e políticas para o lazer, tais como, os campos da: educação física, geografia, artes, turismo, história, pedagogia, entre outros.

Renato Requixa (1980) é um dos autores que descreve a função educativa do lazer, sugerindo um duplo aspecto educativo, o Lazer como veículo, por meio da educação através das atividades de lazer. E o lazer como objeto, educação para o lazer.

Marcellino (2014) trata desse duplo processo educativo do lazer como um diálogo interdisciplinar e de intervenção pedagógica: a educação pelo e para o lazer, que significa enxergar o lazer como veículo e objeto de educação, considerando tal processo para além das possibilidades de descanso, divertimento, desenvolvimento pessoal e social. O autor refere-se à distinção entre a educação sistemática efetuada, sobretudo, por intermédio da escola, e a assistemática, que compreende os vários processos de transmissão e interação cultural, englobando, dessa forma, toda a relação pedagógica do processo educativo.

Assim, a educação para o lazer o reconhece como objeto de educação, considerando: 1. o próprio exercício do lazer como um estímulo para sua prática; 2. que a vivência do lazer é educativa; 3. que o aprendizado diversifica a escolha de atividades; 4. que a motivação para a vivência do lúdico é reforçada e 5. que o lazer se torna objeto de contribuição na

luta contra os problemas sociais, como meio de possibilidade e não como fim em si mesmo. E a educação pelo lazer admite este elemento como um veículo, que retrata o potencial educativo das diversas atividades e representações que o lazer pode assumir (Marcellino, 2014; 2013).

Para Tereza França (2009), os programas de lazer no âmbito escolar organizam-se por meio de vivências, análises, sínteses, criações de novas abordagens e iniciativas sobre valores que não são garantidos no interior da sociedade. A autora cita a prática de diferentes jogos e brincadeiras, projetos com temas diversos (saúde, política, meio ambiente) que contribuem para a compreensão e a possibilidade de interpretação da complexa e contraditória realidade social. Um programa de ensino dedicado ao lazer deve contemplar uma área de conhecimento, ampliar o tempo pedagógico para aprendizagens sociais e adotar uma estratégia estimulante para um fazer educativo que seja criativo, com ludicidade, espontaneidade, exercício do coletivo e eminentemente político e social, com base na cultura.

A escola é responsável por oferecer alternativas para viabilização de projetos coletivos e sociais,

concebendo o lazer enquanto possibilidade de educação e fator de qualidade de vida, dando ênfase ao lúdico, ao participativo, organizando e estruturando manifestações no âmbito da cultura corporal e esportiva que viabilizem avançar na constatação, compreensão, interpretação e explicação do saber, objetivando a construção do tempo de lazer (França, 2009, p. 63).

Observo que o vínculo entre educação e lazer também se remete às práticas, vivências e experiências sociais de cada indivíduo em seus processos de subjetivação.

Nesse contexto, ao olhar para “Pedagogia da Animação” proposta por Marcellino (2013), noto a necessidade de pedagogizar o lazer, ou seja:

encará-la na perspectiva de mudança, relacionada a todo um processo amplo de educação, que considere as relações entre as possibilidades da escola e as potencialidades educativas do lazer, não como “redenção” de uma situação social injusta, mas como canal possível para busca de transformações, aqui e agora (p. 143-144).

Nesse sentido, o autor propõe, “A pedagogia da Animação” como um elemento que estabeleça:

- 1.O reconhecimento da relação: lazer- escola-processo educativo;
- 2.O sentido de vida, movimento e alegria associado ao lazer na escola;
3. A recuperação da cultura popular próxima a realidade da criança;
4. E a escola como um centro de cultura popular.

Dessa forma, a tarefa da escola, dentro dessa “Pedagogia da Animação”, seria efetuada em conjunto com:

- A. Conteúdo: a partir do cotidiano local, partindo do currículo, fornecendo o

instrumental necessário para a contribuição à superação do “senso comum”.

B. Forma: respeitando o ritmo dos alunos, reconhecendo as diferenças; não ignorar as diferenças na apropriação do saber entre professores e alunos.

C. Abrangência: alcançar a comunidade, através de uma participação comunitária, com possibilidade de influenciar conteúdos, calendários, programações, uso de equipamentos;

D. Espaço: ultrapassar os muros da escola, utilizar e construir novos equipamentos de lazer;

E. Elementos humanos, envolvendo, educadores, gestores, funcionários, líderes comunitários e animadores socioculturais. Sujeitos com diferentes conhecimentos e saberes em torno do lazer;

F. Recursos materiais: procurar recuperar aquilo que já exista e buscar novas possibilidades de recursos.

Portanto, pensar e refletir sobre a Pedagogia da Animação é o cerne para compreender o fundamento da relação entre, escola, lazer e educação.

A partir dos elementos dessa pedagogia, associado a uma consciência política que seja capaz de identificar diferenças, necessidades, características e especificidades das comunidades, que ao convergirem poderão produzir um novo jogo na rede de poder e saber, resistindo aos ataques e as desigualdades sociais, considerando as identidades múltiplas, os lugares que os sujeitos podem se movimentar em suas subjetivações e a garantia à democracia e aos direitos sociais.

Logo a escola é mais do que um equipamento não específico de lazer, ou puramente um espaço. A escola com um currículo formal, operacionalizado em disciplinas e normas, recebe práticas que contemplam outro olhar para a comunidade, desnaturalizando um “currículo” e fabricando outros, como o currículo de resistência, por exemplo (Alves, 2017).

No currículo de resistência, o lazer se sobressai, pois, suas práticas são informais e ocorrem de acordo com a vontade e desejo das pessoas, produz encontros, aprendizagens, trocas e vivências. O currículo de resistência se movimenta e promove deslocamentos, implicando modos de ser que envolvem o caráter político e pedagógico das dinâmicas sociais, engendrado pela conjuntura do poder e do saber, imprimindo modos de ser e ensinar, fabricando novos saberes e conhecimentos.

## PARTE II: DESEDUCAR PELO E PARA O LAZER

*Que fosse mais bike que carro  
Mais abraço que esbarro  
Mais horas de colchão  
E cada tartaruga chegasse no mar  
E cada bicho encontrasse  
Um lar e toda mãe fosse, sim, muito mãe*

Nessa segunda parte do texto, a minha motivação é pensar: seria o lazer mais um dispositivo de controle? O lazer se movimenta na rede de poder e produção de saberes no âmbito escolar e em suas possibilidades educacionais?

Temos outras pesquisas em território nacional e internacional que apontaram os espaços das escolas sendo ocupados por programas, ações e projetos de lazer, considerando o tempo não formal e ou fins de semana, como mecanismo relevante para formação cidadã das comunidades, bem como, destacam o caráter lúdico e coletivo das práticas (Pacheco, 2004 e 2006; Stigger, 2009; TschokE, Tardivo e RechiA, 2011; Silva, 2013; Silva e Isayama, 2017; Alves, 2017; Jordan, *et. all.*, 2018; Hutchinson e Shannon, 2020; Wilkinson, Kmiecik e Harvey, 2020; Michelone E Alves, 2020 e 2021).

Entendo que essas políticas desenhadas nestes programas governamentais operam como dispositivos de disciplina e normatização, ou seja, mecanismos estratégicos de controle numa rede de relações de poder e saber, no qual governam as comunidades e os educadores, que no movimento de circulação do poder resistem, se auto governando, governando os outros, outras e outres e produzem novos saberes.

Segundo Foucault (2005, 2015) os dispositivos permeiam redes que se estabelecem em discursos institucionais, de organizações e decisões, operam em leis e medidas administrativas e também se refletem em enunciados científicos, proposições filosóficas e morais. Os dispositivos atuam para dominar elementos que se apoiam, se convergem e são exercidos, em grande parte das vezes, por instituições que produzem uma multiplicidade de sujeições. Envolvidos nas relações de poder, os dispositivos produzem diferentes saberes, conduzindo a diversas direções; assim é preciso compreender o funcionamento de cada um deles, como são produzidos e como exercem micro poderes na rede do poder e saber.

Nesse contexto, projetos, programas, atividades de contra turno escolar, elegem os elementos do lazer e do lúdico e desenvolvem processos educativos baseado em práticas culturais ocupando espaços ditos “vazios” no sentido de promover governamentos (Alves, 2017, 2019a e 2019b; Alves, Baptista e Isayama, 2017; Michelone e Alves, 2020 e 2021).

Oficialmente, o lazer não está incluído num currículo formal de educação escolar, porém, integra o conjunto de conhecimentos legítimos e não legítimos que operam no ambiente escolar.

O espaço do lazer, com expressão do lúdico, garante em parte um dos acessos ao direito social do lazer e sua democratização. O os projetos são uma das possibilidades de tempo e espaço para os sujeitos produzirem e criarem sua própria cultura, estabelecerem uma consciência de mundo sobre a importância dos direitos e das coletividades. Nesse tempo e espaço de lazer, os sujeitos criam condições de contribuir para construção e preservação de elementos ligados ao patrimônio histórico cultural da humanidade. E, para tal fato acontecer, é necessário educar para e pelo lazer, ou seja, o lazer é um dos

eixos centrais de mobilidade dos projetos que concretiza ações plurais de socialização e ensinamentos de modos de ser por meio de suas práticas, conteúdos e manifestações. O lazer está no currículo escolar, seja formalmente ou informalmente (Alves, 2019a).

Não é de hoje que várias pesquisas, estudos, investigações, corroboram entre si, ao usarem termos como educação para o lazer, educação pelo lazer, educação no lazer, educação de lazer, educação sobre o lazer, aprender por meio do lazer, aprender através do lazer, entre outros. Por exemplo, o Canadá (com Community Connections) e o Brasil com diferentes ações, fazem uso de programas e projetos extras nas escolas como forma de governar e produzir novos saberes, enfatizando as questões sociais como fundamentais neste processo de experiências e experimentações de lazeres (Requixa, 1980; Camargo, 1979, 2002; França, 2009, Marcellino, 2013, 2014; Alves, 2017; Silva e Isayama, 2017, Fonseca, 2018; Fonseca, Alves e Isayama, 2021; Hutchinson and Shannon, 2020; Wilkinson, Kmiecik & Harvey, 2020).

Ainda que exista um caráter de formação de habilidades e competências nos currículos de muitos destes programas de lazer, existindo também formas de silenciamentos e conformismo com a realidade social, cabe a nós pesquisadores e pesquisadoras, educadores e educadoras provocar, tencionar, questionar os formatos como essas ações são desenvolvidas no caminho de resistir e trazer à tona novas atividades e saberes em torno do lazer.

Logo, ao pensar a relação com o lazer no âmbito da escola atravessada pelos processos educativos, e retornando a questão inicial do início deste tópico, sim o lazer é um dispositivo de controle que precisa também se reinventar e ressignificar as suas práticas.

O lazer como manifestação cultural presente em programas, projetos e outras ações escolares precisa se tencionar, olhar para as fronteiras e territórios, olhar para as mulheres periféricas, se debruçar em torno da negritude e das nossas raízes. Se aproximar da comunidade LGBTQIA+<sup>5</sup>, ou seja, é preciso deseducar por meio do lazer e promover alternativas.

### PARTE III: INTERSECCIONAR O LAZER NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO

*E que não faltasse pão  
Fosse de lindo de ver o rio Tietê  
E fosse um medo pequeno  
Tivesse um amor tão sereno  
Ser feliz até o último fio de cabelo  
E se for caso de ser indeciso  
Abre um riso que de dor, já chega a do mundo  
Que de dor já chega a do mundo, amor*

Dessa forma, a classe social, o nível de instrução, a faixa etária, o sexo, a falta

---

<sup>5</sup> Nascido inicialmente com a sigla GLS (gays, lésbicas e simpatizantes), atualmente, identifica e marca politicamente a comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, trans, queer, intersexo, assexual, e outras possibilidades diversas.

de educação para e pelo lazer, entre outros fatores, limitam o Lazer a uma minoria da população. São barreiras de acesso intra e extra classe já apontados e discutidos por Marcellino (2013, 2014).

Assim, no sentido de pensar na intersecção de gênero, raça e classe no contexto do lazer, e em busca de promover diálogos e encontros remotos que nos fizessem discutir e refletir sobre a interseccionalidade por meio de músicas, vídeos, entrevistas, TEDs (Technology, Entertainment, Design), filmes e poesias, considerados como artefatos que são elaborados pelos sujeitos e produzem significações em torno do lazer, nasceu no IF Salto, o projeto “Diálogos”, que reuniu parcerias com outras ações de extensão do campus, como a Banca da Ciência, Meninas nas Exatas, Núcleo Diversitas e o Colore Afro. Reunimos ideias e planos sobre como fazer o cruzamento destes artefatos, com as categorias interseccionais que de alguma forma atravessam a temática de cada um dos projetos e também vão de encontro aos núcleos do IFSP, o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e indígenas (NEABI) e o Núcleo de Estudos sobre gênero e sexualidade (NUGS).

Desse modo, ao eleger o lazer como esfera da cultura, necessidade humana e direito social, realizamos três eventos e produzimos um pod-cast com temas que giram em torno da preservação da vida humana. Os temas tratados foram: visibilidade lésbica, setembro amarelo, o corpo feminino e o cuidado de si, Pod-cast – novembro azul e a comunidade trans. O projeto contou com quatro alunas e um aluno, bolsistas do curso Técnico de Informática integrado ao médio, teve duração de cinco meses, agosto de 2020 a janeiro de 2021, foi financiado pelo edital 196/2020 do IFSP.

O desenvolvimento do projeto ocorreu com reuniões semanais de estudo, discussão, escolha dos temas e artefatos que seriam usados nos eventos/oficinas (trago aqui a ideia de evento/oficina pois os encontros se deram no sentido de ensinar e aprender algo em torno da interseccionalidade e do lazer). Em cada reunião participavam a orientadora do projeto, os alunos bolsistas e algumas vezes a liderança das outras ações parceiras.

Os eventos do projeto de extensão “Diálogos” aconteceram uma vez por mês, com uma média de participação de quarenta pessoas. O público foi composto por alunos e alunas de ensino médio, de graduação, alguns pais e ou responsáveis, servidores do campus e convidados externos de diferentes faixas etárias da comunidade saltense e região. Os eventos duravam aproximadamente duas horas, tinham uma introdução e apresentação inicial feita pela coordenadora do projeto, seguido pela fala e apresentação dos bolsistas no contexto dos artefatos e a abordagem de um convidado ou convidada sobre a temática. Os participantes podiam interagir a qualquer momento pelo áudio ou chat (mais usado); e ao final a palavra era aberta para dúvidas e questionamentos de maneira geral.

Na reflexão em torno dos temas, procuramos relacionar com os cruzamentos e avenidas da raça, gênero e classe social, desse modo, o projeto colaborou para uma criação de repertórios em torno destas questões com artefatos que tocam nestas temáticas, também nos ensinou sobre diferenças, identidades e justiça social. E ainda, nos provoca

diariamente a resistirmos pela manutenção dos direitos sociais, principalmente nesse momento histórico que o Brasil vive de ameaças, violências e desprezo pela vida humana.

Importante esclarecer que a temática interseccional de gênero, raça e classe é compreendida aqui como um conjunto de noções específicas, que produzem um sistema de opressões, representada pela analogia de um trânsito, que possuem ruas e avenidas que atravessamos e nos interseccionamos, ora pela cor, ora pelo sexo, pela orientação sexual. Em alguns contextos, pela condição social e por outras carências que refletem e espelham nossas vidas. E essencialmente a mulher preta e pobre é a mais oprimida pelas intersecções (Angela Davis, Kimberlé Crenshaw, Adichie Chimamanda, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Conceição Evaristo, Helena Hirata, entre outras).

Assim, quanto ao processo lazer e educação, identificamos que programas, projetos e ações públicas são essenciais na ocupação de espaços e equipamentos periféricos e centrais para práticas de lazer que governam e desgovernam currículos. A relação entre lazer e educação na realidade brasileira é histórica e necessita de maiores investigações e investimentos de ação e pesquisa, inclusive se debruçar sobre as intersecções que rompem no acesso e democratização ao lazer como direito social de todas as pessoas.

## REFLEXÕES DO ENTRE LUGAR

A relação entre os processos educativos e o lazer no Brasil abrange diferentes ações políticas e tem formalizado diversas ações no ambiente escolar. Um ambiente de ensino formal, com um currículo formatado, organizado em disciplinas, méritos, regras e normas que recebe ações educativas que contemplam um novo olhar para a comunidade, “desnaturalizando um currículo” e resistindo. Ensinando modos de ser que lançam olhares para uma cidadania inclusiva, não racista, não homofóbica e não violenta, que permite com que as pessoas atravessem e cruzem práticas de lazer integradas, divertidas, lúdicas, educativas e subversivas. Circulem, sem medo, sendo aceitas pelo que são.

Ponderar o trio interseccional de gênero, raça e classe é fazer uma escolha de resistência neste momento de opressão, violência e aumento das disparidades em diferentes frentes que nosso país vive e resistir; lutando intelectualmente e culturalmente pela liberdade e pelas mudanças (Alves, 2021).

As resistências são brechas, estratégias, são políticas e projetos de cunho extensionista e outros, são ativismos, que convergem para os direitos sociais e para as igualdades, são técnicas de si, do governmentamento dos outros e do auto governmentamento, que elaboram saídas. Para esse exercício de resistências e fugas, recorreremos aos artefatos culturais de lazer como subterfúgios e desconstruções subversivas que educam e interseccionam por meio de um lazer de resistência (Alves, 2021).

Por ora, projetos de extensão e de políticas públicas como o “Diálogos”, por exemplo, e outros, estão a serviço das comunidades para garantir direitos e resistir contra a exploração

e dominação de mulheres periféricas, crianças e pessoas em situação desafortunadas, é preciso tentar se manter firme contra o extermínio, a naturalização da morte preta, das torturas e dos estupros de mulheres, crianças e da comunidade LGBTQIA+.

Intervenções de projetos de extensão universitárias associadas ao lazer interseccional de resistência demandam um olhar profundo que toquem na interseccionalidade e nas culturas, fabricando novos saberes para a rede de poder se movimentar, os sujeitos provocarem novos governamentos de si e dos outros, outras, outres e tomarem novos rumos.

Para finalizar deixo aqui sugestões de leituras, filmes, séries, músicas, que no meu processo de deseducação para e pelo lazer tem me educado e me deseducado, tem me feito refletir e pensar no trânsito interseccional e também alguns artefatos que foram usados no projeto “Diálogos”.

## INDICAÇÕES PROJETO BANCA DA CIÊNCIA E DIÁLOGOS (2020 E 2021)

Livro/Autor (a)	Filme / Documentário/ TED	Série/Minissérie	Cantores/Cantoras
Eu sei por que o pássaro canta na gaiola Maya Angelou	TED “My two mums”	Todas as mulheres do mundo (Globoplay)	Álbum Zélia Duncan e Ana Costa “Eu sou mulher eu sou feliz”
Um apartamento em Urano Paul B. Preciado	Rafik Ammonite	Aruanas (Globoplay)	Um sorriso negro Dona Ivone Lara
Torto Arado Itamar Vieira Junior	LGBTQ ‘Conversion Therapy’ Survivor ‘They Got Some Weird Joy Out of Torturing Children’	Filhas de Eva (Globoplay)	AmarElo Emicida
Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada Maria Carolina de Jesus	Bacurau (Globoplay)	<i>The Hands male tale</i> O conto da AIA (Globoplay)	Elza Soares A Mulher do fim do mundo
Obra Maldita Marcos A. Capellari	Democracia em Vertigem (Netflix)	<i>Modern Family</i> (várias plataformas)	Liniker
Angela Davis, Sueli Carneiro, Márcia Tiburi, Conceição Evaristo, Lélia Gonzalez, Gloria E. Anzaldúa...	Laerte-se (Netflix)	A vida e história de Madame C. J. Walker (Netflix)	Olodum, Racionais, Bacu Exu do Blues...

## REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda N. *Para educar crianças feministas: um manifesto*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

ALVES, Cathia. *O lazer no programa escola da família: análise do currículo e da ação dos educadores universitários*. (Tese de Doutorado). Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Programa de Pós-Graduação em Estudos do Lazer. Belo Horizonte: UFMG/EEFTO, 2017.



ALVES, Cathia; BAPTISTA, Maria M; ISAYAMA, Helder F. O lazer e a atuação de estudantes como educadores universitários no Programa Escola da Família. *Licere*, Belo Horizonte, v.20, n.3, set/2017. <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2017.1683>

ALVES, Cathia. O lúdico como dispositivo pedagógico: formação e atuação profissional no campo do lazer. *Rev. Int. de Form. de Professores (RIFP)*, Itapetininga, v. 4, n.3, p. 167-189, jul./set., 2019a. <https://periodicos.itp.ifsp.edu.br/index.php/RIFP/article/view/1418>

ALVES, Cathia. Provocações entre currículos e culturas: a ação do profissional do lazer. *Conexões: Educ. Fís., Esporte e Saúde*, Campinas: SP, v. 17, e019025, p.1-21, 2019b. <https://doi.org/10.20396/conex.v17i0.8655404>

ALVES, Cathia. O cruzamento com as interseccionalidades de raça, gênero e classe: artefatos culturais e o lazer. In: CHAVES, Elisângela; ISAYAMA, Hélder F.; BAHIA, Mirleide C. *Os Estudos do lazer, ócio e recreação na Iberoamérica* [livro eletrônico] – Campinas, SP: Mercado de Letras, 2021.

BRACHT, Valter. Educação física escolar e lazer. In: WERNECK, Christiane L. G.; ISAYAMA, Helder F. (orgs.). *Lazer, recreação e educação física*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

CAMARGO, Luís O. L. Recreação pública. In: *Cadernos de Lazer*. São Paulo: SESC, 1979.

CAMARGO, Luís O. L. *O que é Lazer*. São Paulo: Brasiliense, 2002.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos avançados*. 17 (49), 2003.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos feministas*. 171, 1/2002.

CRENSHAW, Kimberlé. (1989). "Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: a Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics". University of Chicago Legal Forum, Issue 1, Article 8, pp. 139-167. Tradução Latif, Larissa. In: BAPTISTA, Maria M. CASTRO, Fernanda. (org). *Gênero e Performance — Textos essenciais Vol. II*. Coimbra: Gracioso Editor, 2019. Disponível em: <https://ria.ua.pt/handle/10773/27705> Acesso: 02 de nov, 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. Tradução: mapeando as margens: interseccionalidade, políticas identitárias e violência contra mulheres de cor. In: Martins, A. C. ; VERAS, E.F. *Corpos em aliança: diálogos interpretativos sobre gênero, raça e sexualidade*. Curitiba: Appris, 2020.

DAVIS, Angela. *Mulheres, cultura e política*. Trad. CANDIANI, Heci R. São Paulo: Boitempo, 2017.

DAVIS, Angela. *A liberdade é uma luta constante*. Trad. CANDIANI, Heci R. São Paulo: Boitempo, 2018.

DUMAZEDIER, Joffre. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

DUMAZEDIER, Joffre. *Valores e conteúdos culturais do lazer*. São Paulo: SESC, 1980.

FONSECA, Carlos A. *O lazer na Base Nacional Comum Curricular (BNCC): uma análise documental*. Mestrado (Dissertação). Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, 2018.

FONSECA, Carlos A; ALVES, Cathia; ISAYAMA, Hélder F. A Base Nacional comum curricular (BNCC): Onde está o lazer? *Comunicações Piracicaba* | v. 28 | n. 1 | p. 171-196 | jan.-abr. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.15600/2238-121X/comunicacoes.v28n1p171-196>

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade. Curso no College de France (1975-1976)*. 4ª tiragem. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FRANÇA, Tereza. L. de. Educação para e pelo lazer. In: MARCELLINO, N. C. (org.). *Lúdico, educação e educação física*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009.

GONZALEZ, Lelia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: HOLLANDA, Heloisa B. (org.). *Interseccionalidades: pioneiras no feminismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 26, n. 1, 2014.

HUTCHINSON, Susan. L. & SHANNON, Charlene. S. *Innovations in leisure education: revisiting and re-imagining leisure education*. *Leisure/Loisir*, 44:3, 307-316. 2020. <https://doi.org/10.1080/14927713.2020.1783754>

JORDAN, Katherine. A; GAGNON, Ryan. J.; ANDERSON, Denise. M.; PILCHER, June. J. *Enhancing the College Student Experience: Outcomes of a Leisure Education Program*. *Journal of Experiential Education*. Vol. 41(1) 90–106. 2018. <https://doi.org/10.1177/1053825917751508>

MARCELLINO, Nelson C. **Lazer e Educação**. 17a.ed. Campinas: Papirus, 2014.

MARCELLINO, Nelson C. *Pedagogia da Animação*. 12a. ed. Campinas: Papirus, 2013.

MICHELONE, Catarina; ALVES, Cathia. Banca da ciência e o atravessamento da diversidade cultural. In: BAPTISTA, Maria M; ALMEIDA, Alexandre, A. *Performatividades de gênero na democracia ameaçada*. Coimbra, Portugal: Gracio Editor, 2020. <http://hdl.handle.net/10773/29823>

MICHELONE, Catarina.; ALVES, Cathia. O Projeto Banca da Ciência: Reflexões em Torno da Vertente do Lazer e da Diversidade Cultural. *LICERE – Revista Do Programa De Pós-graduação Interdisciplinar Em Estudos Do Lazer*, 24(1), 751–772, 2021. <https://doi.org/10.35699/2447-6218.2021.29492>

PACHECO, Reinaldo T. B. *A escola pública e o lazer: um estudo de caso do Programa Parceiros do Futuro – SEE/SP*. Dissertação de mestrado. São Paulo: FEUSP, 2004.

PACHECO, Reinaldo T. B. A escola pública e o lazer: impasses e perspectivas. In: PADILHA, Valquíria(org). *Dialética do lazer*. São Paulo: Cortez, 2006.

PINTO, Leila M. S. M. Lazer e educação: desafios da atualidade. In: MARCELLINO, Nelson C. *Lazer e Sociedade*. Campinas: Alinea, 2008.

REQUIXA, Renato. *Sugestão de diretrizes para uma política nacional de lazer*. São Paulo, Sesc, 1980.

SILVA, Marcília de S. *Interfaces entre lazer e educação: o caso do Programa Escola Integrada do município de Belo Horizonte*. Dissertação (Mestrado em Estudos do lazer). Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, 2013. <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-96VFCE>

SILVA, Marcília & Isayama, Helder F. Lazer e Educação no Programa Escola Integrada. *Educação em Revista*. Belo Horizonte. v.33. n.01. Janeiro-Março, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698156123>

SILVA, Tomas. T. *Documentos de Identidade*. 3ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

STIGGER, Marco P. Lazer, cultura e educação: possíveis articulações. *Rev. Bras. Cienc. Esporte*, Campinas, v. 30, n. 2, p. 73-88, jan, 2009. <http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/437>

TSCHOKE, Aline; TARDIVO, Thais G; RECHIA, Simone. Como a escola se tornou também espaço de lazer da comunidade: os programas inseridos a escola Maria Marly Piovezan. *Pensar a Prática*, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 1-11, jan./abr. 2011. <https://doi.org/10.5216/rpp.v16i1.13651>

WILKINSON, Shawn, KMIECIK, Krzysztof & HARVEY, William. *Community connections: Leisure education through afterschool programming*. *Leisure/Loisir*, 44:3, 421-439, 2020. <https://doi.org/10.1080/14927713.2020.1780935>

# DO PAPEL AO COTIDIANO: PERCEPÇÕES INICIAIS SOBRE UM PROJETO DE EXTENSÃO INSPIRADO NOS ESTUDOS DO LAZER

Bruno Ocelli Ungheri

Quando recebi o convite para colaborar com o “BELA”, um mix de sentimentos veio à tona, afinal, nascia um novo espaço para se debater os Estudos do Lazer, e eu, pesquisador debutante, enfrentaria o desafio de compartilhar reflexões sobre as experiências que tenho vivenciado nas diferentes dimensões do ambiente acadêmico. Em que pese a responsabilidade de honrar os nomes de vanguarda que edificam o campo do lazer, a proposta do blog se apresenta com ampla liberdade para autores e autoras, facilitando (ou pelo menos suavizando) o processo criativo de todos que se lançarão (e que já se lançaram) nesta empreitada.

Nessa esteira, optei pela busca de interações entre as vivências do doutorado e meu dia a dia como docente da Universidade Federal de Ouro Preto. Em maio de 2019, defendi a tese intitulada “Políticas Sociais de Esporte e Lazer: institucionalização e municipalização no contexto do Programa Esporte e Lazer da Cidade”, tendo como pano de fundo a descentralização política e administrativa das ações públicas orientadas pela garantia do lazer como direito social. Sob esse prisma, um dos objetivos da pesquisa foi analisar as estratégias de municipalização indicadas pelos municípios em seus convênios junto ao Governo Federal.

Para esclarecer a trajetória de investigação, é importante destacar o entendimento sobre municipalização, sendo este um processo indutivo, por parte da União, para que os municípios assumam de forma autônoma e sustentável, a oferta de políticas públicas vinculadas ao lazer, ao esporte e à cultura. Sobre isso, Aretche (1999) aponta que, no Brasil pós 1988, a autoridade política de cada nível de governo é soberana e independente das demais. Diferentemente de outros países, os municípios brasileiros foram declarados entes federativos autônomos, o que implica certo grau de soberania às administrações locais.

Por outro lado, a reboque desta organização gerencial, o volume de competências próprias se eleva, sem a devida distribuição de recursos públicos, gerando um processo de descentralização desordenado. Em minha tese, defendo que uma das formas de enfrentamento desta questão está no desenvolvimento de parcerias junto a outras instituições públicas, por meio de ações cooperadas e práticas compartilhadas. A chave desse processo estaria no compartilhamento de interesses e recursos que, em médio prazo, poderia promover maior eficiência no trato das políticas públicas. Uma das formas possíveis

de cooperação pode ser estabelecida entre prefeituras municipais e universidades, por meio de projetos de ensino, pesquisa e extensão.

Os projetos executados dentro deste escopo envolvem atores com potencial para assumirem os serviços ofertados, tendo em vista o reconhecido potencial dessas instituições em compartilharem recursos físicos e humanos para sua manutenção. Somado a isso, o compartilhamento das instalações, materiais e equipamentos de esporte e lazer também pode contribuir com a perenidade das políticas locais ligadas a essas áreas, além de promover uma aproximação da universidade ao cotidiano das pessoas. Todavia, é preciso considerar que este último elemento pode adquirir um caráter dicotômico, haja visto que, caso a referida aproximação não ocorra, é possível inferir o distanciamento das comunidades.

Seja pelo perfil de atuação ou por não apresentarem capilaridade nos territórios brasileiros, é sabido que muitas comunidades não legitimam as universidades como parte de sua identidade. Diante disso, para que as parcerias com essas instituições sejam estratégias eficazes, é imperativo sensibilizar as próprias universidades e respectivas comunidades sobre seu papel acolhedor e sua finalidade pública. Por essa ótica, a partir de meu ingresso na universidade pública, tive a oportunidade de propor e implementar o Projeto Esporte e Lazer Ouropretano (ELO), que institucionalizou um acordo de cooperação técnica entre a Prefeitura Municipal e a Escola de Educação Física da UFOP.

Os objetivos desta parceria são: a) diagnosticar as políticas públicas de esporte e lazer em desenvolvimento pela Prefeitura Municipal de Ouro Preto; b) diagnosticar e analisar a qualidade dos equipamentos públicos de esporte e lazer disponíveis em Ouro Preto e seus distritos; c) formular e implementar oficinas sistemáticas de esporte e lazer em Ouro Preto e seus distritos; d) elaborar processos compartilhados de formação continuada para os professores de Educação Física da Rede Municipal de Ensino; e) elaborar uma proposta para criação do Sistema Municipal de Lazer e Esporte da cidade.

O Projeto ELO ampara-se na premissa de cooperação entre os entes públicos, sobretudo no que diz respeito às relações institucionais pautadas pela responsabilidade social. Sob esse prisma, o reconhecimento da função social exercida por cada instituição pública pode indicar responsabilidades e interesses compartilhados entre elas, que quando apreciados conjuntamente potencializam os ganhos sociais. O contexto em questão perpassa pelos raios de ação da universidade pública e do poder executivo municipal, que apesar de distintos, apresentam diálogos possíveis de serem assumidos em parcerias de cooperação técnico-administrativas. Para tal, coloca-se em tela a *expertise* vocacional das instituições, ficando latentes os indícios de contribuição técnica, acadêmica e operacional que a universidade pode exercer sobre as políticas de esporte e lazer ouro-pretanas.

Em contrapartida, o executivo municipal apresenta capital político e capilaridade territorial capazes de ampliar o alcance das ações da UFOP e, conseqüentemente, a percepção social acerca de uma interação transformadora entre a universidade e a

sociedade. Com isso, induz-se a transição do conhecimento acadêmico hegemônico, para uma nova perspectiva que parte da troca de saberes com movimentos, organizações e setores sociais.

Para isso, é imperativo reconhecer o cenário político-administrativo enfrentado pelo país, cuja crise econômica impõe uma série de entraves gerenciais. Estes, em alguma medida, limitam a capacidade das instituições públicas em assumirem novas despesas de custeio, assim como de realizarem investimentos. Justifica-se, portanto, a parceria entre a UFOP e a Prefeitura Municipal de Ouro Preto pela oportunidade de se fortalecerem no enfrentamento dos desafios administrativos e operacionais que, de algum modo, limitam a obtenção de melhores resultados.

Como aponta Rosa (2017), o município de Ouro Preto apresenta um bom volume de equipamentos de esporte e lazer, mas sua distribuição se concentra na região central da cidade. A partir desse diagnóstico, a autora reforça a necessidade de se desenvolver ações que ampliem o alcance territorial do esporte e do lazer como direitos sociais dos munícipes. Somado a isso, propõe uma abordagem multidisciplinar a partir da ampliação e qualificação do quadro de profissionais que desenvolvem oficinas e programas pela cidade, o que pode ser alcançado a partir do Projeto ELO.

A expectativa por bons resultados no projeto baseia-se no diálogo com a literatura pertinente ao seu objeto e com os projetos em desenvolvimento pela Escola de Educação Física da UFOP. Sobre isso, é importante ressaltar a intenção de incluir no escopo de trabalho algumas ações da instituição, como “Aerodance”, “Escola de Esportes”, “Fitness Pro”, “Ginástica de Trampolim” e “Musculação e Qualidade de Vida”. Também são percebidas interações com o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFOP para o decênio 2016–2025. No documento, fica exposto o reconhecimento da universidade quanto à necessidade de estreitamento da relação entre docência, pesquisa, extensão e serviços, que devem se vincular com a sociedade e seus diferentes setores. Trata-se, portanto, da ação pública orientada pelo atendimento das demandas sociais, tendo como pano de fundo a adoção de estratégias sustentáveis.

O escopo de trabalho em andamento assume a multidisciplinaridade como protagonista das ações propostas. A pedra fundamental do Projeto ELO se apegue às ações de esporte e lazer e, por esse motivo, aponta aproximações indissociáveis aos saberes e competências tratados nos cursos de bacharelado e licenciatura em Educação Física. Na esteira do referido campo, são percebidas interações com outras áreas do conhecimento, que se apresentam como potentes parceiros à sua qualificação. Com base nos cursos ofertados pela UFOP, são perceptíveis possibilidades de contribuição da Administração Pública, Arquitetura e Urbanismo, Artes Cênicas, Direito, Engenharia Urbana, Museologia, Música, Pedagogia, Serviço Social e Turismo.

Encerro enfatizando a satisfação pela oportunidade de materializar os achados de minha pesquisa, sobretudo por acreditar em seu potencial no trato das demandas

sociais. A crise política, administrativa, econômica e social enfrentada pelo Brasil é desafiadora e nos coloca diante da tarefa de reconstruir as formas de pensar a sociedade e, conseqüentemente, de agir sobre ela. É nessa brecha que pretendo surfar, sem perder de vista a responsabilidade e o dever de ressonar em favor das minorias.

# JOGOS ELETRÔNICOS E ARTES



# IMAGENS DO LAZER NA PINTURA DE AUGUST MACKE

Elcio Loureiro Cornelsen<sup>1</sup>

August Macke (1887-1914) é um dos grandes nomes do Expressionismo alemão nas artes plásticas. Uma das características de sua pintura é a preferência temática por ambientações ao ar livre, em parques, bosques e lagos, em que pessoas são retratadas em diversas atividades, incluindo as de lazer e entretenimento. Em estudo recente, a partir de um conjunto de 30 obras analisadas, selecionadas a partir do acervo digital disponível no portal *Kunst für Alle* (Arte para Todos), pudemos classificá-las de acordo com as seguintes atividades:

a) banhistas no lago ou na praia: *Badende am grünen Abhang* (1910; Banhistas na encosta verde), *Badende Frauen I* (1913; Mulheres banhistas I), *Badende Frauen II* (1913; Mulheres banhistas II), *Badende Frauen mit Stadt im Hintergrund* (1913; Mulheres banhistas com cidade ao fundo), *Picknick am Strand* (1913; Piquenique na praia);

b) pessoas passeando: *Frauen beim Spaziergang* (1913; Mulheres no passeio), *Leute am blauen See* (1913; Pessoas no lago azul), *Paar im Park* (1914; Casal no parque), *Park am Wasser* (1913; Parque às margens do lago), *Promenade* (1914; Passeio), *Reiter und Spaziergänger in der Allee* (1914; Cavaleiro e cidadão passeando na alameda), *Schlafende Reiter* (1910; Cavaleiros dormindo), *Spaziergang auf der Brücke* (1912; Passeio na ponte), *Spaziergang im Park* (1914; Passeio no parque), *Spaziergänger am See* (1912; Pessoas passeando nas margens do lago), *Spaziergänger im Park* (1913; Pessoas passeando no parque), *Spaziergänger unter Bäumen* (1913; Pessoas passeando debaixo de árvores);

c) pessoas em locais de convívio: *Gartenrestaurant* (1912; Restaurante ao ar livre), *Wirtshausgarten* (1913; Taverna ao ar livre);

d) visitas a locais de entretenimento: *Circuswelt* (1911; Mundo do circo), *Seiltänzerin* (1913; Equilibrista na corda bamba), *Cirkus* (1913; Circo), *Cirkus – Kunstreiterin* (1911; Circo – amazona), *Kleiner Zoologischer Garten in Braun und Gelb* (1912; Pequeno jardim zoológico em marrom e amarelo), *Zoologischer Garten* (1912; Jardim Zoológico);

e) velejadores: *Segelboot am Morgen* (1910; Veleiro de manhã), *Am Thuner See Picknick nach dem Segeln* (1913; Piquenique junto ao Lago de Thun após velejar), *Ansicht vom Tegernsee* (1910; Vista do Lago Tegern), *Segelboot auf dem Tegernsee* (1910; Veleiro no Lago Tegern), *Gelbes Segel* (1913; Vela amarela), *Hilterfingen am Thuner See* (1914; Hilterfingen às margens do Lago de Thun).

Nos títulos de algumas obras destacam-se dois topônimos: o Tegernsee (Lago Tegern) e o Thuner See (Lago de Thun). Enquanto o primeiro se localiza na Baviera e pertence a um ciclo de estação de águas, tendo às suas margens cidades e vilarejos como

<sup>1</sup> Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

Egern, Staudach, Rottach, Bad Wiessee e Tegernsee, o segundo é um lago alpino situado no cantão suíço de Berna, tendo às suas margens cidades e vilarejos como Oberhofen, Gunten, Merligen, Darligen, Hilterfingen, entre outros. Ambos têm como característica comum o fato de serem, ainda em nossos dias, locais de veraneio, visitados pelo pintor no início do século XX, inclusive, vindo a residir em Hilterfingen às margens do Lago Thun no outono de 1913, e também por alguns meses, em 1910, em Tegernsee. Essa ligação com a natureza, pressupõe-se, tem a ver com certos aspectos da vida de August Macke, nascido em 3 de janeiro de 1887 na pequena cidade de Meschede, na região montanhosa de Sauerland, na Renânia, que cresceria em Bonn (Walther; Imwold, 2014), célebre cidade natal de Ludwig van Beethoven, que, pouco mais de meio século mais tarde, se tornaria a capital da Alemanha Ocidental. Não parece ser fortuito o fato de que paisagens urbanas – o mundo fabril ou das inovações técnicas, por exemplo – sejam pouco frequentes em suas obras, embora Macke, já adulto, tenha viajado algumas vezes para Paris e outras cidades européias, e também tenha residido em 1908, em Berlim, durante sua formação no ateliê do pintor impressionista alemão Lovis Corinth.



*Selbstporträt mit Hut*

(1909; Auto-retrato com chapéu)

Material: óleo sobre madeira, 41,0 x 32,5cm

(KUNST FÜR ALLE, s/d)

(<https://www.kunst-fuer-alle.de/deutsch/kunst/kuenstler/kunstdruck/august-macke/345/152/113958/>)

Nota-se também pela datação das obras que o maior período de produtividade artística de August Macke se situa entre os anos 1910 e 1914, abrangendo a totalidade das 30 obras do conjunto analisado, sendo que o ano de 1913 se destaca dos demais com 14 obras. Se pensarmos em termos de contexto, é interessante notar que a iminência da guerra que eclodiria em agosto de 1914 deixou poucos vestígios em suas obras. Todavia, o próprio pintor seria uma das primeiras vítimas da guerra, morto em 26 de setembro de 1914, em batalha travada ao sul da cidade de Perthes-lès-Hurlus, na região francesa de Champagne, sem ter completado sequer dois meses após a convocação para integrar o Regimento de Infantaria nº 160 e ser enviado ao front na patente de oficial adjunto, aos 27 anos de idade, pois, desde 1909, quando prestou o serviço militar, era soldado da reserva. Aliás, seis dias antes de morrer, foi promovido a oficial e recebeu a Cruz de Ferro, condecoração por atos de bravura (Walther; Imwolde, 2014). Embora tenha falecido cedo, Auguste Macke produziu mais de 10.000 desenhos e croquis, 500 quadros e 500 aquarelas (Bornemann, 2017), várias delas retratando pessoas no cotidiano, sempre com cores intensas e formas que se distanciam da realidade objetiva, sem, entretanto, recair no abstracionismo, salvo algumas exceções.

Sem dúvida, August Macke foi influenciado por diversos artistas plásticos contemporâneos da vanguarda europeia, algo que emprestou ao seu estilo um caráter singular e eclético. Formado na Academia Real de Arte de Düsseldorf em 1905, Macke faria amizade com diversos artistas nos anos seguintes, dentre eles Franz Marc, um dos principais nomes de “O Cavaleiro Azul” (*Der Blaue Reiter*), movimento artístico de Munique, que, aliás, teria o mesmo destino trágico de Macke, ao ser morto em Gussainville, em 4 de março de 1916, durante a Batalha de Verdun. Em 1911 e 1912, August Macke participou das exposições do grupo (Bornemann, 2017). Outros artistas plásticos que o influenciaram foram o expressionista Paul Klee e o fauvista Robert Delaunay, além de Henri Matisse, Marc Chagall, Louis Moilliet e Wassily Kandinsky.

Além disso, August Macke é considerado um grande mestre das cores, que expressa em suas pinturas e aquarelas um mundo colorido e alegre. Nos primeiros anos de sua produção artística, seu estilo evidenciava traços do impressionismo, mas que seriam atualizados, posteriormente, com elementos do futurismo, do cubismo e do fauvismo, sobretudo na crescente simplificação das formas (Bornemann, 2017). Suas pinturas concentram-se em expressar emoções, e alguns motivos recorrentes se fazem presentes em sua obra, entre outros, retratos, paisagens, naturezas mortas, e pinturas de nus. Nota-se, também, que seu estilo pessoal é marcado pelo trabalho com efeitos de luz e pelo emprego de cores puras, reluzentes e harmoniosas. Seus quadros satisfazem o anseio por imagens positivas de um mundo intacto, fazendo jus à harmonia das pessoas com as coisas que as cercam, conforme o próprio pintor certa vez definiu sua arte: um “canto à beleza das coisas” (*Gesang von der Schönheit der Dinge*) (citado in Deutsche Welle,

2015). Aliás, a principal modelo para retratos foi sua esposa, Elisabeth Gerhardt, com quem casou-se em 1910, retratada pelo pintor em mais de 200 obras.

A título de exemplo de análise, selecionamos cinco obras, todas associadas a pessoas passeando a pé: *Spaziergänger am See* (1912; Pessoas passeando nas margens do lago), *Spaziergang auf der Brücke* (1912; Passeio na ponte), *Frauen beim Spaziergang* (1913; Mulheres no passeio), *Spaziergang im Park* (1914; Passeio no parque), e *Promenade* (1914; Passeio).

Todavia, cabe-nos ainda tecer algumas conjecturas sobre o lazer para entendermos o modo como ele é considerado para efeito de análise. No belíssimo estudo do historiador Victor Andrade de Melo, intitulado *Esporte, lazer e artes plásticas: diálogos* (2009), encontramos subsídios que nos permitem trilhar esse caminho analítico a partir do pressuposto de que lazer e esporte são fenômenos da modernidade:

Nesse cenário, o lazer, nova configuração da diversão no âmbito desse conjunto de mudanças, será impregnado por toas as dimensões do ideário da modernidade em construção e tempo/espaço cada vez mais estratégico para a conformação dos novos ditames sociais ao captar e expressar, incorporar e ressignificar as tensões do processo. (Melo, 2009. p. 17)

Uma das principais referências no estudo de Victor Andrade de Melo ao tomar obras de arte como fontes históricas é o historiador francês Alain Corbin, que associa o lazer ao tempo livre: “O burguês aparece ‘em grande medida como o homem com tempo livre’. E isto, mais uma vez, não quer dizer que se trate de um ocioso, longe disso: ele tenta, como os seus contemporâneos, evitar o vazio das horas.” (Corbin *apud* Melo, 2009. p. 17). O que observaremos a seguir é, justamente, o poder da arte em incorporar e produzir imagens de uma dada atividade específica, em um momento de emergência e valorização do lazer: o ato de passear como modo de preencher o “tempo livre” e de “evitar o vazio das horas”.

Como bem ressalta Carlos Gonçalves Terra, “[o] ‘prazer do lazer’, em diversas épocas, pode ser conhecido pela observação de várias obras da pintura, em que a realidade fica materializada pela mão de um determinado artista” (Terra, 2010, p. 78). Este é o caso do ato de passear e seu destaque na obra de August Macke, que pode ser pensado como algo associado a uma série de momentos em dados espaços propícios para isso, como parques e jardins: “Também os parques públicos, que surgem a partir do século XIX, e os jardins particulares, proporcionarão momentos agradáveis quer pelos passeios, pelas conversas ou pelo contato com a natureza” (Terra, 2010, p. 78-79).

Por sua vez, em um estudo dedicado à história cultural do ato de passear a pé como uma prática burguesa do século XIX, Gudrun M. König (1996, p. 38), inicialmente, distingue entre o “passeio solitário” (*einsamer Gang*) e o “passeio público” (*öffentliche Promenade*). Mais que uma atividade ao ar livre, em meio à natureza, o ato de passear a pé tornou-se, ao longo do século XIX, parte do comportamento burguês no espaço público, como “nova forma de sociabilidade” (*neue Form öffentlicher Gesellung*) (König, 1996, p. 222). Todavia,

cabe ressaltar que, em termos etimológicos, a palavra alemã *Spaziergang* (passeio a pé) se origina do italiano *spaziare* (expandir espacialmente, divertir-se) e designa o ato de caminhar (deambular, passear, flunar, caminhar) como lazer e atividade física. As caminhadas podem ser empreendidas no intuito de relaxamento, recreação ou contemplação da paisagem ao ar livre, algo que já era praticado anteriormente pela aristocracia em jardins e parques de diversos castelos, pelo menos desde o século XVI, mas que se tornaria também parte do *ethos* burguês a partir do final do século XVIII, adquirindo componentes sociais, como travar contatos, conversar reservadamente, ver e ser visto no espaço público etc.

Tecidas tais considerações, a seguir, interpretaremos as imagens do ato de passear, produzidas pelo pintor August Macke.



*Spaziergänger am See*

(1912; Pessoas passeando nas margens do lago)

Material: óleo sobre tela, 71,4 x 71,2cm

(KUNST FÜR ALLE, s/d)

(<https://www.kunst-fuer-alle.de/deutsch/kunst/kuenstler/kunstdruck/august-macke/345/146/556399/spaziergaenger-am-see/index.htm>)

Este primeiro quadro, inicialmente, evidencia algumas características estilísticas da pintura de August Macke como o emprego de cores puras, sem intensidade de gradação, e também os traços delimitando formas que se orientam por certa geometria. Já em termos

temáticos, temos a representação de nove figuras, sendo que quatro delas passeiam sob a copa de uma árvore, enquanto outras cinco estão debruçadas a uma murada observando o lago, onde se vê ao longe um veleiro. Das nove figuras, duas são mulheres e sete são homens, todos estão vestidos à moda burguesa, as mulheres trajam vestidos longos e têm amplos chapéus vermelhos na cabeça, enquanto os homens trajam calças e paletós de cores distintas e têm chapéus coco, típicos da época. A contemplação do quadro nos permite algumas inferências: o ato de passear nas margens do lago possibilitava também que as pessoas pudessem apreciá-lo da murada; sem dúvida, há um recorte social no grupo de figuras representadas, há mais homens do que mulheres, e elas estão acompanhadas; os dois grupos que passeiam – dois homens em primeiro plano, um de costas e outro de lado, conversam enquanto caminham, um casal que passeia, vindo pelo caminho em direção oposta à dos dois homens, também parecem conversar e a ter atenção para a vista do lago. Do modo como é retratado por August Macke, o ato de passear está ligado, portanto, a certa sociabilidade prazerosa na natureza.



*Spaziergang auf der Brücke*

(1912; Passeio na ponte)

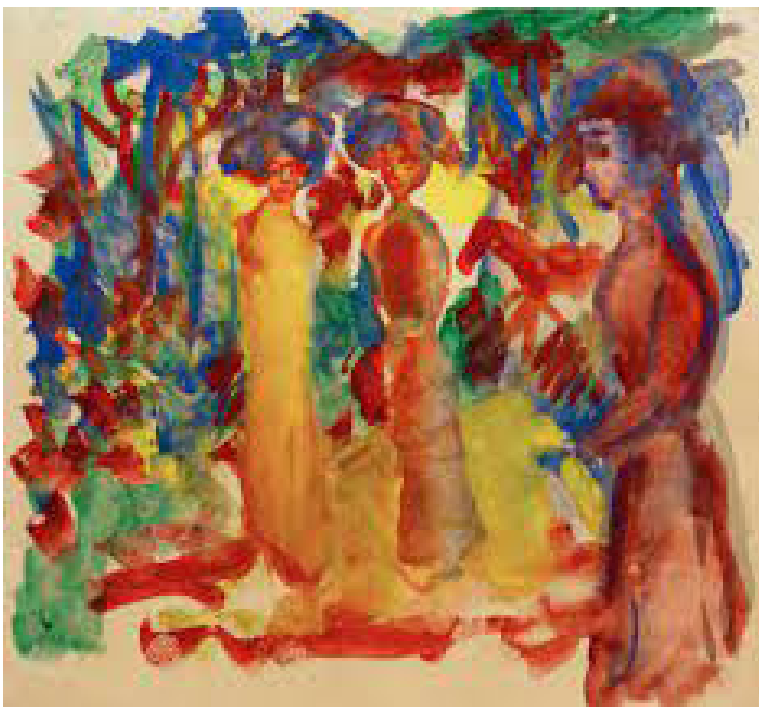
Material: óleo sobre tela, 86 x 100cm

(KUNST FÜR ALLE, s/d)

(<https://www.kunst-fuer-alle.de/deutsch/kunst/kuenstler/kunstdruck/august-macke/345/245/557715/spaziergang-auf-der-bruecke/index.htm> )

Nesse segundo quadro, nota-se certa semelhança com o anterior na representação

das figuras trajando roupas burguesas. Em primeiro plano destaca-se um grupo de quatro figuras: dois homens adultos trajando paletó e chapéu coco, e duas jovens, aparentando ser uma adolescente e uma menina, parcialmente encoberta pela silhueta da primeira. O modo de trajar das jovens, com vestidos compridos até um pouco abaixo dos joelhos, se distingue da mulher, a quinta figura do quadro, que passeia ao fundo, em direção ao grupo, e traja um longo vestido e chapéu brancos, e segura uma sombrinha aberta, da mesma cor. Do lado direito do quadro aparecem outras figuras sem grandes detalhes, mas que, percebe-se pelas vestes, são homens, dois deles estão dentro de um barco, enquanto outro está de pé, à margem, e outro auxilia a atracar a embarcação. Da ponte, as duas jovens e um dos homens em primeiro plano contemplam a cena a partir da murada. A exuberância da natureza domina boa parte do quadro, com duas árvores que ladeiam o caminho e a ponte e com densa vegetação em diversos tons de verde. Portanto, mais uma vez, o ato de passear adquire um sentido de sociabilidade, em que as pessoas caminham e, ao mesmo tempo, contemplam a natureza e cenas associadas a outras atividades, como é o caso dos homens no barco, e também do veleiro no quadro anterior.



*Frauen beim Spaziergang*

(1913; Mulheres no passeio)

Material: tinta guache sobre papelão

(KUNST FÜR ALLE, s/d)

(<https://www.kunst-fuer-alle.de/deutsch/kunst/kuenstler/kunstdruck/august-macke/345/318/557659/frauen-beim-spaziergang/index.htm> )

Em termos estilísticos, este quadro se diferencia sensivelmente dos dois primeiros analisados. De início, constata-se que há três figuras femininas, mulheres que passeiam em meio a uma paisagem pouco definida, constituída por pinceladas borradas, com predomínio das cores verde, azul e vermelho, do mesmo modo que o caminho, com pinceladas borradas em vermelho e amarelo. O mesmo ocorre com as figuras das mulheres, trajando vestidos longos e chapéus à moda burguesa, sem que, todavia, haja definição nítida da silhueta de seus corpos. Duas mulheres, no centro do quadro, parecem conversar entre si enquanto caminham, e outra mulher caminha em primeiro plano, do lado direito do quadro. Trata-se, pois, de um quadro com menos informações do que os dois primeiros, mas que ainda nos permite fazer algumas inferências: o passeio na natureza possibilita a fruição do tempo e, simultaneamente, a sociabilidade a partir de referenciais burgueses da época, com certa formalidade expressa, por exemplo, nas vestes.



*Spaziergang im Park*  
(1914; Passeio no parque)

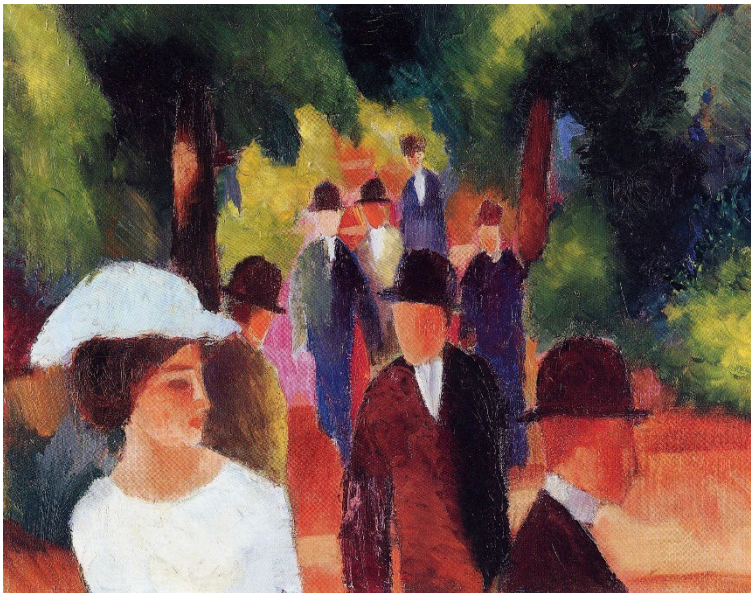
Material: tinta guache e pastel sobre papel cartão, 44,5 x 29,8cm  
(MEISTERDRUCKE, s/d)

(<https://www.meisterdrucke.pt/impressoes-artisticas-sofisticadas/August-Macke/822473/Um-passeio-no->



parque,-1914.html )

Por sua vez, o quarto exemplo de análise de quadros de August Macke que têm por tema o ato de passear reitera alguns elementos dos quadros anteriores. Em termos estilísticos, ele aparenta ser mais próximo dos dois primeiros, pois as figuras – duas mulheres e um homem – e os elementos da natureza – troncos e copas de árvores e vegetação rasteira, além do caminho – possuem contornos definidos. Do mesmo modo que nos quadros anteriores, as figuras femininas são caracterizadas por trajarem vestidos longos e chapéus à moda burguesa, com destaque para a figura da mulher, que aparece centralizada no quadro, em primeiro plano, que carrega uma sombrinha aberta. Ao fundo, do lado direito, outra mulher conversa com um homem, cujas vestes não são bem definidas, mas que poderia ser um uniforme militar em cor azul, e ele usa chapéu que se assemelha a um quepe. Ao fundo do parque vislumbra-se algumas construções e também pedaços do céu azul, em dia ensolarado. Mais uma vez, nota-se que, do modo como o ato de passear é retratado por August Macke, ele se associa à sociabilidade: as pessoas caminham e conversam, ao mesmo tempo em que desfrutam do momento ao ar livre, em meio à natureza. Além disso, se no quadro anterior o passeio é destacado, mas não onde ele ocorre, nos dois primeiros e neste exemplo o paratexto principal – o título – indica a espacialização: a margem do lago, a ponte e, respectivamente, o parque.



*Promenade*

(1914; Passeio)

Material: óleo sobre tela, 48 x 60cm

(KUNST FÜR ALLE, s/d)

([https://www.kunst-fuer-alle.de/deutsch/kunst/kuenstler/kunstdruck/august-macke/345/75/556343/promenade-\(mit-weissem-maedchen-in-halbfigur\)/index.htm](https://www.kunst-fuer-alle.de/deutsch/kunst/kuenstler/kunstdruck/august-macke/345/75/556343/promenade-(mit-weissem-maedchen-in-halbfigur)/index.htm))

Por fim, o quinto e último quadro selecionado como exemplo de análise é *Promenade* (Passeio), de 1914. Aqui, caberia uma distinção terminológica entre *Spaziergang* (passeio enquanto ato de passear) e *Promenade* (passeio enquanto caminho próprio para passear), termo originário do verbo francês *promener*, que significa “passear”. Portanto, a *Promenade* é um caminho propício para o desfrute do passeio e da contemplação da paisagem, e não necessariamente um caminho na sua funcionalidade pragmática para todo e qualquer transeunte que se desloca. É por isso que passeios localizados às margens de lagos e rios são designados de *Promenade*, em geral, ladeados por vegetação e fileiras de árvores. Espaços como esses têm um significado social enquanto espaço público, espaço em que pessoas vêem outras e querem ser vistas, podem conversar e travar novos contatos, longe da agitação das ruas. Esse, aliás, parece ser um aspecto partilhado por August Macke. Em seu quadro, aparecem oito figuras, sendo três mulheres e cinco homens, todos trajados formalmente de acordo com a moda burguesa da época, os homens com ternos e chapéus coco, e as mulheres com chapéus e vestidos longos. Um grupo de figuras se destaca em primeiro plano: três homens e uma mulher, sendo que apenas esta tem seu rosto retratado com alguns detalhes, além de trajar vestido e chapéu branco, o que a destaca das demais figuras que integram o quadro. Outros dois homens caminham em direções distintas, um da esquerda para a direita e outro, na direção contrária às outras figuras. Não se evidencia se elas expressam comunicação entre si, principalmente pela distância entre os corpos. E as quatro figuras – dois homens e duas mulheres – ao fundo também não permitem maiores inferências quanto a isso. O caminho em que elas passeiam é ladeado por árvores e arbustos.

Em suma: ao retratar situações em que pessoas passeiam, Auguste Macke registra instantâneos de uma época específica. Às portas da Primeira Guerra Mundial, o pintor parece se apegar a imagens de lazer como possibilidade de desfrute de uma vida em harmonia com a natureza. Suas pinturas registram um modo de olhar para a vida burguesa na passagem do século XIX para o XX, em que, por exemplo, os passeios mantinham-se como um dos modos de se expressar em termos de sociabilidade. Aquele que, em setembro de 1914, morreria nas trincheiras da guerra parecia resistir, através de sua arte, a um entendimento otimista do progresso, atribuindo à natureza certo caráter idílico, em meio à qual burgueses encontrariam refúgio e deleite, em passeios e caminhadas, desfrutando do lazer e, ao mesmo tempo, evidenciando traços distintivos de classe.

## REFERÊNCIAS

BORNEMANN, Sandra. August Macke. In: *Portal Rheinische Geschichte*. 2017. Disponível em: <http://www.rheinische-geschichte.lvr.de/Personlichkeiten/august-macke/DE-2086/lido/57c9469241d290.28232784> . Acesso em: 06 dez. 2021.

DEUTSCHE WELLE. Rheinischer Expressionismus in Bonn: Museum August-Macke-Haus eröffnet. 2015. Disponível em: <https://www.dw.com/de/rheinischer-expressionismus-in-bonn-museum-august-macke-haus-eroffnet/a-41630757>. Acesso em: 06 dez. 2021.

KÖNIG, Gudrun M. *Eine Kulturgeschichte des Spazierganges*. Spuren einer bürgerlichen Praktik 1780-1850. Wien; Köln; Weimar: Böhlau, 1996.

KUNST FÜR ALLE, Bilder von August Macke, s/d. Disponível em: <https://www.kunst-fuer-alle.de/deutsch/kunst/bilder/kuenstler/August+Macke/345/1/index.htm>. Acesso em: 06 dez. 2021.

MEISTERDRUCKE. Bilder von August Macke, s/d. Disponível em: <https://www.meisterdrucke.pt/artista/August-Macke.html>. Acesso em: 06 dez. 2021.

MELO, Victor Andrade de. *Esporte, lazer e artes plásticas: diálogos*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

TERRA, Carlos Gonçalves. O prazer no jardim. In: MARZANO, Andrea; MELO, Victor Andrade de (orgs.). *Vida divertida: histórias do lazer no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p. 75-95.

WALTHER, Lutz; IMWOLDE, Janca. August Macke. In: *LeMO – Lebendiges Museum Online*. 14 set. 2014. Disponível em: <https://www.dhm.de/lemo/biografie/august-macke> . Acesso em 06 dez. 2021.

# DANÇA DIGITAL: NOVAS POSSIBILIDADES PARA A DANÇA E PARA O CORPO QUE DANÇA

Paola Luzia Gomes Prudente

Entendendo que a dança se conecta com os vários campos da vida e é alvo de constante reflexão e experimentação na contemporaneidade, trago para este texto algumas reflexões sobre a dança na perspectiva digital. A denominação Dança Digital surge como uma tradução não literal do termo *mediadance* de Schiller (2003) e é compreendido como “a dança que pode acontecer em qualquer ambiente e em temporalidades diversas ou não, mas que em sua expressão necessariamente se utilize o digital, podendo ou não ter uma presença física humana como corpo dançante” (Ribeiro, 2013, p. 2).

As danças digitais de uma forma geral são muito criticadas por profissionais e teóricos da área da dança. Nepomuceno (2010), por exemplo, ao analisar as danças expostas pela grande mídia, termo utilizado pela autora ao se referir à televisão, aponta a padronização no jeito das pessoas dançarem. Para ela, todo esse esquematismo, nas semelhanças dos corpos, roupas, cor e estilo dos cabelos, acaba por não permitir que as pessoas reflitam criticamente.

Mas será que isso ocorre apenas com as danças expostas pelas grandes mídias? O ensino das técnicas codificadas, como por exemplo o balé clássico, também não padroniza o jeito das pessoas? As semelhanças nos corpos das bailarinas clássicas, roupas, estilos de cabelo, formas de se movimentar também são reproduzidas e é quase impossível ver indivíduos colocando sua personalidade e sua identidade em suas danças.

Cabe aqui uma reflexão sobre a insistência em considerar, sempre, as danças codificadas como a única interface para dança (Camargo, 2013). Acreditamos que essas danças que oferecem padrões fora dos habituais das danças codificadas, e que muitas vezes são taxadas como vulgares ou até mesmo de mau gosto, são na verdade novas gramáticas e novas configurações corporais e geram outras codificações.

A dança digital não existe enquanto estilo de dança – com gestos definidos que permitam uma identificação dos maneirismos de movimento – mas existe enquanto mecanismo de execução (Ribeiro, 2016). Ela extrapola fronteiras de classe, etnia, regionalidade e faz com que senhoras “desçam até o chão”<sup>1</sup>, apesar dos rótulos aos quais vários estilos estão submetidos. Essa dança se faz presente na vida de diversas pessoas, que, por exemplo: acompanham canais de dança nas redes sociais para praticar atividades físicas ou para se divertir e/ou aprender as coreografias do momento; que acompanham

---

<sup>1</sup> Expressão que faz referência ao Funk.

concursos de dança pela televisão; que dançam horas acompanhando as coreografias por meio de um jogo digital. Essa perspectiva de dança “[...] mobiliza além de quem dança e produz dança, aqueles que, frente a este cenário, se sentem impelidos a dançar ou culpados por não desejarem dançar ou por odiarem a dança (Santos, 2009, p. 53).

Nesse cenário a mídia tem um investimento contínuo e multifacetado para que todos dance. Isso se dá a partir de uma ampla oferta midiática de tipos de danças, que buscam a adesão de todas as faixas etárias, todas as classes, todas as etnias etc (Santos, 2015). Tal característica é marcante, por exemplo, no quadro “Dança dos Famosos”, que incluiu apresentações de bolero, merengue, forró, passo doble, gafieira, tango, zouk, hip-hop, funk e baladão (uma dança proposta a partir de uma música pop contemporânea), códigos que não necessariamente se configuram em estilos técnicos de dança, mas são identificados como forma de expressão e reconhecidos popularmente.

São muitos “idiomas corporais” que fazem parte do cardápio coreográfico das mídias. Essa variedade garante espectadores que conhecem ou admiram uma ou outra dança nominada e reconhecida, seja por seu estilo ou origem geográfica ou étnica, mas, também, garante espectadores que são apresentados e apreciam essas novas configurações e codificações de dança.

Outras nuances da interrelação dança e cultura digital podem ser encontradas na pós-modernidade a partir dos vídeos de dança produzidos para as redes sociais, que são denominados *challenges*. Observamos dois tipos específicos de *challenges*: os desafios do *TikTok* e as produções digitais coreográficas compartilhadas. O *TikTok* é um aplicativo chinês que foi apontado como uma das maiores tendências emergentes de consumo de mídias sociais entre jovens brasileiros, segundo dados apresentados na pesquisa de Passarelli (2020), que apresenta o estado da arte acerca do comportamento dos jovens brasileiros em conectividade contínua. A plataforma apresenta vídeos curtos com coreografias ou interpretações dramáticas, com efeitos especiais e trilhas sonoras personalizadas, com o intuito de serem reproduzidos por outras pessoas. Uma opção para a aprendizagem das coreografias é baixar o clipe do desafio e colocá-lo em câmera lenta. Também é possível procurar por tutoriais das danças no *YouTube*, já que os desafios “viralizaram” por outras redes sociais. A partir disso, é treinar, dançar, filmar e repostar esses vídeos.

Já as produções digitais coreográficas compartilhadas têm outras características. A começar pelo objetivo inicial, que não é desafiar as pessoas a reproduzirem os vídeos, mas sim, divulgar os trabalhos coreográficos em rede. Uma característica essencial para que esses vídeos sejam considerados *challenges* é a formatação, cuja ideia é passar a impressão de coreografia compartilhada, coletiva. Como se vários pedaços coreográficos, com pessoas diferentes, fossem unidos para criar um único vídeo. Essa também tem sido uma prática constante de produção de dança digital, muito comum como manifestação de lazer e divulgação de trabalhos artísticos.

Nessa cultura digital, a interação com as mídias digitais vem fabricando sujeitos

dançantes, seja no frequente convite para dançar a partir do aplicativo *TikTok*, seja na sensação de se produzir um vídeo para postar na internet, seja para dançar horas na frente de uma tela acompanhando um jogo digital. Corpos, movimentos, expressões, imagens, desejos, vontades, necessidades. Por fim, se torna um desafio continuar pensando a dança em uma cultura que traz complexas relações de produção, circulação e consumo, e que não se limita às questões estéticas, trazendo novas possibilidades e demandas para a dança e para o corpo que dança.

## REFERÊNCIAS

CAMARGO, Giselle Guilhon Antunes (Ed.). *Antropologia da dança*. Florianópolis: Editora Insular, 2013.

NEPOMUCENO, Marília. O Corpo na Dança: uma Reflexão a partir dos olhares da Indústria Cultural. *Pensar a Prática*, v. 13, n. 1, 2010.

PASSARELLI, Brasilina. Jovens brasileiros em conectividade contínua: estudos e tendências. *Revista Juventude e Políticas Públicas, Brasília*, v. 1, Edição Especial, p. 1-16, fev. 2020.

RIBEIRO, Natália Pinto da Rocha. Dança digital: uma emergência poética do contemporâneo. In: *ENCONTRO INTERNACIONAL DE ARTE E TECNOLOGIA: Prospectiva poética*, 12 (#12.ART) / UNB, 2013, Brasília. Anais #12.ART, v. 12, 2013.

RIBEIRO, Natália Pinto da Rocha. *Poética na dança digital: processos e reverberações*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Dança, Escola de Dança, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

SANTOS, Airton Ricardo Tomazzoni dos. *Lições de dança no baile da pós-modernidade: corpos (des) governados na mídia*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

SANTOS, Airton Ricardo Tomazzoni dos. *Lições de dança na mídia*. *Educação*, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 77-86, jan.-abr. 2015.

SCHILLER, Gretchen. *The Kinesfield: a study of movement-based interactive and choreographic art*. 160p. – Tese (Doutorado) – University of Plymouth, England, 2003.

# JOGO ELETRÔNICO, E-SPORT OU APENAS JOGO

Rodrigo Lage Pereira Silva

O que pretendo aqui dizer não se trata de uma revisão de conceitos ou um debate sobre definições. Este texto trata de uma confusão quase teórica que me atormenta sobre as fronteiras das palavras do título e que dificultam a construção de escrita e pensamento fluido a respeito do tema que ponho a me debruçar no momento, o jogo eletrônico/e-sport/jogo. Pretendo então partilhar com vocês, leitores, minha desorganização de pensamentos sobre tal tema.

Quando assistimos uma partida de vôlei na televisão ou um campeonato escolar não resta dúvidas de que ali estamos a presenciar um esporte. Entretanto amigos, podemos observar que as pessoas fazem diferentes apropriações das manifestações esportivas. Não raro, vemos crianças chutando a bola de um pé para o outro ou controlando-a para que não caia, dando embaixadinhas, ou então jogando a bola de vôlei para o alto a fim de que alguém a golpeie e acerte uma outra pessoa. Claramente, não estão praticando o esporte institucionalizado, porém ao serem confrontados a resposta é certa: “Estou jogando futebol!” “Estou jogando vôlei!” Dessa maneira, muitos jogos surgem oriundos de adaptações das práticas institucionalizadas e acabam por tomar o significado de esporte para aqueles que o praticam.

Todavia, por mais que os limites entre uma prática institucionalizada de um esporte e de um jogo que tenha sua origem nele se confundam para os praticantes, para um pesquisador tal manifestação não se torna difícil de ser identificada. Elementos como número de jogadores, materiais, regras, tempos e locais facilitam a constatação do que ali está ocorrendo.

No caso do jogo eletrônico, não podemos aplicar o mesmo olhar. Isso ocorre pois, apesar de terem em sua “essência” a competição, muitos dos games que possuem atualmente os maiores campeonatos e premiações, maior visibilidade, mais jogadores profissionais não foram criados, *a priori*, como esporte ou tratados com tal. Entretanto, com o incremento do número de jogadores e entusiastas (dentre outros fatores), alguns desses jogos vão sofrendo um processo de “esportivização”.

Quais elementos deste processo são facilmente perceptíveis? A criação de ligas, equipes assalariadas, o estabelecimento de normas e regras de conduta, criação de campeonatos, a formação de uma base de fãs/entusiastas, patrocínios, transmissão. Estes, são alguns pontos que não são observados em um ambiente de jogo casual, mas sim num cenário esportivo.

Ok! Mas se conseguimos apontar tais pontos, onde entra a dúvida entre os limites

do jogo e do esporte (eletrônico)? Pois bem, a confusão de quem vos fala é aumentada agora. Ao analisar uma equipe profissional num campeonato tais fronteiras, realmente, são bem nítidas. Entretanto, ao observarmos um jogo amador ou até mesmo casual, de entusiastas, a situação fica um pouco mais embaçada. Uma vez que, salvo alguns modos não convencionais de se jogar<sup>1</sup>, a prática daquela manifestação é essencialmente a mesma. As regras, os moldes, os movimentos, os tempos, as limitações, os objetivos são exatamente iguais. Ou seja, apenas o contexto de onde acontecem as partidas podem nos fornecer elementos para que a prática seja identificada como jogo ou como esporte.

Assim sendo, caso não tenhamos algum parâmetro externo ou, principalmente, a motivação intrínseca daqueles que estão a jogar, a tarefa de identificar aquela manifestação como um jogo ou um esporte se torna difícil. Uma vez que, diferentes indivíduos podem se relacionar com o *game* com diferentes propósitos (Cavichioli; Reis, 2014). De maneira que para um jogador aquele momento está sendo tratado como um esporte, buscando o incremento de sua performance, competitividade e outros fatores atrelados à prática esportiva competitiva e para outro jogador (da mesma equipe) tal momento pode ser tomado “apenas” como um passatempo, sem pretensão de melhora, algum tipo de rendimento ou se relacionando com a atividade de uma maneira lúdica, construindo por si só novos significados àquela prática (Silva, 2017).

Além disso, o fator “tempo” entra em nossa equação. Pois, aquele mesmo jogador pode em determinado momento estar no *game* com o propósito totalmente diferente do que estava há duas partidas atrás. Todavia, as regras, objetivos a serem cumpridos e outros elementos permanecem rigorosamente os mesmos, dificultando a identificação daquela prática.

Cabe ainda aqui, apenas pontuar para pensamentos futuros, que para além desta minha bagunça, possuímos duas objeções. A primeira se trata da ainda não aceitação do esporte eletrônico como esporte, muitos são os “poréns” para sua legitimação, apesar de Melo (2010) já ter orientado sobre as mudanças do conceito de esporte ao passar da história, tratando-se da Educação Física a “birra” maior se dá a respeito do (não) esforço físico, o que de fato não chega perto de ser um argumento plausível. O segundo entrave se trata da própria dificuldade de se achar uma grafia “correta” para a manifestação. No meio profissional, por exemplo, encontramos equipes com a escrita “E-sport” “Esport” eSport” até chegar ao esporte eletrônico.

De certo, a diferenciação do esporte tradicional para o esporte eletrônico parece fazer sentido, principalmente sendo este muito incipiente. Todavia, ao passar do tempo, penso se seria mesmo necessária a utilização do segundo termo, pois em suma a única coisa que o diferenciaria de algum outro esporte é sua ferramenta mediadora, o computador. Assim

---

<sup>1</sup> Alguns jogos permitem que seus jogadores criem novos mapas, cenários e modos de jogo para além daqueles que já programados. Além do mais, alguns jogadores se apropriam de diferentes formas, podendo interagir com o jogo e jogadores de uma forma diferente da imaginada.



como um remo e um barco diferenciam um esporte náutico de um esporte de combate, que por sua vez vai utilizar luvas e/ou kimonos.

O que quero dizer é que a utilização de categorias para a definição dos esportes se faz necessária para fins de divisão, organização (entre outros), mas ao fim das contas um esporte aquático não deixa de ser um esporte, um esporte de motor não deixa de ser um esporte, então será que um esporte eletrônico também não pode ser simplesmente chamado de esporte ou ele continuará como jogo? A discussão para tal indagação fica para a próxima.

Por enquanto continuo a me perguntar: jogo eletrônico, E-sport ou “apenas” jogo?

## REFERÊNCIAS

CAVICHIOILLI, Fernando Renato; REIS, Leôncio José de Almeida. World of warcraft como prática de lazer: sociabilidade e conflito “em jogo” no ciberespaço. *Revista Movimento*, Porto Alegre, v.20, n.3, p.1083-1109, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1153/115332101012.pdf>. Acesso em: 11 Fev. 2022.

MELO, Victor Andrade de. Apontamentos para uma história comparada do esporte: um modelo heurístico. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 107-120, Mar. 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1807-55092010000100010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1807-55092010000100010&lng=en&nrm=iso)> Acesso em: 10 Nov. 2022.

SILVA, Rodrigo Lage Pereira. *O jogo counter strike: interações entre entusiastas por meio de comentários em Websites*. 2017. 135f. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

# JUST DANCE: ALGUMAS DEMARCAÇÕES DE GÊNERO ESTABELECIDAS COREOGRAFICAMENTE

Paola Luzia Gomes Prudente

Corpos, movimentos, expressões, imagens, desejos, vontades, necessidades. Trago para este texto algumas reflexões da minha tese de doutorado a partir da apropriação de jogadores/as de *Just Dance*<sup>1</sup> na prática da dança. Essas apropriações revelaram questões de gênero e sexualidade que fazem esses/as jogadores/as pensarem, sentirem e agirem de determinadas formas.

Os/As próprios/as jogadores/as de *Just Dance* faziam distinção entre coreografias com movimentos femininos e masculinos, identificando quais músicas são mais ou menos adequadas para se jogar por quais sujeitos. O fato de se identificarem com a música, com os movimentos, passos, gestos e/ou com o estilo de dança fazia com que esses/as jovens fizessem escolhas por gravarem essa ou aquela coreografia, por representarem esse ou aquele dançarino ou essa ou aquela dançarina virtual.

Ao distinguirem coreografias masculinas e femininas, os/as jogadores/as reforçam algumas demarcações de gênero que são estabelecidas coreograficamente. O fato de identificarem quais músicas são mais ou menos apropriadas para se jogar por quais sujeitos, acaba por reafirmar que a dança na perspectiva de um jogo digital continua reforçando binarismos entre feminino e masculino.

Ao produzir coreografias em que a mulher sempre ocupa “esses papéis mais delicados” e o homem os papéis de “representatividade de força”, não há uma representação da mulher e do homem, mas uma reiteração normativa que cita modos comumente atribuídos à feminilidade e à masculinidade. É exatamente tal citacionalidade que convoca a norma de gênero e a emprega ao discurso coreográfico, conferindo a determinados modos de dançar um contorno de naturalidade feminina ou masculina (Ferreira, 2019, p. 31).

Essas ideias nos fazem refletir sobre alguns comportamentos hegemônicos, que são socialmente reconhecidos e gerenciados como modelo para todas as pessoas. Acabam por determinar uma série de normativas sociais, fundamentadas nas questões de gênero, que, neste texto, é entendido como a construção cultural de significados, símbolos e normas que dão origem às “masculinidades” e “feminilidades” (Scott, 1995; Butler, 2010; Louro, 2007). Apesar da prática da dança a partir do *Just Dance* em alguns momentos parecer reafirmar essas normativas sociais, em outros, parece causar perturbações na norma e deslocamento dessas fronteiras. Um exemplo disso é quando um dos jogadores

<sup>1</sup> O *Just Dance* é um *exergame* que se baseia em imitar a coreografia de um dançarino virtual na tela, no qual o jogador participa por meio da interação corporal de movimento (Prudente, 2020).

se sente à vontade para dançar as coreografias com demarcações mais femininas. Para alguns sujeitos, experimentar esses movimentos e romper com a expectativa normativa, provocando deslocamentos nessa fronteira, foi algo possível. Para outros, essas normativas sociais, que por vezes são orientadas sob a lógica da exclusão e da interdição das diferenças, causaram sentimentos de sofrimento, exclusão e até mesmo intimidação das maneiras de dançar a partir da prática do jogo.

Pulsaram também as especulações sobre a sexualidade de quem jogava, reafirmando que a dança na perspectiva do jogo digital continua reproduzindo fronteiras de gênero com movimentos e gestos corporais demarcados pela heteronormatividade. Essas normativas sociais por sua vez, além de distintas para ambos os sexos, comumente, são orientadas sob a lógica da exclusão de sujeitos e da interdição das diferenças. Tais processos geralmente norteiam a forma como homens e mulheres devem moldar suas feminilidades e masculinidades socialmente, a fim de serem categorizados como “normais” ou socialmente adequados.

Essas questões legitimam relações de desigualdade ou até mesmo de violência contra a diversidade. Tomamos como exemplo o caso específico de um jovem que deixa de gravar vídeos na escola, após ser criticado e “zoadado” pelos colegas, dançando uma coreografia com contornos de feminilidade. Percebe-se neste exemplo o caráter efetivo das normas reguladoras de gênero: mesmo ele acreditando que poderia dançar independentemente do discurso coreográfico, naquele ambiente ele não faria mais. Os sentimentos de sofrimento, exclusão, não pertencimento e de intimidação não podem passar desapercibidos nesse momento, até porque, deixar velados esses conflitos é continuar produzindo processos de exclusão dessas pessoas, a partir das tentativas de se manterem invisíveis às diferenças.

## REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FERREIRA, Petrônio Alves. *Coreografias juvenis: gêneros e sexualidades na cena escolar*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Mestrado Profissional Educação e Docência da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

PRUDENTE, Paola Luzia Gomes. *Dançando e jogando em frente à tela: o exergame Just Dance na perspectiva dos jogadores*. 2020.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, UFRGS, v. 20, n. 2, p. 71-79, 1995.

# LAZER E NEGRITUDE EM “LADO B LADO A” – O RAPPA

Danilo da Silva Ramos

Em um texto publicado no *Bela – Blog Estudos do Lazer*, Paula (2021) nos convidou a embarcar “em um exercício de imaginação, de um olhar invertido, divertido (por que não?) para o carnaval”. Início meu trabalho fazendo um convite parecido, entretanto, em uma dinâmica diferente, vos convido para uma viagem pela vida e experiências de uma personagem, um eu-lírico, que nos levará pelas ruas, vielas e becos do Rio de Janeiro. Utilizaremos ao longo do texto suas experiências, sentimentos e percepções para refletirmos sobre o lazer e negritude, via as letras das músicas do álbum “Lado B Lado”, da banda “O Rappa”. O disco, lançado no ano de 1999, conta com 12 faixas: 1. “Tribunal de Rua”, 2. “Me Deixa”, 3. “Cristo e Oxalá”, 4. “O Que Sobrou do Céu”, 5. “Se Não Avisar o Bicho Pega”, 6. “Minha Alma (A Paz que Eu Não Quero)”, 7. “LadoB LadoA”, 8. “Favela”, 10. “Nó de Fumaça”, 11. “A Todas as Comunidades do Engenho Novo”, 12. “Na Palma da Mão”.

Já na faixa inaugural, “Tribunal de Rua”, somos provocados com o som da sirene da polícia. Para ouvidos que não estão acostumados com este tipo de som, isto já causa um certo estranhamento. Somos introduzidos desta maneira no cotidiano do eu-lírico que acompanharemos durante a obra. A música é uma denúncia da violência policial (histórica, estrutural e contra os negros em maior escala<sup>1</sup>). Tribunal de rua, pois, neste momento, a polícia é tudo: juiz, promotoria etc. Seu julgamento (naquele momento) pode definir o destino de uma vida.

Tribunal de rua  
De geração em geração  
Todos no bairro já conhecem essa lição  
Eu ainda tentei argumentar  
Mas tapa na cara pra me desmoralizar. (O Rappa, 1999)

Posteriormente, somos levados à reflexão sobre o cansaço mental/estresse enfrentado pelo eu-lírico, que logo exclama pelo direito ao ócio, solicitando ao interlocutor:

Me deixa  
Dando um tempo, tempo, tempo  
Pra cantar  
Me deixa, que hoje eu tô de  
Bobeira, bobeira (O Rappa, 1999)

Fazemos aqui um salto na temporalidade dessa personagem, quando nos relata passagens sobre o dia a dia de formas diversas. A primeira é um dia incomum, em que falta

---

1 Em dezembro de 2020 a Rede de Observatórios de Segurança lançou os dados da violência policial contra negros, “A cor da violência policial: a bala não erra o alvo”, dados do ano de 2019 em variados estados do país como Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. Para estudo completo, acesse: <http://observatorioseguranca.com.br/wp-content/uploads/2020/12/A-Cor-da-Viol%C3%Aancia-Policial-A-Bala-N%C3%A3o-Erra-o-Alvo.pdf> .

energia e ele passa a ter percepção de aspectos do cotidiano por vezes ignorados, que vão desde elementos naturais (todas cores escondidas / nas nuvens da rotina) aos moradores tomando cerveja no bar. Além disso, a faixa “O que sobrou do céu” também nos apresenta para uma prática de lazer entre as crianças da favela, ao passo que seus versos trazem “O som das crianças brincando nas ruas / Como se fosse um quintal”, tendo aqui a rua como espaço apropriado para diversão, talvez o único que lhes coubessem (a ressignificação do espaço). A segunda podemos citar a criminalidade que o cerca, em “Se não avisar o bicho pega” e “Nó de fumaça” temos instigantes letras, pois, nelas o eu-lírico toma forma de um comentarista, fazendo o retrato das formas de agir de um fogueteiro<sup>2</sup> e de um criminoso. Nesta ocasião vem à tona algumas características vivenciadas pela negritude, a dificuldade de inserção no mercado de trabalho, falta de oportunidade e o racismo estrutural que nos marca até a atualidade, onde a criminalidade é uma opção viável, infelizmente (Almeida, 2018).

Em “A Todas as Comunidades do Engenho Novo”, “Favela” e “Homem amarelo”, somos apresentados ao bairro Engenho Novo da cidade do Rio de Janeiro, além da marcação sociocultural da favela. Para Silva (2009) a faixa “Favela” é

Esse é o lugar. Esse é o cerne, o ponto nevrálgico desse CD. O Rio de Janeiro que o enunciador quer que seja divulgado: a favela. Nessa canção ele propõe uma reflexão sobre o que é a favela e quem são seus moradores. Ao chamar a favela de curral sugere que ali seria lugar de abate, de pessoas que são conduzidas sem reflexão, que os moradores são comparados a gado, a um animal de abate (Silva, 2009).

Na citação supracitada, tenho acordo com a autora sobre a marcação do eu-lírico ter orgulho da favela e ser de lá, não apenas pelo local, mas pela carga cultural existente dessa relação (negro x favela). Todavia, discordo que chamar a favela de curral seja colocar um sinal de igual a uma alienação. Ao passo que nestas músicas existe a construção de uma relação importante entre espaço, significados e lazer. E especificamente sobre o lazer não ser apenas um espaço de alienação, mas podendo ser também local de fuga desta. Destaco como exemplos desta afirmação a construção de laços geracionais criados através de práticas de lazer como o samba, o candomblé, a umbanda e a escola de samba. Fortalecendo em certa medida o sentimento de orgulho de pertencer à favela.

Favela  
é nos terreiros do samba  
que a molecada cresce e ama sua escola  
e faz as mãos e os pés sangrar  
quando os anos passam  
quando ele se emociona  
de ver sua escola ganhar (O RAPP, 1999)

As comunidades do Engenho Novo

---

<sup>2</sup> Fogueteiro é uma pessoa que informe a chegada da polícia em algum espaço via fogos de artifício. Tipificado pela Lei Nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, como informante.

O morro amado  
Ao mesmo tempo temido  
Comandado por irmãos  
Comandado por amigos (O RAPPÁ, 1999)

Nos versos da canção “Na palma da mão” temos a indicação de um samba que fora tocado “Na palma da mão pra aliviar” (O Rappa 1999), marcando a presença da prática nos morros. Outra prática de lazer que devemos mencionar neste texto é o futebol. Segundo o eu-lírico, é praticado por uma grande quantidade de moradores, contendo dias exatos para realização e regras próprias (fato de orgulho):

As comunidades do Engenho Novo  
Quarta e sexta-feira  
Rola rola o futebol  
O morro desce em peso  
Pra jogar na moral  
A regra aqui uma falta  
Não existe  
Se não gostou vacilão  
Fica de fora e assiste (O RAPPÁ, 1999)

“Cristo e Oxalá” e “LadoB LadoA” são duas canções destinadas ao lado religioso do eu-lírico. Temos aqui a confirmação de que nossa personagem pratica alguma religião de matriz africana como Candomblé e Umbanda. Desta forma, afirma-se como negro, o orgulho pela cultura negra e ser praticante de uma religião de origem africana: “Não abro mão da mitologia negra / Pra dizer eu não pareço com você” (“LadoB LadoA”, O Rappa, 1999).

LadoB LadoA trazia uma novidade para época: o CD possuía dois videoclipes visíveis nos computadores. Eram os clipes das músicas “Minha Alma (A Paz Que Eu Não Quero)” e “O Que Sobrou do Céu”. Deixei por último a discussão sobre a primeira, vamos lá.

O videoclipe inicia nos apresentando a um grupo de adolescentes e uma criança que é responsável por definir para qual local eles iriam: a praia. No caminho eles são vítimas da tão falada violência policial, por motivo banal, diga-se de passagem. Um grupo de jovens negros que estava indo em direção a praia, um deles nunca mais volta para casa, morto como muitos outros de nós foram e ainda somos. Nas imagens temos ainda uma revolta popular contra a ação da polícia, entretanto, não existe retorno para o acontecido. Na letra o eu-lírico critica a falsa paz advinda de momentos como esse, quando reina o silêncio depois dos fatos. Além de confessar ao interlocutor a necessidade de gozar da vida aos domingos.

Minha alma (a paz que eu não quero)  
As grades do condomínio são para trazer proteção  
Mas também trazem a dúvida se é você que ‘tá nessa prisão  
Me abraçe e me dê um beijo  
Faça um filho comigo

Mas não me deixe sentar na poltrona no dia de domingo, domingo (O Rappa, 1999)

Apesar de terminarmos nossa viagem guiada pelos olhos da personagem, não temos um fim para esta jornada. A luta contra o racismo estrutural demonstrada nas letras das músicas aqui discutidas soma-se a outras lutas contra as formas de opressão, a exemplo do machismo e da homofobia. O eu-lírico nos mostra como em meio a um cotidiano tão difícil é possível a existência de momentos de diversão. Não que isso modifique a estrutura das coisas, mas não nos deixa nos afastarmos de nossa humanidade, no sentido de um lazer caracterizado como elemento cultural, inerente ao ser humano, como defendido por Gomes (2018). Finalizo este texto próximo do que comecei, quero substituir, entretanto, o som da sirene pelo grito que hoje ecoa das ruas, hoje o tribunal é formado pelo povo e nosso pedido é por vacina, melhores condições de vida e que o Brasil não volte ao mapa da fome!

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Kindle, 2018.

GOMES, Christianne Luce. Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura. *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*, v. 1, n. 1, p. 3-20, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/430/279>. Acesso em: 6 jul. 2021.

LAFARGUE, Paul. *O direito à preguiça*. Kindle, 2000.

PAULA, Juliana Araujo de. Carnaval: alegria e encantamento. *BELA – Blog Estudos do Lazer*, 2021. Disponível em: <http://www.https://estudosdolazer.wordpress.com/2021/07/06/carnaval-alegria-e-encantamento/>. Acesso em: 21 jul. 2021.

SILVA, Maria Rita Arêdes da. *LADO B LADO A – UMA CRÔNICA SOCIAL – ANÁLISE SEMIÓTICA DO CD DO RAPPA*. 2009. Dissertação (Mestrado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, [S. l.], 2009. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-04122009-165335/pt-br.php>. Acesso em: 24 jul. 2021.

### Sites

Acesso ao disco em: [https://www.youtube.com/watch?v=5lrc63Bb7U&list=RD5lrc63Bb7U&start\\_radio=1](https://www.youtube.com/watch?v=5lrc63Bb7U&list=RD5lrc63Bb7U&start_radio=1)

Acesso ao videoclipe em <https://www.youtube.com/watch?v=vF1Ad3hrdZY>

# TEORIA, EPISTEMOLOGIA E DEBATES



Um dos primeiros assuntos usualmente abordados nas discussões sobre os estudos do lazer é o seu conceito. O que é lazer afinal?

Discussões sobre esse tópico tiveram início junto com a própria formação de um campo de estudos especializados sobre o assunto, entre as décadas de 1950 e 1960. Nessa época, depois de atuar em investigações sobre o trabalho, pesquisadores foram notando a importância de considerar o lazer para uma compreensão mais ampla e adequada não apenas do trabalho, mas também das dinâmicas sociais de modo geral. Conforme percepção desses pesquisadores, já naquela época, o lazer afetava o trabalho, tanto quanto o trabalho afetava o lazer, de tal modo que seria insuficiente tentar analisar um desses aspectos, sem analisar o outro. Assim, como estratégia para ampliar e aprofundar o entendimento sobre o mundo do trabalho, foi surgindo uma crescente disposição entre esses acadêmicos pelo aprofundamento em pesquisas especialmente dedicadas ao lazer.

No momento em que tais conclusões eram apresentadas, porém, o lazer não era ainda um objeto de pesquisa com direito próprio, mas apenas um desdobramento do mundo do trabalho. Nessa época, conforme aponta a socióloga Lucie Tanguy (2017), o trabalho era visto como “matriz dos fatos sociais”, isto é, o índice fundamental a partir do qual supunha-se poder deduzir o funcionamento de toda a estrutura social.

Em 1956, porém, durante um congresso da Associação Internacional de Sociologia, realizado naquele ano em Amsterdã, pesquisadores propuseram a criação de um Comitê de Pesquisa em Lazer, no que é considerado um marco histórico importante para a formação de um campo de estudos autônomo e especializado no assunto. Desse momento em diante, um conjunto de problemas especificamente voltados ao lazer seria crescentemente abordado por diversas pesquisas. Como consequência, a definição de um conceito para o lazer parecia cada vez mais urgente, pois pesquisas comprometidas com objetos tão particulares acabam por impor perguntas sobre fronteiras e especificidades. No que exatamente um comitê de pesquisa em lazer diferenciava-se de um comitê de pesquisa em trabalho? Onde e quando terminava o trabalho e começava o lazer?

Todo campo de estudos precisa definir o objeto que é capaz de distingui-lo dos demais, bem como circunscrever os limites de suas conclusões. Isso é especialmente importante diante de tentativas de criar um domínio de estudos especializado. O que difere o especialista em lazer do especialista em trabalho por exemplo? É preciso um fundamento para que esses especialistas não façam parte da mesma especialidade, justificando, assim, a própria existência de campos de estudos autônomos, cada um dos quais com

suas respectivas comunidades, associações, periódicos, comitês de pesquisa, grupos de trabalho, canais de financiamento e esferas de consagração. Assim é que um esforço de definição conceitual tem lugar também no que diz respeito ao lazer.

Todavia, afora o fato de concordarem sobre a necessidade e a pertinência da existência de um campo especialmente dedicado ao lazer, os especialistas no assunto divergem bastante a respeito da definição conceitual do fenômeno que lhes ocupa. Muitas páginas já foram escritas a fim de oferecer uma definição de lazer, embora nunca tenha existido um conceito único, definitivo ou consensual. Antony Veal (1992) lista 20 definições diferentes de lazer. O número certamente pode ser ampliado.

Para alguns, tamanha pluralidade de definições equivale a inexistência de definições. Segundo essa perspectiva, na medida em que um mesmo conceito pode ser usado para descrever atividades tão diferentes, ao mesmo tempo em que os significados atribuídos às noções encerradas por esse conceito mostram-se tão variados, quase tudo pode ser lazer, ao mesmo tempo em que quase nada o é de fato. Diante de tanta diversidade de significados e ausência de consensos, não surpreende que vários pesquisadores tenham apontado – e continuem apontando – para a necessidade de estabelecimento de definições. A pergunta, portanto, segue animando a tribo: o que é lazer afinal?

Tanto as queixas e reivindicações sobre a necessidade de se edificar uma definição conceitual de lazer, quanto as tentativas de fazê-lo, partilham da suposição de que é possível identificar, nomear e classificar a realidade social com precisão, distinguindo claramente fenômenos de diversas ordens. Nesses termos, acredita-se possível estabelecer uma fronteira clara e bem delimitada entre o que é lazer e o que não é. Costumo referir-me a essa suposição como “ilusão taxionômica”.

Uma crítica a essas abordagens é a de que não é possível, em última instância, edificar fronteiras tão rígidas entre diferentes domínios da realidade social. Na prática, pode ser difícil, se não impossível, estabelecer o momento em que começa ou termina o lazer. Nem todo trabalho é organizado com estabilidade, rigidez e previsibilidade, de modo que as fronteiras entre os tempos sociais podem ser bastante fluídas, a ponto de não ser possível identificar claramente uma organização tão estruturada das diferentes ocupações. Dependendo do contexto, a organização dos tempos pode estar subordinada a lógicas onde haja fluidez entre trabalho, descanso e lazer. Nesse sentido, o fato das definições mais usuais e correntes sobre lazer estarem baseadas no estudo de universos bastante particulares, como trabalhadores do setor industrial dos países ricos por exemplo, as torna em certa medida incapazes de serem aplicados indistintamente a contextos e circunstâncias às vezes muito diversos.

Outra crítica relevante e talvez mais complexa a essas abordagens taxionômicas é a de que uma separação entre senso comum e definição conceitual “científica” não é apropriada. Em sentido contrário, de acordo com essas críticas, os conceitos que orientam a observação da realidade social não apenas podem, como devem ser fornecidos pelo senso

comum, uma vez que é a apreensão e inteligibilidade desse tal senso comum o que está em jogo no esforço “científico” das Ciências Sociais. Nesse sentido, para levar a reflexão às suas últimas consequências, a própria oposição entre senso comum e conhecimento científico seria então inadequada.

Assim, sem supor que as definições de uso corrente ou de senso comum estão erradas por princípio, um estudo sobre o modo usual como o lazer é conceituado pode ser útil. De que maneira o lazer é definido segundo acepções usuais e corriqueiras da própria língua portuguesa? Segundo definições de dicionários, lazer é “tempo livre” ou “ócio”. Ócio, por seu turno, é definido como “folga do trabalho”, “repouso”, “lazer” ou ainda como “descanso”. Descanso, então, aparece como “ação ou efeito de descansar”, “cessação do trabalho”, “folga”, “repouso” e “ócio”.

Já aqui vemos que os significados de cada uma dessas palavras remetem umas às outras, criando uma espécie de circuito fechado, onde lazer é ócio, ócio é descanso e descanso é lazer. Podemos ainda ampliar este circuito, acrescentando-lhes outras palavras. Correlata ao descanso, pode-se citar a festa, definida como “solenidade”, “cerimônia com que se celebra um fato”, “comemoração” ou “dia de descanso”. Dentro ainda do universo de significados do descanso (portanto do lazer ou do ócio), pode-se citar também a recreação, definida como “ocupação agradável para descanso de um trabalho e recuperação de forças para a sua continuação”. Ainda no mesmo circuito, só que agora ligeiramente ampliado, incluindo já descanso-ócio-lazer-recreação, podemos seguir com divertimento, que aparece como “recreação”, “ato ou efeito de divertir”, “distração” ou “entretenimento”. Entretenimento, por seu turno, é definido como “ato de entreter”, “distração”, “divertimento” ou “passatempo”. Passatempo, de sua parte, aparece como “entretenimento ou ocupação ligeira e agradável”.

Assim, limitando-nos apenas ao modo como esse pequeno conjunto de palavras são definidas nos seus usos correntes, sem a pretensão de tentar inventar novos significados ou novas palavras, vemos que lazer é ócio, ócio é descanso, descanso é lazer ou também festa. Festa, por sua vez, é recreação, recreação é divertimento, divertimento é entretenimento, entretenimento é passatempo e passatempo é entretenimento. Seguimos no mesmo circuito fechado, só que agora estendido, abrangendo descanso-ócio-lazer-recreação-divertimento-entretenimento-passatempo-festa, que poderia ainda assimilar as palavras jogo ou brincadeira, definidas como “entretenimento” ou “atividade recreativa que tem por finalidade entreter, divertir ou distrair”.

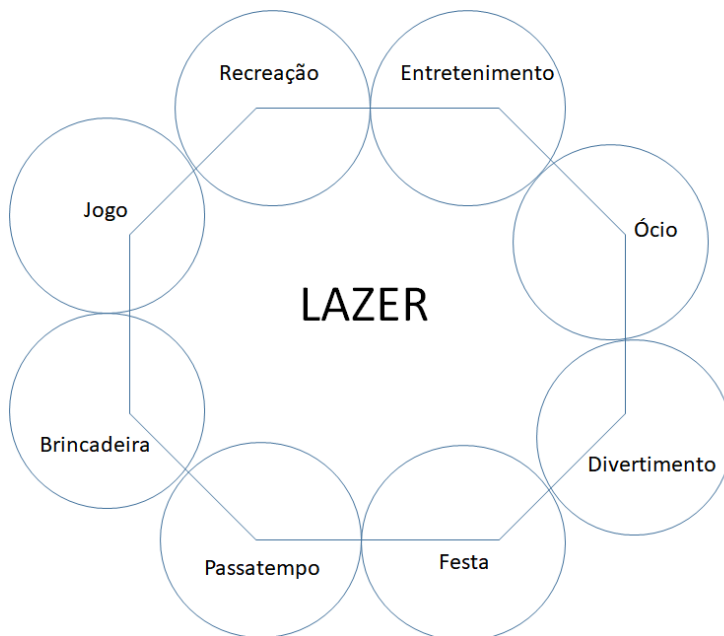


Figura 1. Circuito do campo semântico do conceito de lazer  
Elaboração do autor

Cada uma dessas palavras e todas em conjunto remetem a um mesmo campo semântico, isto é, um universo de palavras relacionadas, que descrevem um conjunto de experiências comuns. A preferência pelo termo lazer, em detrimento dos demais, que são sinônimos afinal, explica-se tão somente pela existência de uma tradição acadêmica. Desde a década de 1960, aproximadamente, pouco a pouco constituiu-se um campo de estudos internacional e interdisciplinar especializado em lazer, mas não em ócio, em passatempo ou divertimento. A rigor, não há, nem nunca houve, estudos do ócio (idle studies), do passatempo (pastime studies) ou do divertimento (amusement studies), como há um campo dos estudos do lazer (leisure studies). Não há departamentos universitários, associações científicas, periódicos acadêmicos e congressos regulares especialmente dedicados ao ócio, ao divertimento ou à brincadeira. A tentativa recente de pesquisadores brasileiros, influenciados por estudiosos espanhóis do lazer, de tratar o ócio (que é como se diz lazer na língua espanhola) como algo diferente, é apenas parte da mesma ilusão taxionômica, que só faz ampliar velhas confusões e criar outras novas. Tudo isso é desnecessário e desvia a atenção da comunidade dos assuntos realmente relevantes. Dito de outro modo, o campo de pesquisas dedicado aos modos de ocupação do tempo livre elegeu, de modo mais ou menos arbitrário, o termo lazer em detrimento de todas as outras possibilidades conceituais, que em tese e a princípio poderiam ter sido assimiladas, mas não foram. Os estudos do lazer, em suma, poderiam ter se dedicado a muitas coisas, mas no fim se dedica a apenas uma coisa só.

Mais do que o significado meramente vernacular, entretanto, o que as pessoas comuns dizem entender por lazer reforça a compreensão desse termo como um sinônimo de diversão, sem a necessidade de distinções adicionais ou outros malabarismos. Pesquisa coordenada por Helder Isayama e Edmur Stoppa (2017), que aplicou questionários em regiões metropolitanas brasileiras, tinha como uma das perguntas aos entrevistados o que se entendia por lazer. A maioria respondeu diversão. A representação majoritária sobre lazer no Brasil, portanto, é coerente com aquelas sugeridas pelos dicionários. Porque seria diferente? Brasileiros pensam, sonham e falam em português, não em dialetos forjados artificialmente em ambientes acadêmicos por meio de teorias sociais confusas.

O propósito de uma teoria é oferecer uma explicação para certos aspectos da realidade. Do mesmo modo, o propósito de uma formulação conceitual é descrever, sinteticamente, alguns dos aspectos mais relevantes ou proeminentes da realidade. Quando as teorias ou os conceitos afastam-se da realidade que deveriam explicar ou descrever, há nisso um problema grave, que está obviamente nas teorias, não nas realidades.

Nesse sentido, o entendimento de que há diferenças conceituais significativas entre lazer, recreação, ócio, divertimento ou qualquer outro desses correlatos, quando na verdade não há, deve ser abandonado em favor de uma definição menos presunçosa e mais próxima do senso comum. Lazer faz referência a um campo semântico que apesar de amplo e mais ou menos impreciso, é também facilmente discernível. Intuitivamente, mesmo sem a ajuda de glossários ou manuais de sociologia, todos nós sabemos quando estamos ou não gozando momentos de lazer. Lazer é o que se faz voluntária e deliberadamente para buscar diversão, entretenimento ou descanso, o que acontece muitas vezes, mas não sempre, fora dos momentos de trabalho. Trata-se de uma definição sumária e genérica para um conjunto heterogêneo de atividades, desde ir às compras como uma forma de passeio, estar no bar com amigos, receber em casa a visita de familiares, frequentar uma igreja, praticar esportes ou viajar. Dito de maneira simples e direta, lazer é tão somente sinônimo de recreação, ócio, descanso, diversão, entretenimento, passatempo, jogo, brincadeira e tempo livre. O resto é chorumela.

## REFERÊNCIAS

ISAYAMA, Helder; STOPPA, Edmur (orgs.). *Lazer no Brasil: representações e concretizações das vivências cotidianas*. Campinas: Autores Associados, 2017.

TANGUY, Lucie. *A sociologia do trabalho na França: pesquisa sobre o trabalho dos sociólogos (1950-1990)*. São Paulo: Edusp, 2017.

VEAL, Antony. Definitions of Leisure and Recreation. *Australian Journal of Leisure and Recreation*, v. 2, n. 4, p. 44-48, 1992.

# A IMPORTÂNCIA DO LAZER OU A VERGONHA DE SER FELIZ

Flávia da Cruz Santos

Que a importância de uma coisa não se mede com fita métrica nem com balanças nem com barômetros etc. Que a importância de uma coisa há que ser medida pelo encantamento que a coisa produza em nós.

Manoel de Barros

Domingo a noite... “o fim de semana podia ter mais um dia”, é o nosso pensamento e a nossa sensação. Segunda-feira de manhã, a sensação é a de “hoje podia ser domingo”... as obrigações nos tomam, os dias passam. Alguns de nós conseguem se divertir durante a semana, ter um tempo para si, depois ou durante o trabalho mesmo, realizando pausas durante a jornada, em que podemos brincar com as crianças, com os animais (brincadeira é coisa de gente, mas esse é outro papo), conversar por aplicativo, conversar cara a cara, ver vídeos, tomar um café, uma cerveja, ouvir música – no momento mesmo em que escrevo esse texto, estou ouvindo música –, enfim, os exemplos são infinitos.

Quanto mais nos aproximamos do final da semana, maior fica a nossa ansiedade por momentos em que podemos escolher livremente o que vamos ou não fazer. Não, eu não estou idealizando. Sei que o “escolher” e o “livremente” são altamente limitados, e até mesmo condicionados. Mas há uma margem de liberdade e de escolha, ainda assim. Retrato dessa ansiedade, misturada à euforia e também ao cansaço, são os infundáveis memes que começamos a receber, quando mal se põe o sol da quinta-feira: “sextou!”

O “sextou”, que nos chega cada vez mais cedo, e não só no fim do expediente de sexta-feira, significa não apenas a possibilidade do não-trabalho, mas da diversão, do riso, do encontro. Sabem aquelas coisas desimportantes, das quais nos disse Manoel de Barros? Aquelas coisas simples que dão sentido à nossa vida, que nos permitem alegrias, que nos colocam em contato conosco mesmo, que nos permitem fazer o que quisermos, e não o que temos que fazer? Aquelas coisas que aprendemos serem sem valor, pois não têm a função de produzir valor econômico? O sextou significa justamente essas coisas. É por isso que ansiamos, é isso que queremos. Mas a moralidade do nosso tempo, que vem desde outros tempos, não nos permite assumir. Quando alguém assume, é em tom jocoso, não é possível levar a sério alguém assim.

Temos vergonha de dizer que gostamos de ficar à toa ao invés de praticar esporte, de ler poesia ao invés de jornal, de jogar conversa fora ao invés de falar sobre política ou economia. Por vezes, reproduzimos uma lógica funcionalista em relação ao lazer, em uma tentativa de justificar sua importância: o lazer é importante para a saúde mental, para a saúde física, e por aí vai. E, assim, acabamos por nos submeter à lógica que tantas vezes

criticamos, a da produtividade, do controle e do cansaço. É bem verdade, que também usamos esse discurso para burlar o sistema. Dizemos o que é permitido e, assim, ficamos livres para fazermos o que nos agrada, ainda que não seja algo lícito ou desejado pelo *status quo*.

A tristeza manifestada nos memes que anunciam a chegada da segunda-feira também demonstra o nosso gosto e a nossa necessidade por lazer. O trabalho, cada vez mais sufocante, ao qual nos submetemos, faz do lazer algo ainda mais libertador, importante e necessário em nossas vidas. Não há esforço deliberado de qualquer força social para que o lazer adquira tal importância. Nós não vivemos conscientemente pensando sobre isso, ou nos esforçando para gostarmos de nos divertir. Nós simplesmente gostamos, e nos divertimos, e isso basta.

# AS CONTRIBUIÇÕES DE BOURDIEU PARA DIÁLOGOS POSSÍVEIS NO CAMPO DO LAZER

Marcília de Sousa Silva

O diálogo que aqui apresento é proposto a partir da eleição de duas categorias que considero relevantes na produção do sociólogo Pierre Bourdieu nos escritos sobre a escola e que entendo como importantes para refletir o lazer como uma esfera de aprendizagem – *habitus* e capital cultural. A teoria social de Bourdieu define *habitus* como um conjunto de ações (desejos, atitudes, habilidades) que são constituídas socialmente e retratam, simultaneamente, questões cognitivas, emotivas, estéticas, éticas (Wacquant, 2002). E capital cultural refere-se ao acúmulo ou disposição acumulada de conhecimentos e diz respeito a vivência em grupos sociais específicos (Janowski, 2019).

Me atrevo a dialogar com esses conceitos ainda que entenda a existência de paradoxo, visto que a teoria bourdieusiana apresenta sistema estrutural de classe, mas sinaliza pistas para refletir sobre a estrutura e a mudança na vida das pessoas que podem favorecer a mobilidade social. Parto do pressuposto que, para além de posse (objetos, gostos, informações, práticas culturais), o termo cultura associado ao capital revela uma relação de poder. E, que *habitus*, mesmo tendo sido um termo cunhado a partir da relação com o campo social, pode nos apresentar possibilidades de mudanças visto que não são imutáveis. Conforme as pessoas transitam por diferentes campos sociais, as práticas sociais criam novas possibilidades de configuração do *habitus*. Desse modo, as transformações dos *habitus* podem ser refletidas a partir das lutas e movimentações dentro de um campo como pela circulação entre diferentes campos (Brandão, 2010).

A forma como a autora Zaia Brandão (2010) opera os termos me faz pensar nas brechas que a teoria sociológica de Bourdieu permite para problematizar a escola reprodutora, bem como dialogar com o lazer enquanto fenômeno que constitui a vida prática. Os agentes têm uma propensão a se orientarem, seja em direção à conservação da distribuição do capital entre os agentes (hierarquias), seja no sentido de subverter essa distribuição, “em virtude de sua dotação de capital (volume e estrutura), fruto de sua trajetória e da posição que ocupam no campo” (Brandão, 2010, p. 231).

Considerando a ideia de campo cultural e *habitus* expostas, reflito que as trajetórias de vida e a movimentação das pessoas em diferentes espaços sociais contribuem para posicionamentos e lutas a respeito da realidade social. Minha premissa é que as pessoas passam pelas experiências em diversos campos como escolar, familiar, de lazer, econômico, político e que estas esferas podem contribuir com aprendizagens significativas na formação cidadã. Esta, percebida como necessária para o conhecimento e enfrentamento da realidade



social que traduz as tensões da vida cotidiana na qual as desigualdades de acesso, de participação, permanência e posicionamentos no campo social estão presentes.

Nessa construção, entendo que as experiências da escola não são as únicas possibilidades de “acumulação” do capital cultural. Entendo que a escola é um espaço de práxis social, e por isso existem relações que se complementam, e dialogam e, que estabelecem tensões nesse espaço. Compreendo, também, que ainda que provindas de meios familiares, cuja herança cultural é desfavorecida, as pessoas acessam e produzem conhecimentos de outros espaços de aprendizagem. Nesse sentido, ao pensar em ‘acumulação’, a escola deve contribuir com a ampliação das possibilidades de aprendizagens, mas também, dar visibilidade e reconhecer as culturas nela presentes.

Numa abordagem moderna, Pierre Bourdieu principia a construção do conhecimento considerando a teoria social que projeta a sociedade a partir de uma base determinante e superestrutura determinada. Partindo desse princípio da constituição da sociedade, os conhecimentos produzidos por este autor acerca da escola moderna influenciaram e influenciam o pensamento educacional brasileiro. Bourdieu discute que a escola capitalista tem o poder de reproduzir o modelo de sociedade e, com isso, reforçar aspectos da desigualdade e a conservação burguesa do *status quo*. Nesse sentido, a escola reproduziria as regras de dominação e subordinação por meio de conhecimento normativo e seus agentes criariam estratégias para lidarem com regras.

Visto isso, esse texto tem o objetivo de refletir sobre as contribuições do pensamento de Pierre Bourdieu para o campo do lazer, que é compreendido como um espaço de intervenção. Com isso, é proposto a problematização da escola e do lazer como esferas de aprendizagem e de produção de disposições que possibilitam novos olhares para a realidade social.

A construção do referencial teórico de Bourdieu apresenta elementos para pensar sobre as interseções que constituem o campo social. Tais interseções podem ser modificadas ou transformadas de acordo com o modo como os sujeitos operaram ideias e posicionam-se no mundo. Essas disposições são tratadas por Bourdieu como *habitus* que compõem e influenciam as escolhas em “matéria de cultura e lazeres” (Setton, 2012, p. 38). Nesta perspectiva, meu entendimento é que a escola e lazer podem vir a ser um dos espaços de produção dessas disposições.

Em sua trajetória de vida, Bourdieu sai de um meio social humilde e chega à alta patente da escola francesa, por meio desse percurso o autor problematiza a escola e a sociedade. Ao retratar essas instituições, as relações que estabelecem e a sua trajetória de sucesso, a empiria de Bourdieu faz-me pensar que existem possibilidades de questionar a ideia de reprodução na escola que há tempos é debatida. Essa problematização surge, em meus pensamentos, a partir da crença de que a escola tem tornado-se lugar de resistências ainda que as políticas educacionais atuais busquem minimizá-la em suas potencialidades.

Na construção do conhecimento, Bourdieu apresenta a sociedade e as teias de

relações que a constitui. Pierre Bourdieu propõe que a teia social, fundada no economicismo, reforça as desigualdades (como, educacionais, culturais e sociais) nos diferentes espaços, reproduz e consolida modelos hegemônicos para explicar o mundo. Porém, ao retratar a sociedade e seus mecanismos de reprodução, o autor abre lacuna para pensar nas transformações das instituições a partir dos processos educativos. Isso me leva a refletir sobre a escola ora reprodutora das desigualdades e, ora, potencialmente, transformadora. O pensamento de Bourdieu apresenta pistas para pensarmos na transformação da/na instituição.

A minha formação profissional em licenciatura da educação física, nos meados dos anos de 1990, foi marcada pelos escritos de Bourdieu sobre o universo escolar. A leitura que eu fazia do referencial desse autor não o engessava nas teorias marxistas que se restringiam ao determinismo. Em seus escritos ‘Educação para além da Reprodução’ o autor reforça minha perspectiva de que o agente não é totalmente dominado pela estrutura social. Nessa obra, Bourdieu aponta que a percepção do papel na realidade social permite ao agente a possibilidade de realizar escolhas conscientes por meio de uma liberdade relativa. Com isso, compreendo que o agente não fica totalmente à disposição da realidade que o cerca, pois é possível proporcionar uma formação que torne, no mínimo, visível a possibilidade de mudança.

Ao considerar o aporte teórico de Pierre Bourdieu, sua trajetória de vida e tantos outros autores que emergiram de uma vida prática regrada e alcançaram altos postos da academia, penso que a desigualdade tratada pelo autor vai além da luta de classes no caminho de outras formas de poder. A intenção não é reduzir o papel das classes na constituição da sociedade, mas refletir que a luta vai para além dela abordando outras formas simbólicas de poder (informação, conhecimento, cultura, identidades, por exemplo).

Dessa forma, percebo que uma instituição permite a reprodução quando é autônoma e sem sujeito, ou seja, os agentes ficam reduzidos aos suportes da estrutura. Esta perspectiva permite a crítica ao estruturalismo tendo em vista que os sujeitos são históricos e produtores de história e o campo de inserção é relativamente autônomo, ou seja, ainda que existam sanções que permitem que a estrutura organize a experiência prática, os atores estabelecem estratégias em relação às determinações.

Entendo que assim como a escola, existem outros espaços onde aprendizagens são possíveis e nos quais são estabelecidas relações sociais que podem ou não reproduzir normativas construídas com base no sistema de estruturação capitalista. Em outras palavras, ainda que a estrutura de sociedade retratada no marxismo tenha elementos para pensarmos as relações classe, ela não deve ser considerada como rígida. Essa percepção me leva a refletir que na composição de um campo as lutas serão determinadas não somente pelo economicismo, mas também por outras formas de poder. A competição pela autoridade no campo específico pode ser constituída tanto pelo posicionamento social quanto pelo sistema de disposições adquiridos e incorporados em relação ao campo.

Para Bourdieu, esse sistema é o *habitus* delineado por uma noção mediadora que visa os processos de interiorização do que é externo e exteriorização do interno. Meu entendimento caminha no sentido de perceber que existem propensões para pensar, agir e sentir de forma estruturada socialmente, entretanto existem as respostas críticas a esse modo de estar e perceber o mundo possibilitado por influências na constituição do *habitus*.

Dessa forma, *habitus* está relacionado diretamente à prática, ou seja, ela é resultado dele, mas não somente. As práticas resultam também da conjuntura onde estão inseridas (Gonçalves; Gonçalves, 2010), daí a necessidade de compreender e analisar o contexto social. Nesse sentido, *habitus* é constituído historicamente pelas relações da vida cotidiana mais imediata e familiar e pela estruturação da vida social. Esta categoria diz respeito ao processo de interiorização das práticas sociais da vida (linguagens, ato de falar, alimentação, valores, etc.), que desde o nascimento vão se incorporando à vida dos sujeitos tornando-os seres históricos.

O exercício das práticas sociais constitui-se pelas diferentes estratégias adotadas pelos sujeitos, influenciadas por seus *habitus*, de acordo com as inserções que fazem em determinados campos sociais. Estas estratégias, construídas com as condições específicas de cada um, podem resultar numa incorporação de ideias que circulam na rede de vivências ou podem proporcionar ações derivadas de tomada de consciência do campo. Vasconcelos (2002) reitera que o *habitus* traduz estilos de vida, julgamentos políticos, morais e estéticos. Ele é “um meio de ação que permite criar ou desenvolver estratégias individuais ou coletivas” (p. 79).

O campo do lazer é um espaço de lutas no qual é legitimado, e onde atores produzem, classificam e legitimam bens simbólicos com vistas a ideologias, a interesses que se complementam ou contrapõem. Na construção de diálogos com o lazer posso apresentá-lo como espaço de práticas pertencentes a uma teia social que figura um sistema de elementos de distinção. Este sistema compõe a sociedade, cujos modelos de produção tendem a ditar normatizações para outras esferas de aprendizagens. Porém, o lazer é pensado como fenômeno social que constitui um campo, cuja busca é a superação de sua relação direta com posição social. O lazer é tratado como direito social, campo de estudo e intervenção e objeto social na medida em que estabelece relação com o sujeito e o espaço social.

Considerando o processo de intervenção, Alves Júnior e Melo (2003) indicam que a busca de novos olhares para a realidade social, direta ou indiretamente oferecidas pelo acesso às linguagens culturais, a percepção da necessidade de equilíbrio entre consumo e participação direta nos momentos de lazer; a recuperação de bens culturais destruídos ou em processo de degradação em resultado da ação da indústria cultural; e a própria humanização do indivíduo, que passa a se entender como agente, não somente paciente do processo social, são possibilidades que contribuem no processo de intervenção educacional.

Na configuração social que considera bens de produção e simbólicos, o lazer e a escola enquanto campo de intervenção apresentam possibilidades educativas para a construção de disposições culturais dos sujeitos. Com isso, não é somente a família e a escola responsáveis pela formação dos sujeitos. Nogueira (2010) revela que Bourdieu compôs o capital cultural sinalizando que não são somente os bens financeiros e econômicos que diferenciam as posições sociais, há distinções relativas à posse de bens culturais. O capital cultural trata de uma dimensão da realidade social que, a exemplo da vida material, envolve produção, distribuição e consumo de bens capazes de proporcionar lucros simbólicos a quem o detém.

Segundo Bourdieu (2007), a escola pode contribuir para acumulação de capital cultural incorporado para as pessoas provenientes de famílias, cujo *habitus* não a favorece. Para o autor, a instituição escolar, que tem uma função específica de transmitir as atitudes e habilidades, por meio do aprendizado e exercício, que faz o “homem ‘culto’, poderia compensar (pelo menos parcialmente) as desvantagens daqueles que não encontram em seu meio familiar a incitação à prática cultural” (Bourdieu, 2007, p. 61).

A escola e sua interface com o lazer, então, tornam-se objetos destacados para favorecer as oportunidades de desenvolvimento do *habitus* por meio de suas práticas. Na expectativa de que as experiências da escola e lazer sejam “educativas”, é requerida uma ferramenta pedagógica que subsidie a mediação no campo da cultura. Melo (2006) resume o compromisso político-pedagógico da educação para e pelo lazer numa proposta chamada de Animação Cultural. Esta é uma proposta que não se restringe a um campo de intervenção, pode ser implementada no âmbito da escola, do lazer, da família, empresa, instituições públicas e não deve ser compreendida por somente uma área de conhecimento.

## MINHAS CONSIDERAÇÕES

Mesmo não superando os dilemas do pensamento social que dicotomiza as relações entre estrutura e fenômeno social, o referencial bourdieusiano é compreendido por meio das considerações das questões subjetivas na articulação com a realidade social. Existem críticas à produção de Bourdieu no que refere-se às questões de classe, pois não seria essa categoria suficiente para diferenciação dos grupos familiares e suas práticas (Nogueira; Nogueira, 2002). Porém, Bourdieu estabelece que entre essa posição no espaço social e suas práticas há uma mediação, denominada *habitus*, essa posição corresponde ao estilo de vida. Lahire (2002) observa que para entender o modo ou grau de transmissão familiar dos recursos disponíveis (*habitus* e capitais incorporados) é preciso compreender a dinâmica interna de cada família, numa perspectiva microsociológica.

Entretanto, o direcionamento dado no ensaio é de uma abordagem macrosociológica do pensamento social, a qual é atendida com a seleção das categorias *habitus* e capital cultural para a compreensão das estratégias frente às ações educativas que podem ser

planejadas nos diferentes espaços de aprendizagem como práticas culturais, projetos sociais, políticas de lazer. Isso, porque entendo que estas categorias podem ser relativamente independentes das posições de classe, na medida em que elas são influenciadas pelas trajetórias dos sujeitos.

A apropriação da ideia de *habitus* se concretiza como possibilidade de compreender as escolhas e preferências dos sujeitos no cotidiano, relacionando estas escolhas com as práticas de lazer, que se dão em função de suas vivências e experiências neste campo. Para tal, é destacada a definição de *habitus* como um sistema de esquemas individuais, socialmente construído de “disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquiridas nas e pelas experiências práticas (em condições sociais específicas de existência), constantemente orientado para funções e ações do agir cotidiano” (Setton, 2002, p. 63).

Este diálogo é interessante porque traz para o campo do lazer a força produtiva para refletir sobre as práticas que são vivenciadas pelos sujeitos. O exercício das práticas sociais constitui-se pelas diferentes estratégias adotadas pelos sujeitos, influenciadas por seus *habitus*, de acordo com as inserções que faz em determinados campos sociais. Estas estratégias, construídas com as condições específicas de cada um, podem resultar numa incorporação de ideias que circulam na rede de vivências ou podem proporcionar ações derivadas de tomada de consciência do campo.

Pensando nas esferas de aprendizagens, dentre elas a escola e o lazer, e as possibilidades de formação de disposições no processo educativo existe um aparato produtivo constituído de um conjunto de práticas organizacionais, curriculares e pedagógicas que contribuem na forma como os significados são produzidos, identidades reconhecidas e valores são questionados, modificados ou mantidos.

Enfim, talvez a relação com o lazer esteja na ideia da apreensão de novos gostos por meio da constituição do *habitus* e das instituições socializadoras que possibilitam a ampliação de capital específico. Nesse sentido, o lazer oportuniza criar estratégias de subversão na medida em que carrega marcas da cultura na qual se insere ao mesmo tempo em que pode acionar movimentos e mudanças (Paraíso, 2010). Dessa forma, as práticas de lazer podem ser produtoras de novos significados para a cultura.

A partir desses argumentos, evidencio a importância do aspecto educativo do lazer para uma formação cultural que permita aos envolvidos ampliarem os olhares para o mundo e perceberem-se como sujeitos. Alves Júnior e Melo (2003) reconhecem a necessidade de considerar o duplo processo educativo do lazer, cujos significados são o aproveitamento do potencial das atividades para trabalhar valores, condutas e comportamentos (educação pelo lazer) e a configuração do lazer enquanto objeto para o qual as ações são especificadas (educação para o lazer).

## REFERÊNCIAS

ALVES JÚNIOR, Edmundo D.; MELO, Victor Andrade. *Introdução ao lazer*. Barueri: Manole, 2003.

BOURDIEU, Pierre. A Escola conservadora: desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M.A.; CATANI, A. (org.) *Escritos da Educação*. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007b .p.40-64.

BRANDÃO, Zaia. Operando com conceitos: com e para além de Bourdieu. *Educação e Pesquisa*, no.1, 2010. Disponível em: < [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022010000100003&script=sci\\_arttext&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022010000100003&script=sci_arttext&tlng=pt) > Acesso em março 2021.

GONÇALVES, Nádía Gonçalves. e GONÇALVES, Sandro A. *Pierre Bourdieu educação para além da reprodução*. Petrópolis: Vozes, 2010.

LAHIRE, Bernard. Reprodução ou prolongamentos críticos? *Educação & Sociedade*, ano XXIII, n. 78, Abril/2002, p.37-55.

JANOWSKI, Daniele Andrea. A teoria de Pierre Bourdieu: Habitus, campo social e capital cultural. In: *VIII Jornadas de Sociología de la UNLP* 3 al 5 de diciembre de 2014 Ensenada, Argentina. Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Departamento de Sociología, 2014. Disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar?start=20&q=capital+cultural+e+habitus+bourdieu&hl=en&as\\_sdt=0,5](https://scholar.google.com.br/scholar?start=20&q=capital+cultural+e+habitus+bourdieu&hl=en&as_sdt=0,5) Acesso em março 2021.

MELO, Victor Andrade. **A animação cultural: conceitos e propostas**. Campinas: Papirus, 2006.

NOGUEIRA, Cláudio M. Martins e NOGUEIRA, Maria Alice. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. *Educação & Sociedade*, ano XXIII, n. 78, Abr, 2002 p.15-36.

PARÁISO, Marlucy Alves. Currículo e formação profissional em lazer In ISAYAMA, H.F (org.) *Lazer em estudo: Currículo e Formação Profissional*. Esporte. Campinas: Papirus, 2010, p.27-58.

SETTON, Maria G. Jacintho. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea *Revista Brasileira de Educação*. n.20, p.60-70. Maio/Jun/Jul/Ago, 2002.

VASCONCELLOS, Maria Drosila. Pierre Bourdieu: a herança sociológica. *Educação & Sociedade*, ano XXIII, n. 78, p.77-87. Abril, 2002.

# DEVANEIOS SOBRE MERCADO E AS (NÃO) POSSIBILIDADES DE PESQUISA NO CAMPO DE LAZER

Rodrigo Lage Pereira Silva

Provavelmente alguns de vocês (se não todos) já devem ter ouvido a velha máxima que diz: “quando o bolso aperta, o lazer é o primeiro a ser cortado”. Este pensamento que se perpetua há tempos, principalmente em áreas como Educação Física, Turismo, Lazer, afirma que gastos com entretenimento, viagens, lazer, satisfação própria sempre serão cortados em meio a uma crise econômica. Pois bem, ao que vem sendo indicado, isso nem sempre é verdade.

Nunca se gastou tanto com jogos digitais quanto agora, durante estes anos pandêmicos. O crescimento deste mercado vai na contramão das outras áreas da economia. O aumento da receita nesse setor, poderia ser um contraponto à máxima citada anteriormente? O ser humano, ainda que passe por restrições em sua economia continua a gastar com seu lazer? Ou o cenário atual apenas revela sob lentes colossais a grande desigualdade social instaurada no contexto mundial? Afinal de contas, com a crise de saúde uma crise humanitária (socioeconômica) expôs de forma nítida as diferenças sociais que apenas pudemos observar com mais clareza. Assim sendo, quem consome agora sempre consumiu e quem está a morrer de fome, vivera sempre no limite? Bom, é cedo demais para trazer afirmações, além de ser impossível e irresponsável tratar desse assunto de modo simplista. Mas, por conta dessa dificuldade, devemos deixá-lo de lado? Como poderemos diferenciar os impactos desse fenômeno tanto no Lazer quanto nos mercados de modo geral? Pesquisando, meus colegas, pesquisando.

Voltando aos games, o mercado ligado ao mundo dos jogos eletrônicos vem apresentando uma alta constante, como dito anteriormente. Segundo relatórios especializados<sup>1</sup>, em 2020 a indústria dos games teve uma receita de cerca de 126,6 bilhões de dólares. O que significou um aumento de 12%, se comparado ao ano anterior. Este número não é puxado por um pequeno segmento dentro dos jogos. Pelo contrário, se observados os números divididos por categorias podemos perceber que o único setor dos jogos eletrônicos que não apresentou crescimento em relação ao ano de 2019 foi o de grandes campeonatos e eventos de esporte eletrônico. Este fato se explica uma vez que se tratam de eventos presenciais que necessitam de estrutura, alvarás de funcionamento, trânsito de pessoas entre países, patrocinadores, geram aglomeração, entre outros. Seguindo assim o que aconteceu com shows e campeonatos de esporte que deixaram de

<sup>1</sup> Cf. Superdata by Nielsen – 2020 Year in Review. Disponível em: <https://games.nielsen.com>.

ocorrer por conta da Covid-19. Mas como dito anteriormente, esta é apenas uma parcela do mercado dos jogos.

Do outro lado as receitas apontam para cima, os jogos ditos de graça, número de transmissões ao vivo, apostas em jogos são exemplos da escalada de mercado deste meio. De certo, muitas pessoas estão a jogar e a assistir, talvez pelo fato de estarem mais tempo em casa. Trago estes números para tentar expor dois pensamentos que venho tendo sobre o campo de estudos do Lazer e que pelo observo, ao menos em círculo de convívio, parecem estar ainda “incipientes” e “descampados”. O primeiro ponto é a ótica de um Lazer canônico, aquele que é tido como salvador das mazelas humanas e o segundo (seguindo esta mesma linha) diz respeito ao não interesse do campo sobre áreas que movimentam, nestes anos, grandes cifras na economia.

Historicamente o entendimento do Lazer vindo sendo pautado principalmente pelo trabalho, ou melhor, pelo não trabalho. Apesar de existirem correntes que desvinculem a correlação direta entre tais manifestações, é fato que muito da literatura e também o próprio senso comum é baseado nesta relação. Cabendo ao Lazer, ser o tempo do não trabalho, o tempo do descanso. Estudos relativos a consumo durante e como vivência de Lazer aparecem como segunda ordem neste meio. Este tipo de aprofundamento, é percebido com mais frequência no campo das ciências exatas ou em relatórios encomendados de cunho comercial.

O campo de estudos do Lazer parece ter se blindado contra os avanços do capitalismo, de forma a lateralizar interesses sobre a movimentação gerada no mercado, por exemplo. Entendo que o nosso papel fundamental, talvez, parta da crítica e reconstrução do status vigente da sociedade. Todavia, isso significa falarmos tão pouco sobre mercado, consumo? Assim, é comum observar escritas do campo do Lazer que entendem que as práticas de consumo aconteçam permeadas de passividade e alienação, podendo citar aqui por exemplo, a compra de jogos online, artefatos tecnológicos, a visualização de filmes hollywoodianos, as apostas em jogos, entre outros.

Não aponto aqui a inexistência de estudos voltados para tal, isso seria uma inconsequência e uma ofensa aos colegas que vem desenvolvendo ou que desenvolveram conteúdos sobre essa temática, o que indago é a preferência do campo como um todo em apontar em direção oposta. A título de exemplificação do que pretendo dialogar, Pessoa (2019) mobiliza conhecimentos a fim de estipular que o consumo cultural não pode ser compreendido de antemão como alienante, mas sim que “[...] a apropriação que os sujeitos fazem dos produtos culturais é que determina em última instância seu grau de abstração” (Pessoa, 2019, p. 18). Com base no exposto por Pessoa (2019), é percebido no meio do Lazer uma busca pelo contra-hegemônico, o que de forma alguma me parece errado ou inconveniente. Entretanto, por via de regra o consumo é percebido como algo alienante e sem o protagonismo do sujeito, passivo. Assim, são observados diversos projetos que já partem da premissa que o consumo em práticas ou como práticas de lazer são antes



de tudo submissos à uma lógica hegemônica. Ao passo que as relações construídas a partir dessas práticas, bem como as microeconomias geradas a partir do consumo podem apontar para uma outra direção.

Trazendo novamente o mercado dos jogos digitais, podemos observar que para além das bilionárias cifras movimentadas pelas grandes empresas, existem subsistemas que geram renda e poderiam ser de nosso interesse de estudo, podendo citar: troca e venda de itens dos jogos entre os usuários, venda de contas de níveis altos, apostas, *elojobs*<sup>2</sup>, streams, produtores de conteúdo, produção de souvenirs, vestimentas e acessórios com este tema, entre outros. Estes e muitos outros estão imersos num mercado global, geram rendas próprias e colaboram para a movimentação da economia, principalmente a local, além de proporem novos significados para aquelas práticas.

Chegando ao final desse pequeno e superficial devaneio e entendendo que a produção de conhecimento sobre o mercado (em especial) das grandes empresas se concentra em áreas que não a nossa e em nosso campo permanece de forma marginal. Imaginemos como os pequenos nichos (citados no parágrafo anterior) que poderiam ser fontes de estudos para entender e impactar diretamente a sociedade ficam nas marginalidades em nosso campo de estudos. Somos um campo interdisciplinar, é necessário que as pesquisas apontem para diversas direções que não somente aos padrões, a fim de não perdemos a oportunidade de aprender e colaborar ainda mais com o desenvolvimento de nossa sociedade.

## REFERÊNCIAS

PESSOA, Vitor Lucas Faria. Lazer e consumo: uma análise a partir da indústria cultural. *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*, v. 6, n.1. p. 18-30, 2019.

---

<sup>2</sup> Alguns jogos possuem uma classificação de níveis entre os jogadores, chamadas muitas vezes de Elo ou Patentes. O *elojob* consiste em pagar algum jogador habilidoso para entrar em sua conta e subir o elo, deixando-a em níveis mais elevados.

# SOBRE LAZER, LIBERDADE E A OUSADIA DE SONHAR UM MUNDO NOVO

Mauro Lúcio Maciel Júnior

Faz tempo que venho pensando sobre o que abordar nesse espaço. Convivendo com reflexões que se originaram já no momento de criação do blog, no mês de junho de 2020, inicio o processo de escrita descrevendo essa tarefa como uma oportunidade de, em certa medida, escapar das rigidezes de métodos, formas e referenciais teóricos, tão presentes no contexto acadêmico. Inspirado pela sigla BELA, que revela um sutil e necessário paradoxo com o Brasil atual, busco uma forma de tratar o lazer a partir de suas interfaces com experiências e sentimentos que vêm me acompanhando ao longo dos últimos meses, em meio ao necessário distanciamento social.

Ocupado com as obrigações da vida cotidiana, em que afazeres outrora rotineiros têm ganhado novos significados, em virtude das preocupações e restrições impostas pela pandemia de COVID-19, cumprir com essa tarefa não foi algo fácil. Com inícios e abandonos diversos, a construção desse texto apresenta, de algum modo, aproximações com a instabilidade que tem marcado a vida em nosso país. Entre queimadas, censuras e abusos de poder político e econômico, imergimos em uma realidade onde, a cada dia, nos deparamos com o rompimento de barreiras civilizatórias duramente construídas, às custas dos esforços de diferentes gerações de brasileiros e brasileiras.

Recolhido há mais de sete meses ao ambiente doméstico, gozando de um privilégio que se estende a parcela minoritária da população nacional, é de casa que venho vivendo e acompanhando os acontecimentos recentes. Com a drástica redução dos encontros interpessoais, sejam com finalidades de trabalho, formação, socialização ou lazer, diversas alterações se impuseram à “normalidade” dos modos de vida. Tantas vezes visto como local de passagem ou repouso, o espaço residencial ganhou um protagonismo que há muito não tinha em nossa sociedade.

Antes da onda de flexibilização do isolamento, que vem ganhando força a partir do mês de agosto, tivemos de nos acostumar com a possibilidade de circular apenas pelos espaços capazes de ofertar os chamados “serviços essenciais”. Nesse sentido, supermercados, farmácias e equipamentos destinados ao atendimento à saúde continuaram funcionando, ao passo que, ao menos por algum momento, diversos outros espaços de convivência se viram obrigados a fechar.

Bares, restaurantes, shoppings, cinemas, lojas, praças e parques constituem, assim, uma pequena parcela dos locais que tiveram de se submeter às medidas restritivas de

acesso, a fim de controlar a disseminação do novo coronavírus. Em um momento marcado por medos e incertezas, fruto do desconhecimento generalizado sobre a doença, somado ao impacto da alta constante de mortos e infectados pelo inimigo invisível, muitos de nós nos deparamos com a missão de transferir diferentes dimensões de nossas vidas, para os espaços delimitados pelos muros, paredes e grades de nossas casas.

O trabalho e o lazer, o repouso e a atividade, o real e o virtual foram forçados a estreitar ainda mais as relações entre si. Se antes da pandemia esses elementos já vinham em uma aproximação crescente, estabelecendo os contornos da impermanência que marca a vida contemporânea, com a urgência do recolhimento doméstico, esse movimento ganhou espaço para se intensificar. Em um contexto onde o teletrabalho, o estudo remoto e os divertimentos mediados por telas vêm dividindo tempo e espaço com as obrigações do dia a dia, temos sido convidados a um período que combina autoconhecimento, com o (re) descobrimento das pessoas com as quais dividimos nossa habitação.

Levar a vida em meio à atual crise sanitária já seria, por esses motivos, um dos maiores desafios enfrentados por nossa geração. No contexto brasileiro, entretanto, a situação apresenta diversos agravantes. Com absurdos rotineiros vindos das ruas, tais como as findadas marchas dominicais a favor da morte, ou a permanente glorificação de medicamentos sem eficácia, constantes têm sido os golpes desferidos contra a ordem e as instituições democráticas. Não bastasse isso, convivemos com as altas do desemprego, dos alimentos e da concentração de renda, combinadas com as quedas na capacidade de investimento do Estado e de indicadores que medem a liberdade de expressão.

Sonhar com dias melhores torna-se, então, um imperativo que exige considerável esforço para se realizar. Diante do cenário sombrio que se abateu sobre nosso país, é importante que vivências capazes de enaltecer as belezas, os prazeres, as diversões e a amabilidade da vida, sejam buscadas como uma forma de resistir à dureza que insiste em nos rodear. Dentre outras coisas, elas podem nos ajudar a seguir em frente, sem entregar nossas vidas à lógica repetitiva imbricada com a reprodução das condições materiais de existência, tão bem utilizada como instrumento de dominação.

Outros momentos ruins já se passaram em nossa história. No mais recente deles, marcado por 21 anos de ditadura militar, a arte, as músicas, o futebol e outros valores e experiências relacionados ao lazer, estiveram na linha de frente do processo que nos livrou da brutalidade desse regime. Unindo pessoas díspares em suas histórias, interesses e ideais, esses elementos auxiliaram na construção de sentimentos e anseios capazes de transcender a aspereza da vida que os militares sabiam, podiam e queriam nos ofertar.

Não contar vitória muito cedo é, portanto, um sábio conselho que um antigo poeta nos deixou. Nos dias de hoje, enquanto a popularidade sobe e a boiada passa, um incansável processo de corrosão segue firme fazendo seu trabalho. Cada vez menos silencioso, ele se materializa nos Djongas, nas Elzas, nos Emicidas, nas Carols, nos Criolos e em tantos outros e tantas outras que, em posições de visibilidade, usam seus talentos não apenas

para entreter o público, mas para cumprir com o dever de se levantar contra as barbáries em um Brasil que desaprendeu a almejar um futuro melhor, a partir da vivência de um presente mais bonito.

A resistência da voz e a insistência da fala constituem, junto a outros aspectos, passos de um caminho com potencial de nos libertar dessa situação. Através desses instrumentos, podemos contestar, por exemplo, o dogma de que é preciso viver em sacrifício agora, à espera de algo melhor que virá depois. Em direção a um futuro que nunca chega, reformas passam, direitos são retirados e os verdadeiros privilégios permanecem vivos, permitindo a acumulação de fortunas e a exploração da grande massa da população, cada vez mais sobrecarregada e entregue à informalidade.

Retomar a consciência sobre a importância do presente é, nesse contexto, um ponto fundamental para que não nos deixemos aprisionar pela distopia que se impõe perante nossos olhos. Assumir o controle de nossas vidas, nos dando o direito de manifestar nossos pensamentos, vontades, opiniões e desejos são ações merecedoras de nossos mais honrados compromissos. Para tanto, mais do que nunca é necessário que nos concedamos e reivindicuemos o direito ao lazer.

Ousar parar e refletir sobre os caminhos que estamos percorrendo constituem, dentro do cenário atual, atitudes com relevante papel para a coletividade. A partir das possibilidades que temos, é importante somar forças para multiplicar as vozes daqueles e daquelas que, em diferentes situações, sofrem ataques que visam o silenciamento de suas lutas. É pensando nisso que, a partir da primeira letra de cada um desses parágrafos, busco amplificar um grito que nenhum tribunal será capaz de calar.

É fato que a pandemia da COVID-19 deflagrou uma série de novos hábitos, ou melhor, tentou impor uma série de novos hábitos. Contudo, o que pouco se questionou em meio a tantas imposições e restrições é sobre para quem, de fato, estas mudanças estavam se instaurando, e, para quem elas já eram uma realidade.

Para parte da população mundial não foi a pandemia da COVID-19 que criou o distanciamento a serviços e direitos básicos, ou limitou, por exemplo, o acesso a práticas de lazer. Esses direitos já não faziam parte de sua cesta de sobrevivência há muitos anos. A pandemia apenas escancarou uma realidade que já se fazia latente, mas era justificada por outras questões. Como afirma Boaventura de Sousa Santos ao dizer que “o mundo tem vivido em permanente estado de crise” (2020, p. 4).

A crise, citada por Santos, é constatada nos inúmeros relatórios das organizações internacionais. Como exemplo, a Organização das Nações Unidas (ONU) afirma que comparado ao início dos anos 2000, a população em situação de pobreza ou pobreza extrema vem aumentando gradativamente desde 2015, ou seja, a pandemia da COVID-19 acentuou a precariedade aos direitos básicos humanitários, mas estes já vinham sofrendo ataques antes mesmo dela ocorrer.

É válido destacar que a pobreza, sendo extrema ou não, não se refere apenas a ausência de ganhos monetários pelos indivíduos, ela se expressa também na ausência de direitos e na privação da liberdade de escolha política, social ou cultural, que por sua vez tem relação direta com diferentes práticas que permeiam as relações dos indivíduos, como exemplo, o lazer.

No Brasil, como apontam os dados coletados na pesquisa sobre o lazer dos brasileiros, realizada em 2017, à classe média já apresentava características de práticas limitadas no lazer, sendo em grande parte vivenciadas ações de “entretenimento alienante ou à possibilidade de consumo de conteúdos culturais de forma passiva” como destacou o professor e pesquisador Ricardo Uvinha (2018), em entrevista ao jornal da USP; as razões para que as vivências e experiências de lazer fossem de tal modo acompanham inúmeros aspectos sociais.

A população que ocupa os cargos de trabalho com menores salários já vivia o ambiente doméstico, a TV, os encontros sociais (ainda que não fossem virtuais) como práticas de lazer, demonstrando que a pandemia não reformulou práticas de lazer de todos, apenas daqueles que detinham o privilégio de pensar em outras opções. Para esta parcela da população, que foi abruptamente afetada pela pandemia, não houve reformulação de

práticas de lazer. Elas seguiram em busca de (sobre)viver em residências com espaços mínimos de habitação por pessoa, sem desfrutar de áreas de lazer ou acesso a plataformas de *streaming* e internet banda larga.

É preciso refletir que para pensar em novas práticas, metodologias e abordagens em diferentes campos sociais, é necessário primeiro questionar sobre o passado. Compreender que o que hoje se vive como exceção, sempre foi a realidade da maior parte da população. A exceção aos acessos, a liberdade, a vida, não começou com a pandemia. Se para a classe A, B, e C assusta o fato de ter de conviver com lives, encontros familiares e práticas domésticas antes impensáveis, a população D e E, já sabia, há tempos, como era ter de se reinventar para sobreviver. A pandemia, talvez, só tenha aberto os olhos sobre as dificuldades que muitos têm para viver.

## REFERÊNCIAS

FERREIRA, Ivanir. Estudo revela o que brasileiro faz no tempo livre e como escolaridade influencia. *Jornal da USP*, São Paulo, 15 de outubro de 2018. *Ciências humanas*. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-humanas/estudo-revela-o-que-brasileiro-faz-no-tempo-livre-e-como-escolaridade-influencia/>>

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Cruel pedagogia do Vírus*. Coimbra: Edições Almedina, S.A., 2020.

# GRUPOS SOCIAIS

# ENTRE COLONIZAÇÃO E RESISTÊNCIA: ENCONTROS NOS E COM OS JOGOS DOS POVOS INDÍGENAS

Cláudia Regina Bonalume

O evento Jogos dos Povos Indígenas - JPI vêm sendo realizado pelo Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena - ITC<sup>1</sup>, sistematicamente, desde 1996, reunindo mais de 20 etnias brasileiras em cada edição. Pelo desejo de seus idealizadores e coordenadores, os irmãos Carlos e Marcos, da etnia Terena, aconteceria a cada dois anos, mas isso nem sempre foi possível e nos últimos tempos se tornou inviável, seja pela falta de apoio governamental, seja pela pandemia da Covid-19. De 1996 a 2013, ano do último evento, foram 12 edições. Em 2015 os irmãos Terena e o ITC conseguiram realizar, com apoio do Governo federal, os Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, com a participação de 23 etnias brasileiras e delegações de 22 países, reunindo cerca de 2.300 participantes.

Feita essa brevíssima contextualização, minha proposta aqui é refletir sobre o significado destes eventos em um contexto de colonização e resistência. Fanon (2008) afirma que a ciência ocidental moderna, para sua expansão, criou zonas de não-ser e nelas colocou povos, raças, pessoas com deficiência, pessoas LGBTQI+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, queer, intersexo, assexuais e outros), uma parcela das mulheres e outros segmentos da sociedade, dividindo o mundo entre a zona do ser e a zona do não-ser.

Assim como a ciência, o processo histórico brasileiro, por meio do colonialismo e do capitalismo, lançou a existência dos povos indígenas para zonas de não-ser e colonizou seus saberes, suas culturas, seus poderes, enfim, seus seres. Conseguimos pensar nos indígenas ocupando a maior parte dos cargos políticos e de direção em escolas, empresas, universidades e outros postos de poder no país? E “elaborando” o mundo? Difícil, não é mesmo? Seria então possível superar a divisão arraigada entre “os ‘dois mundos’ da natureza e da sociedade, entendendo que estabelecer um caminho através do mundo é habitar e habitar é viver historicamente, sendo que cada forma histórica de vida é um modo de produção?” (Ingold, 2015, p. 26).

Falo de um processo de decolonizar, enquanto possibilidade de desconstruir a naturalização, imposta pela lógica da colonialidade e seus efeitos, de desapegar-se do aparato que confere prestígio e sentido apenas ao que provém de culturas tidas como “superiores” a exemplo da europeia, da norte-americana e daquelas das classes com

---

1 Fundado em 1991 por membros da etnia Terena do Mato Grosso do Sul, hoje agrega diversas etnias em torno de seu trabalho que envolve ações voltadas, principalmente, para os aspectos esportivos, culturais e ambientais da cultura indígena brasileira, entre as quais se destacam os Jogos dos Povos Indígenas, a primeira edição dos Jogos Mundiais Indígenas (2015), a participação indígena na Rio+20 e o documentário Índio velho: memória ancestral.



maior poder aquisitivo. Decolonizar-se pelo desapego ao que foi imposto pelo colonizador a sua lógica e seu aparato, abrindo-se a outras experiências, histórias e teorias tornadas menores, abjetas, desqualificadas (Fanon, 2008).

É nesse acerto de contas com o colonizador, no sentido de mostrar a ele que há resistência nos povos indígenas, em especial quando estes lutam para preservar, valorizar e viver sua cultura, que quero refletir sobre os Jogos dos Povos Indígenas (JPI), tanto nacionais quanto internacionais.

Meu lugar de fala é de uma mulher branca que, em 2006 atuava em um cargo de direção, no extinto Ministério do Esporte, quando um grupo de indígenas agendou um horário com a Secretária Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer, Rejane Penna Rodrigues, de quem eu era chefe de gabinete, para reivindicar recursos financeiros e apoio logístico visando a realização da nona edição do evento. Como preparação para o encontro fomos em busca de informações acerca das edições anteriores, informações estas oriundas de colegas servidores, não indígenas que atuavam no órgão. Falava-se em falta de organização, de transparência na seleção das etnias, de apropriação do evento por parte do ITC, de ser um evento isolado, sem efeito na garantia de acesso ao direito ao esporte e ao lazer.

As impressões geradas em mim, pelo que ouvi, associadas à minha história, certamente não foram as mesmas das pessoas que, enquanto servidoras públicas, administravam o dia a dia de um Estado burocrático, mas também não alcançavam o que os JPI representavam para os povos indígenas que os realizavam e que dele participavam.

Mesmo sendo gestora, com experiência em políticas públicas democráticas e participativas, senti certa insegurança em firmar uma parceria para uso de recursos públicos, sobre os quais eu seria uma das pessoas que teriam que responder, diante do quadro que me era apresentado. Como ressignificar meu discurso colonizador de professora de Educação Física e de gestora pública que domina os conhecimentos relacionados à área esportiva, a serviço de um projeto que pretendia valorizar o saber decolonizado? A opção da então equipe da Secretaria foi decidir coletivamente, ouvir, dar atenção aos saberes escritos e orais, ou seja, como afirma Pereira (2015) “Abrir-se de tal forma e com tal intensidade que, no final da viagem, algo novo possa ser produzido” (p. 427).

Lembro do buchicho e dos olhares curiosos nos corredores, enquanto aquelas pessoas passavam, algumas com adereços que as identificavam como indígenas, outras não. Sentamo-nos em círculo, por volta das 18 horas, ouvimos queixas em relação à forma como os Jogos vinham sendo tratados, algumas bastante enfáticas, expectativas e, enfim, a proposta de realização da nona edição dos jogos, em 2007. Questionamos e tentamos negociar alguns aspectos, a exemplo da seleção das etnias participantes que deveria ser mais transparente, da intenção de construirmos uma política envolvendo o esporte tradicional, para evitar que ele ficasse restrito ao evento, além da sugestão de realizarmos, em paralelo, um fórum de discussão acerca dos Jogos, no contexto das lutas indígenas.

Embora essas questões parecessem simples e, no nosso entender, boas ideias, houve muita resistência de parte de alguns dos presentes. Hoje consigo perceber que se tratava da preocupação de manter essa pequena conquista para os povos indígenas, de promover encontros em torno das práticas corporais tradicionais, enquanto parte da longa tradição de resistência e reexistência das populações indígenas.

Há muito tempo as potências do mundo tentam conservar um domínio sobre os outros povos que não seja pelas armas. O domínio pela força é caro e, frequentemente, colhe insucessos. O domínio pelo consentimento é barato e duradouro. Os indígenas sofreram com esse processo desde a chegada, ou invasão, como preferem os povos colonizados, dos portugueses. A colonização dos saberes, da espiritualidade, da cultura, enfim, do modo de ver, de ser e de viver das populações indígenas aqui habitavam é produto de um longo processo de colonialidade que continua negando-lhes a possibilidade de existência. Daí a necessidade da resistência política e epistêmica, que Bernardino-Costa e Torres (2018) nomeiam como decolonialidade, giro decolonial ou projeto decolonial.

Passavam de 21 horas quando, depois de muito ouvir e falar, pactuamos que daríamos atenção à demanda deles e seguiríamos com as negociações para realizarmos o evento em 2007. Trago esses fragmentos da memória pessoal por entender que eles auxiliam na reflexão acerca da relação colonialismo e decolonização, em torno dos JPI e do desafio profissional que foi, para mim, desenvolver um trabalho procurando “Nem guiar nem servir. Em vez de distância crítica, a proximidade crítica. Em vez de compromisso orgânico, o envolvimento livre” (Santos, 2019, p. 26).

O desejo de realizar um evento que reunisse povos indígenas pela cultura, mais especificamente focada nos jogos, foi gestado e alimentado por Carlos Terena, em meados de 1979. Apoiado pelo irmão Marcos, passaram a percorrer gabinetes governamentais e não governamentais em busca de apoio. Foi só em 1996 que o então Ministro Extraordinário do Esporte Edson Arantes do Nascimento (Pelé) abraçou com eles a ideia e apoiou a realização dos I Jogos dos Povos Indígenas. Esses quase 20 anos em busca de apoio para um projeto que tinha como objeto o resgate da cultura extorquida pelo colonizador, nos permite perceber o quanto é difícil para o dominador considerar importante a possibilidade de que o dominado construa e coloque em prática estratégias de sobrevivência da sua cultura, do seu ser.

Essa negação produz o que o escritor queniano Ngũgĩ wa Thiong’o chamou de “bomba cultural”, cujo efeito é aniquilar a crença das pessoas nelas mesmas. Diz ele:

O efeito de uma bomba cultural é aniquilar a crença das pessoas nos seus nomes, nos seus idiomas, nos seus ambientes, nas suas tradições de luta, em sua unidade, em suas capacidades e, em última instância, nelas mesmas. Isso faz com que as pessoas vejam seus passados como uma terra devastada sem nenhuma realização, e faz com que elas queiram se distanciar dessa terra devastada (Wa Thiong’o, 2005, p. 3).

Apesar dos muitos não, os irmãos Terena não se deixaram afetar pela bomba

cultural e, na tarde do dia 16 de outubro de 1996, em Goiânia-GO, o povo Krahô, do Tocantins atritou as pedras, provocando a centelha que faria nascer a primeira chama do fogo sagrado dos I Jogos dos Povos Indígenas - JPI. Mais de 24 etnias e cerca de 600 participantes adentraram na arena para as primeiras atividades. A partir de então, outras lideranças indígenas e pessoas apoiadoras não indígenas se juntaram aos irmãos Terena para formar a hoje chamada família dos JPI.

O evento inicia pelas tratativas em busca de apoio logístico e financeiro, sempre difícil e que acaba fazendo com que os Jogos sejam realizados de maneira muito simples, precária em alguns aspectos, se comparados aos eventos esportivos não indígenas, focados no espetáculo e no esporte enquanto mercadoria. No entanto, essa simplicidade pouco parece afetar as pessoas indígenas que têm oportunidade de participar, talvez por ser percebida como uma possibilidade de resistência, pelo conteúdo do encontro representar mais que sua forma e por refletir no estilo de vida da maior parte delas.

A participação nos jogos se dá mediante o convite a grupos étnicos originários das regiões brasileiras, podendo participar crianças, jovens, pessoas adultas e idosas (ou velhas/anciãs, como preferem ser chamadas as pessoas indígenas). Essa escolha personalizada era um aspecto que, no primeiro encontro que mencionei, nos parecia autoritária, no entanto fomos convencidas a acatá-lo. O critério primordial para essa escolha é o fator cultural, ou seja, participam povos que mantêm vivos seus costumes originais: línguas, ritos, danças, cantos, instrumentos musicais, artesanatos, pinturas corporais e, principalmente, suas práticas corporais peculiares tradicionais. Ser convidada para os JPI é motivo de orgulho e até de disputa entre as etnias e aldeias. Temos aqui um indicativo de ato de decolonização, promovido pelos JPI. Preservar e viver a sua própria cultura é condição para a etnia ser inserida no evento. Ao longo dos anos é possível perceber o efeito que os jogos promovem no resgate cultural dos povos indígenas. Etnias realizando seus próprios jogos, ensinando as práticas às crianças e jovens, resgatando pinturas corporais, artesanatos e línguas, são constantemente relatadas.

A partir do momento em que o convite para os jogos é feito, geralmente com uma visita presencial do líder Carlos Terena, com vistas a pactuar a participação, as aldeias passam por processos particulares de preparação. Algumas fazem seleção de participantes em disputas relacionadas às práticas corporais que fazem parte do evento, outras de acordo com o envolvimento com a cultura da aldeia, além disso, a ida aos Jogos contempla a realização de rituais espirituais de cada povo, a comercialização do artesanato e, na XII edição, a venda de produtos agrícolas tradicionais e a troca de sementes. Preparar, levar, mostrar e compartilhar o que de melhor cada etnia tem é resistir à colonialidade.

Em 2007 os JPI aconteceram em Recife e Olinda/PE. Na cerimônia de abertura as pinturas corporais e adereços de cada etnia que, aliás, guardam características que as diferenciam umas das outras, enchiam meus olhos. No entanto, os grupos que representavam a região eram os menos caracterizados. Como povos que primeiro tiveram

contato com o colonizador, foram os mais afetados pelo processo. Chamou-me atenção que, no decorrer dos 10 dias de evento, isso mudou e eles começaram a aparecer com pinturas corporais e adereços. Em conversas informais contavam que ficaram encantados com os “parentes” e foram procurar as pessoas mais velhas da aldeia para saber sobre suas próprias marcas identitárias que agora exibiam orgulhosos, decolonizando-se.

A programação dos JPI foi sendo modificada no decorrer das edições e mistura todos esses elementos em um pulsar muito próprio que estimula o respeito mútuo, as vivências espirituais, culturais e práticas corporais tradicionais e ocidentais. Na última edição, antes dos Jogos Mundiais, realizada em Cuiabá, em 2013, a programação envolvia práticas corporais esportivas demonstrativas e de integração, o Fórum Social Indígena, a Oca Digital, a Oca dos Saberes, a Feira da Agricultura Tradicional Indígena, a Feira de Artesanato, pinturas corporais, apresentações artísticas e culturais que explicitam e valorizam a diversidade indígena, com sua espiritualidade, seus rituais, indumentárias, costumes, cantos, danças, cores e jogos ancestrais.

As práticas esportivas do evento seguem a lógica oposta à da competitividade. Seu idealizador Carlos Terena, falecido em 2020, vítima da Covid 19, mais uma doença trazida pelo colonizador, insistia na frase “O importante não é ganhar, sim celebrar”. No evento, são agrupadas em: jogos nativos de integração, dos quais todas as etnias podem participar, se assim o desejarem, com modalidades como corridas, arremesso de lança, arco e flecha, cabo de força, canoagem, natação e zarabatana; jogos demonstrativos, enquanto aqueles que apenas uma ou duas etnias praticam e são trazidos ao evento para serem conhecidos, a exemplo da corrida de tora, das lutas corporais, do akô, do hipipi da katulaywa, do peikrân e outros; e ocidental, cuja prática é o futebol masculino e feminino que chegou aos povos indígenas pelo processo de colonização e caiu no gosto das aldeias. Aqui temos uma demonstração do que Santos (2019) chama de concessões contra-hegemônicas, ou seja, nem tudo o que não tenha origem na cultura indígena precisa ser descartado, o desafio é ressignificar aquilo que pode se somar a ela.

No ambiente de preparação e realização dos Jogos nós, não indígenas, somos, de certa forma, bem-vindos/os, principalmente no sentido de darmos conta da parte logística, da infraestrutura, das questões financeiras e administrativas dos eventos. Considerando o processo de colonização dos povos indígenas brasileiros é possível perceber por que isso acontece. Excluído das estruturas de poder, o modo indígena de fazer esta parte do evento não seria aceito na burocracia estatal que, em geral, financia as atividades. Contar com o suporte de quem se solidariza com a causa indígena é uma estratégia de sobrevivência dos Jogos e uma maneira de angariar aliados para a causa. Eu me coloco neste lugar!

Já na programação “da arena” que envolve os jogos propriamente ditos, misturados a rituais e atividades artísticas, reproduzindo uma lógica que é peculiar da cultura desses povos, as pessoas não indígenas atuam executando tarefas definidas pelo líder Carlos Terena. Em nossa primeira reunião de trabalho ele foi enfático em me dizer que já ocorrera

de gestores colocaram professores de educação física para coordenar as provas e ele não aceitaria mais isso. Tal condição justificava-se, segundo ele, porque nós, profissionais da área, chegamos com regras “de branco” e confundimos a lógica que eles estabelecem a partir de um saber construído historicamente e transmitido de forma oral. Ou seja, esse é um espaço indígena e nele Carlos procurava garantir a resistência, decolonizar, não admitindo tutela. Afirmava que quem atuava lá precisava tentar perceber os jogos e não os assistir como se fosse espectador.

Tendo acompanhado quatro edições do evento, em um processo de muita escuta e observação, entendo que, para envolver-se com os Jogos dos Povos Indígenas, é preciso decolonizar-se, no sentido de desvincular-se da expectativa estabelecida a partir dos eventos esportivos mercadológicos e competitivos, para os quais fomos formados nos bancos acadêmicos nos quais poucos e seletos saberes tiveram lugar. É preciso despir-se da pretensão de conhecimento sobre a cultura e reconhecer a existência do outro, rompendo com a ideia de que “o privilégio do conhecimento de uns tem como corolário a negação do conhecimento de outros, da mesma forma que a armação da existência de uns tem como lado oculto a negação do direito à vida de outro” (Bernardino-Costa; Torres, 2018, p. 13).

O resgate e a valorização da cultura indígena são grandes desafios, necessários ao respeito, ao reconhecimento e à preservação dos conhecimentos e manifestações culturais, uma vez que “Historicamente, sabemos que o que chamamos de eurocentrismo foi instalado pelos brancos. Nem os negros nem os indígenas jamais procuraram nem desejaram rejeitar suas cosmovisões para se tornarem eurocêntricos” (Carvalho, 2018, p. 102).

Trazendo esse processo para a cultura esportiva indígena, podemos conjecturar que, se o esporte espetáculo, muito ligado ao mercado que dele se alimenta e é por ele alimentado, domina as práticas mundiais, ações como as dos Jogos dos Povos Indígenas confrontam essa lógica, reproduzindo e valorizando a diversidade dos saberes, criados e preservados pelos povos indígenas. Decolonizar, nesse contexto, é intervir na constituição desse espaço de encontro, no estímulo à prática nas aldeias, no evento esportivo em si e na formação pela troca de saberes. Iniciativas como essa, ao favorecerem, ainda, o compartilhamento de diferentes modos de ser e de viver, estimulam o respeito à diversidade e à reconexão de cada povo com seu passado, para que as gerações mais jovens saibam de onde vieram e quem são.

Santos (2019) chama atenção para o fato de que a compreensão do mundo é muito mais ampla do que os ocidentais conhecem e acreditam. O autor afirma que estamos vivendo um momento histórico no qual a interdependência transnacional e as interações globais desterritorializam as relações sociais, antes policiadas pelos costumes, pelo nacionalismo, pela língua, pelas ideologias e outros atravessamentos. No entanto, em contradição com essa tendência “assiste-se o desabrochar de novas identidades regionais

e locais alicerçadas numa revalorização do direito às raízes (em contraposição com o direito à escolha)” (p. 27).

Essas identidades não são as mesmas dos povos originários, tendo em vista seus próprios processos de mudança e as imposições do processo de colonização que ainda as afetam, no entanto, o desabrochar mencionado por Santos (2019), faz com que indígenas como Marcos Terena afirmem “Eu posso ser quem você é, sem deixar se ser quem eu sou”.

Nesse texto me desafiei a escrever sobre os Jogos dos Povos Indígenas enquanto possibilidade de decolonização, sem tentar falar por aqueles e aquelas que me acolheram como parceira e me ensinaram a reconhecer, respeitar e valorizar a riqueza cultural que carregam. Encerro transcrevendo a fala que Maíra Elluké, filha de Carlos Terena, fez a um veículo de comunicação, na ocasião do falecimento do pai:

Meu pai nasceu para fazer isso (os Jogos). Ele realizou um grande sonho. Ele criou com a intenção de unir os povos e, principalmente, de haver o intercâmbio cultural no sentido de que cada etnia, cada pessoa, cada indígena que participasse desse evento sáisse de lá transformado, com a sua autoestima elevada, porque quando meu pai era jovem, ele sofreu muito preconceito por ser indígena [...]. Então, ele queria reverter tudo isso, ele queria fazer um festival, um encontro de cultura e mostrar a diversidade dos povos, e muita gente não sabe sobre a diversidade dos povos, muita gente vive no Brasil e não conhece a história do povo. Nós temos hoje 260 povos que falam mais de 200 línguas, para se entender a diversidade, o tamanho das populações indígenas (Rocha, 2021, n.p.).

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, José J. de. Encontro de saberes e descolonização? Para uma refundação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras. In: DERNARDINO-COSTA, Joaze; TORRES, Nelson Maldonado (Org.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2018.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EdUfba, 2008.

INGOLD, T. ***Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição***. Trad. De Fábio Creder. Petrópolis, RJ, Vozes, 2015.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. *Queer Decolonial: quando as teorias viajam*. Contemporânea, v. 5, n. 2, p. 411-437, jul-dez, 2015.

ROCHA, Eduardo. Carlos Terena, idealizador dos Jogos dos Povos Indígenas, morre em Brasília, DF. *Jornal o Liberal*, 13/06/2020. Disponível em: <https://www.oliberal.com/belem/carlos-terena-idealizador-dos-jogos-indigenas-morre-em-brasilia-df-1.398469>. Acesso em 14/06/2021

SANTOS, Boaventura de Souza. *O fim do império cognitivo: afirmação das epistemologias do sul*. Belo Horizonte, Autêntica editora, 2019.

WA THIONG’O, Ngũgĩ. Decolonising the mind: the politics of language. In *African literature*. Oxford: James Currey; Nairobi: EAEP; Portsmouth: Heinemann, 2005.

# DIVIDIRAM ATÉ OS BANCOS DE CONCRETO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

Jordania de Oliveira Eugenio

Em 2014, o repórter britânico Ben Quinn utilizou o termo arquitetura hostil pela primeira vez – em uma matéria do jornal *The Guardian* intitulada “Anti-homeless spikes are part of a wider phenomenon of ‘hostile architecture’” – para se referir a uma estratégia do *design* urbano que exclui os desabrigados dos grandes centros de circulação das cidades. Na reportagem ele citou alguns elementos urbanos de Londres, como os bancos de concreto separados por pontas de ferro, para exemplificar essa arquitetura que se vale de estratégias hostis – ainda que sutis – para afastar e invalidar tudo que não se integra ao cenário estético aceito globalmente. O que inclui desde pessoas em situação de rua que, muitas vezes dormem sobre os bancos localizados nos espaços públicos, até *skatistas* que utilizam os mesmos bancos como pequenas rampas para diversão.

No Brasil, atualmente, não é raro encontrar bancos de concreto ou madeira com divisórias semelhantes às de Londres; na verdade, por aqui as formas e estéticas variam de acordo com a cidade, sendo algumas feitas de maneira tão sutil a ponto de não deixarem margem para a problematização do novo *design* projetado. Afinal, a divisão desses bancos não é sentida por nós – que possuímos moradia – da mesma forma do que para aqueles que neles dormem; para nós, há no máximo uma alteração curiosa, enquanto que para os que não têm onde dormir tal alteração significa mais uma expressão de violência contra seus corpos. Além disso, pensando no exemplo dos *skatistas* londrinos, a divisória dos bancos representa também, de certa forma, a negativa de apropriação democrática dos espaços públicos das cidades por parte de todos os grupos sociais.

Grinover (2007), afirma que o espaço urbano público é o lugar das diferenças, da heterogeneidade, ou seja, um lugar de encontro entre pessoas e manifestações diferentes. O que, no entanto, ecoa distante quando refletimos sobre as recorrentes tentativas de higienização social que algumas cidades têm; ações que mais parecem olhar o diferente e criminalizá-lo ao invés de compreendê-lo como parte do todo que também possui direitos (Leal, 2018). Aliás, a criminalização somada à rejeição do que não nos é comum no espaço público parece ser determinante para a estruturação de discursos que anunciam – e vendem – progresso, modernização e geração de renda.

A intenção de distanciar ou eliminar grupos indesejáveis dos cenários centrais das cidades reforça, em escalas maiores e envolvendo mais atores sociais, o processo de gentrificação, ao passo que, de forma sutil e cotidiana, também influencia o afastamento

desses grupos indesejáveis dos espaços públicos. A separação dos bancos de concreto, por exemplo, é uma dessas sutilezas – e, entendam, chamo de sutileza, pois à primeira vista um banco de concreto dividido não aparenta hostilidade em seu design, principalmente, quando este elemento segue em harmonia com todo o conjunto estético da praça ou outro espaço público no qual se encontra.

Entretanto, a sutileza das divisórias começa a se esvaír quando compreendemos a impossibilidade de um corpo ali repousar; o que de alguma forma denuncia e confirma como a hostilidade pode estar presente sutilmente nos elementos que compõe os espaços públicos de uma cidade. Isso porque, tal transformação nos bancos de concreto ou madeira também me parece reiterar o individualismo do qual estamos, cada vez mais, subservientes. Ora, se antes uma família, grupo de amigos ou turistas podiam “se apertar” no banco da praça ou parque para uma foto, uma prosa ou um sorvete, agora, as divisórias presentes nos mesmos fazem questão de demarcar o espaço individual de cada um.

Neste ponto, à luz das discussões sobre hospitalidade urbana de Grinover (2007) – que compreende uma cidade hospitaleira como aquela onde coexistem: acessibilidade, legibilidade, pertencimento, qualidade de vida, urbanidade e cidadania –, questiono: O quão hospitaleira pode ser uma localidade que instala divisórias nos bancos de concreto de suas praças ou calçadas? Ou então, que introduz pedras e outros elementos paisagísticos embaixo de viadutos e elevados para que pessoas em situação de rua não possam se apropriar desses locais?

Sem pretensão de alcançar tais respostas, e entendendo que na hospitalidade urbana quem assume o papel de anfitrião na relação com hóspede – neste caso o próprio morador – é a gestão pública da localidade (Severini, 2014), sugiro um terceiro questionamento que me parece primordial para pensar nas questões anteriores; a quais grupos sociais a gestão pública está a serviço? Quais deles são reconhecidos como “moradores funcionais” das cidades e quais possuem mobilidade urbana e podem consumir os espaços públicos?

Responder a essas questões é decifrar concomitantemente quem são aqueles concebidos como indesejáveis nas cidades. Aqueles que “justificam” as iniciativas hostis da gestão pública e que são alvos de distintas estratégias que visam seu afastamento ou eliminação dos cenários das cidades. Acredito que, de alguma forma, sempre houve uma guerra contra os corpos indesejáveis, tendo mudado, recentemente, apenas a forma como se dão os confrontos, que passaram de feitos declaradamente hostis, para ações igualmente agressivas, porém com intenções não declaradas à primeira vista.

## REFERÊNCIAS

ANTI-HOMELESS spikes are part of a wider phenomenon of ‘hostile architecture’. *The Guardian*, Seção: Art & Design. Reino Unido, 2014. Disponível em: [https://www.theguardian.com/artanddesign/2014/jun/13/anti-homeless-spikes-hostile-architecture?utm\\_medium=website&utm\\_source=archdaily.com.br](https://www.theguardian.com/artanddesign/2014/jun/13/anti-homeless-spikes-hostile-architecture?utm_medium=website&utm_source=archdaily.com.br).



GRINOVER, L. (2007). *A hospitalidade, a cidade e o turismo*. São Paulo: Aleph.

LEAL, G.P.O. *Cidade: modos de ler, usar e se apropriar – uma etnografia das práticas de graffiti de São Paulo*. 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi:10.11606/D.8.2019.tde-02052019-140447. Acesso em: 2021-03-28.

SEVERINI, V. F. (2014) Hospitalidade urbana: ampliando o conceito. *RITUR-Revista Iberoamericana de Turismo*. P. 84-99.

# O LEGADO DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL: CONDIÇÕES PARA O LAZER DE MULHERES NEGRAS NO SÉCULO XXI

Keila Souza

Há 133 anos era promulgada a Lei Áurea, nº 3.353, assinada pela Princesa Isabel, em 13 de maio de 1888. Esta lei marcou o “fim” da escravidão no Brasil, o último país das Américas a decretar a abolição deste sistema, cujos resquícios ainda assombram os dias atuais. Em 2021, por exemplo, não temos muito o que comemorar, sobretudo diante de uma crescente naturalização da desigualdade de direitos essenciais que afetam, em maior parte, a população negra.

Após o 13 de maio, as heranças de um período desumano e cruel seguem marginalizando o povo negro de forma dolorosa e profunda, e, embora este legado seja contestado com muita luta e resistência, temos um longo caminho pela frente. A sobrevivência social, cultural, étnica e política se confronta o tempo todo com os impasses para o acesso e apropriação de direitos básicos como alimentação, saúde, educação, segurança, moradia, trabalho e lazer, todos assegurados pela Constituição Federal de 1988, em seu Art. 6º, o que tem sido um paradoxo preocupante quando se pensa nos conflitos existentes para a consolidação e garantia efetiva destes, e de outros direitos substanciais.

A falta de amparo do Estado aos recém-libertos e os reflexos de uma abolição tardia mantém padrões e estruturas perversas que sustentam inúmeras formas de opressão, exploração e condições análogas à escravidão no Brasil. De acordo com o *Jornal Humanista* (2021) nosso país segue registrando altos índices de exploração trabalhista, e, desde a oficialização da Secretaria de Inspeção do Trabalho – SIT, em 1891, foram registrados, aproximadamente, 56.000 casos de trabalhadores em situações equiparáveis à escravidão.

Consequentemente, além do início da pandemia do novo coronavírus no Brasil, com uma preocupante taxa de mortalidade, sendo maior, inclusive, entre a população negra, a qual segundo Viñas; Duran; Carvalho (2020) representa 57% dos mortos pela doença, o ano de 2020 também foi marcado por altos índices de exploração trabalhista, com quase mil pessoas resgatadas de trabalhos análogos à escravidão. Dentre estas, o caso de três mulheres negras (Leda Lúcia dos Santos, Luzia Geraldo e Madalena Gordiano) tiveram repercussão nacional e internacional, chamando atenção para o pacto social racista que perdura no Brasil ainda no século XXI.

Em novembro de 2020, o caso de Madalena Gordiano, de 46 anos, vítima da exploração racista e escravizada desde os 8 anos de idade, chamou atenção na imprensa do mundo todo, sendo destaque em programas de TV e Jornais de grande visibilidade,

como o Fantástico e o *El País* (2021). Madalena era mantida na casa de uma família abastada, em uma cidade de Minas Gerais, e, durante 38 anos, foi impedida de brincar e estudar, quando a única rotina possível era a realização de atividades domésticas, sem direito à remuneração, folga ou férias. A repercussão do caso de Madalena Gordiano gerou outras denúncias, libertando também, Leda Lúcia dos Santos, de 61 anos, que era mantida na casa de uma família em Salvador-BA, onde morou e trabalhou por cerca de 50 anos sem acesso à educação, lazer, condições adequadas de alimentação, moradia, ou qualquer forma de remuneração e direitos trabalhistas. Da mesma forma vivia Luzia Geraldo, de 49 anos, resgatada na mesma cidade, após 36 anos vivendo também em condições análogas à escravidão.

Infelizmente, apesar do aumento no número de denúncias nos últimos anos, ainda há uma distância significativa entre libertar trabalhadores sob condições análogas à escravidão, e penalizar o patrão explorador. Segundo a Clínica de Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (2020) entre 2008 e 2019, cerca de 2.600 pessoas viraram réis por submeter trabalhadores a regimes de trabalho escravo, contudo, menos de 5% dos infratores foram condenados e apenas 27,1%, podem ser presas.

Com isso, ousou aqui, questionar a expressão: “O trabalho dignifica o homem”.<sup>1</sup> Será mesmo?

É evidente que o trabalho é mais que fundamental para a existência, organização e funcionamento da sociedade. Todavia, se tratando de um país, cuja formação advém de uma estrutura patriarcal e racista, que determina a todo momento o lugar, e o não lugar, de homens e mulheres, negros e negras, a partir de uma divisão sexual e racial do trabalho, a dignidade torna-se uma qualidade um tanto restrita, visto que, as diferentes formas de socialização, lazer, liberdade e demais princípios e direitos básicos, são tomados pela precarização e subalternidade que inviabiliza, constantemente, a ascensão da população negra e, principalmente, das mulheres negras no Brasil.

Há quem diga que não existe racismo no Brasil e que vivemos em uma harmoniosa democracia racial, contudo, esta mesma estrutura patriarcal e racista, em alguma medida, reserva para grande parte das mulheres negras e, oriundas de famílias de baixa renda, as mesmas atividades realizadas na cozinha da casa grande, durante o período de escravidão. Os dados publicados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) no ano de 2018, confirmam esta realidade. Conforme aponta a pesquisa, de 6,2 milhões de pessoas, entre homens e mulheres que estavam empregadas no serviço doméstico, mais de 4 milhões eram pessoas negras. Dessas, 3,9 milhões eram mulheres negras, correspondendo a 63% do total de trabalhadores domésticos. Ou seja, do ponto de vista do discurso, as mulheres negras “podem estar onde quiserem”, na prática, porém, a realidade as direciona, de maneira desproporcional, a trabalhos como o serviço doméstico remunerado, com toda

---

<sup>1</sup> Palavras de Benjamin Franklin (1706 - 1790).

a precariedade e exploração que lhe são característicos (IPEA, 2019).

Em 1982, a autora Lélia Gonzalez publicou um texto no *Jornal Mulherio*, intitulado “E a trabalhadora negra, *cumé* que fica?”. Bom, a partir do que apresentei até aqui, e, enquanto mulher negra, produzindo conhecimento sobre o lazer de mulheres negras, acrescento o questionamento/reflexão: “E o lazer das trabalhadoras negras, *cumé* que fica?”

De acordo com a publicação citada acima, o dia 1º de maio tem total semelhança com o 13 de maio, ou seja, enquanto trabalhadora superexplorada de hoje, a mulher negra tem todo o direito de questionar: “Afim, que abolição foi essa que, em 94 anos a gente continua praticamente na mesma situação?” (Gonzalez, 1982, p. 9).

Infelizmente, em 2021, passados 133 anos após a abolição, continuamos nos perguntando a mesma coisa.

O 13 de maio trouxe benefícios para muitas pessoas, com exceção da massa trabalhadora negra. Em síntese, nossa situação atual não é muito diferente daquela vivida por nossas antepassadas, afinal, a trabalhadora rural de hoje não difere tanto da “escrava de oito”<sup>2</sup> de ontem; a empregada doméstica atual não é muito diferente da “mucama”<sup>3</sup> de ontem. Enquanto a chamada “escrava de oito” foi utilizada para, com o seu trabalho, aumentar o lucro dos senhores escravistas e consolidar o tipo de sistema econômico posto pelos portugueses, a “mucama” foi utilizada para garantir o lazer e o bem estar de seus senhores e senhoras, ao passo em que lhe cabia todo o trabalho doméstico, e cuidado das crianças brancas desde o seu nascimento (GONZALEZ, 2020).

Nesse sentido, o forte legado dos 388 anos de escravidão no Brasil, e a chamada “democracia racial” seguem marginalizando a população negra, reproduzindo e sistematizando diferentes formas de opressão e exploração, apoiada em um racismo estrutural que, enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas materiais de discriminação, afeta, de maneira ainda mais forte, as mulheres negras enquanto raça, classe e sexo (Gonzalez, 2020). Esta tripla discriminação segue determinando, inclusive, o não lugar do lazer na vida de mulheres negras brasileiras, lógica semelhante aos padrões estruturais do período da escravidão.

Finalizo este diálogo, com a esperança e o anseio de que tenhamos força para seguir lutando e resistindo, e que, em um futuro não tão distante, esta situação tenha de fato, um fim! Há quem acredite que este seja um pensamento um tanto utópico. Bom, que seja! Afinal, a utopia é o que nos impulsiona à continuar acreditando.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, de 5 de outubro de 1988. Diário Oficial da União. Senado Federal: Brasília, 1988.

---

2 Os negros e negras escravizados que eram chamados de “escravos de oito” eram aqueles que enfrentavam duras rotinas e extensas jornadas de trabalhos nos canaviais e afins.

3 Mucama era o nome dado à “criada” negra, escravizada, que prestava serviços domésticos para seus senhores, acompanhava a dona da casa em passeios, podendo ser também ama de leite.

GONZALEZ, Lélia. E a trabalhadora negra, cumé que fica? *Jornal Mulherio*, São Paulo, ano 2, n.7. p.9, maio/jun. 1982.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Org. Rios, Flavia; Lima, Márcia. Editora Zahar, 1ª ed. Rio de Janeiro, 2020.

LEI Áurea: 133 depois, Brasil ainda convive com trabalho análogo à escravidão. *Jornal Humanista*. Rio Grande do Sul, 13 de mai. de 2021. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/humanista/2021/05/13/lei-aurea-133-depois-brasil-ainda-convive-com-trabalho-analogo-a-escravidao/>. Acesso em: 25 de out. de 2021.

PNADC. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios* Contínua. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101548\\_notas\\_tecnicas.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101548_notas_tecnicas.pdf). Acesso em: 14 jan. 2021.

VINÃS, Diego; DURAN, Pedro; CARVALHO, Júlia. Morrem 40% mais negros que brancos por coronavírus no Brasil. CNH Brasil. São Paulo, 05 de jun. de 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/negros-morrem-40-mais-que-brancos-por-coronavirus-no-brasil/>. Acesso em: 25 de out. de 2021.

# PANDEMIA, LAZER E GÊNERO: BREVES REFLEXÕES

Fernanda Santos de Abreu

A pandemia do novo coronavírus foi decretada no dia 11 de março de 2020, pela Organização Mundial de Saúde, revelando ao mundo que um novo capítulo na história da humanidade estava começando e que a rotina social, profissional, pessoal das pessoas sofreriam grandes transformações neste momento.

Neste cenário de pandemia, observou-se a importância do distanciamento social, como medida preventiva para a diminuição do número de infectados e mortos (Estrela, 2020), sendo que neste aspecto, esse distanciamento acarreta de forma abrupta as esferas do cotidiano da população, em especial as camadas populares mais vulneráveis.

No contexto brasileiro, nota-se, sucessivas falhas e ineficiência na elaboração e execução de intervenções para o enfrentamento da pandemia, o que acarreta consequentemente em um cenário desolador, com um crescente número de óbitos e infectados pelo coronavírus (Mayor; Silva; Lopes, 2020).

Assim, esse entremeado de circunstâncias, presentes na pandemia, influenciou de maneira direta no tempo, apropriação e vivência de lazer por toda a sociedade, evidenciando-se e acentuando-se as desigualdades sociais, em um momento de incerteza social, econômica, política, profissional, o que impacta de maneira concreta no lazer, sobretudo, de grupos sociais em condição de vulnerabilidade (Estrela, 2020).

Neste momento de pandemia, o lazer e seus elementos parecem ter adquirido maior atenção no todo social, constituindo-se assim, como uma esfera social e cultural cuja importância vem se tornando cada vez mais reconhecida para a sociedade, à medida que se nota emergir de forma contundente no debate social percepções mais amplas sobre o lazer enquanto uma necessidade humana e um direito social, que contempla múltiplas vivências (Ribeiro *et al.*, 2020).

De fato, dentro deste cenário, as “manifestações de lazer têm se provado um elemento essencial para aqueles que conseguem seguir as recomendações de isolamento social” (Cheibub; Freitas, 2020, p. 451). Observando essa relação entre pandemia e lazer, destaca-se que o distanciamento social:

transformou e adaptou muitas vivências de lazer, restringiu as escolhas das pessoas agora limitadas ao ambiente doméstico e tornou algumas barreiras socioculturais mais evidentes, principalmente ligadas a questões econômicas, ao grau de instrução, a restrição de acesso a espaços e equipamentos de lazer e ao reordenamento do tempo e do espaço de lazer e de trabalho. Podem ser identificadas também barreiras como a limitação de acesso à internet ou mesmo a carência de habilidades para seu uso otimizado, crítico e criativo (Clemente; Stoppa, 2020, p. 462).

Esses aspectos acima revelam uma nova constituição do lazer e suas práticas, mediante este novo cenário de pandemia, destacando que além dessas novas perspectivas, o lazer na sua configuração atual apresenta laços com diversos marcadores sociais como raça/etnia, faixa etária, classe, gênero, etc.

Além desses aspectos, o mercado de trabalho sofreu mudanças frente a demandas do momento, tendo a partir disso a migração de diversos trabalhadores para o teletrabalho, o que também modificou a jornada de trabalho profissional e, dessa forma, trouxe novos desafios em relação à organização da vida social, profissional, familiar e, conseqüentemente, também exerceu influência no tempo de lazer das pessoas.

Assim, entendendo o lazer como uma necessidade humana, fica evidente o seu papel enquanto uma esfera fundamental do contexto social, se constituindo de maneira transversal com outras dimensões sociais humanas e configurando-se como um tempo e espaço de várias experimentações.

Diante de mudanças abruptas nas esferas humanas e sociais é possível empreender análises sobre processos de (re)construção da vida social para compreendê-las e intervir sobre as mesmas. Segundo Mayor (2020), no desenvolvimento dessa ressignificação das esferas sociais, o próprio entendimento do que se denomina lazer pode também, no decorrer desse contexto, sofrer alterações de modo significativo.

Além disso “[...] as vivências de lazer tendem a sofrer maiores impactos nos espaços que não são domiciliares, especialmente em ambientes fechados ou que requerem deslocamento em transporte coletivo” (Mayor; Silva; Lopes, 2020, p. 179).

Não obstante, os lares tornaram-se significativos como espaço de lazer, apresentando-se praticamente como a única possibilidade de vivência do lazer, apesar de ainda termos uma parcela significativa da população que não cumpre ou não pode cumprir medidas de isolamento social (Clemente; Stoppa, 2020).

O ambiente doméstico, que apresenta uma ligação histórica com papéis de gênero e suas representações, apresenta neste contexto uma relação contundente entre as mulheres e os lares mediante questões de gênero, nos quais as tarefas domésticas e o cuidado com o lar têm em sua construção um rótulo identitário atrelado às mulheres.

Mayor, Silva e Lopes (2020, p. 175) destacam neste sentido que “[...] os cuidados com filhos e afazeres domésticos são atribuições que se relacionam com a maternidade e não com a paternidade, impactando na divisão sexual do trabalho no âmbito do domicílio”.

Ainda destacam que, toda a conjuntura da pandemia resultou em conseqüentes transformações nas esferas relacionadas as sociabilidades, a vida urbana, e também transformou as interações sociais nos lares. Neste cenário, a violência doméstica contra as mulheres aparece como um fator negativo preocupante nesse cenário de pandemia e isolamento social (Mayor, Silva e Lopes, 2020).

Partindo dessas elucidações, tensionamos tendo em vista os diversos aspectos já citados, as diferenças percebidas entre homens e mulheres e os impactos gerados em suas

vidas relacionados às vivências de lazer durante a pandemia. Inspira esta problematização Estrela *et al.* (2020, p. 3434) que destacam que pouco se “discute quanto ao impacto de gênero frente ao surto do Covid-19, na qual observamos uma posição de neutralidade das políticas públicas, como se homens e mulheres fossem infectados e afetados igualmente.”

Todavia, nota-se a importância de salientar que a produção científica investida sobre a relação lazer e gênero opera, com frequência, com a expressão desta categoria a partir do binômio homem-mulher, o que pode ser observado em diversos estudos na área (Goellner *et al.*, 2010; Almeida *et al.*, 2012; Tejera; Sousa; Sampaio, 2013). Ao ponderarmos sobre a articulação pandemia, lazer e gênero, faz-se necessário dar visibilidade à condição e estruturação social das mulheres, trazendo à luz nesta relação o trabalho doméstico ou a dupla jornada de trabalho, além do seu tempo para cuidados familiares, entendendo assim, sua constituição entremeada de restrições, que se agravam neste cenário de pandemia em relação ao acesso ao lazer (Mayor; Silva; Lopes, 2020).

No isolamento social evidencia-se “como o acúmulo de tarefas relativas ao cuidado interpessoal está circunscrito culturalmente aos papéis de gênero desempenhados historicamente pelas mulheres” (Barros; Oliveira, 2020, p. 125). Portanto, o gênero enquanto um marcador social relevante nas relações sociais, pode encontrar na pandemia e seus impactos, uma esfera social potencializadora do seu repertório excludente, dando luz à reprodução generificada de tempos, espaços, vivências e práticas culturais no que se relaciona a apropriação e permanência no lazer e suas práticas.

Assim é perceptível que a pandemia intensificou as relações desiguais entre homens e mulheres, reforçando a lógica heteronormativa e suas sequelas de desigualdade de direitos entre homens e mulheres, potencializando neste sentido, uma construção histórica de inferiorização e violência sofrida pelas mulheres.

Percebe-se, portanto, nessa relação entre pandemia, lazer e gênero um tensionamento, que é reflexo de uma construção histórica, social e cultural dos elementos e aspectos constituintes do gênero e seu contexto, evidenciando no atual cenário representações de papéis sociais elucidados também nas práticas e tempo de lazer.

Por fim, destaca-se o conhecimento da amplitude e complexidade das questões de gênero e seus elementos constituintes, contemplando diferentes grupos sociais e suas subjetividades. Cabe, dessa forma, futuras discussões e reflexões que busquem abordar especificidades dessa conjuntura, proporcionando assim debates em perspectivas diversas sobre lazer e gênero em diferentes pessoas, tempos e espaços.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de *et al.* A relação entre gênero e adesão à atividade física no lazer. *Conexões*, v. 10, n. 1, p. 94-102, 18 maio 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8637691>. Acesso em: 08 ago. 2021.



BARROS, Valquíria da Silva; OLIVEIRA, Rosane Cristina de. Desigualdades de gênero e espaço doméstico: O isolamento social e seus impactos no cotidiano das mulheres em tempos de Covid-19. *Almanaque Multidisciplinar de Pesquisa*, v. 7, n. 2, 2020. Disponível em: <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/amp/article/view/6746/3374>. Acesso em: 29 de jul. 2021.

CHEIBUB, Bernardo Lazary; FREITAS, João Alcântara de. O Lazer e as (l) Mobilidades: Reflexões sobre as Desigualdades em Tempos de Pandemia. *LICERE – Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer*, v. 23, n. 4, p. 445–470, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/26701>. Acesso em: 29 de jul. 2021.

CLEMENTE, Ana Cristina Fernandes; STOPPA, Edmur Antonio. Lazer Doméstico em Tempos de Pandemia da Covid-19. *LICERE – Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer*, v. 23, n. 3, p. 460–484, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/25524>. Acesso em: 02 de ago. 2021.

ESTRELA, Fernanda Matheus *et al.* Pandemia da Covid 19: refletindo as vulnerabilidades a luz do gênero, raça e classe. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(9):3431-3436, 2020. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csc/2020.v25n9/3431-3436/pt/#>. Acesso em: 29 de jul. 2021.

GOELLNER, Silvana Vilodre *et al.* Lazer e gênero nos programas de esporte e lazer das cidades. *LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer*, v. 13, n. 2, 20 jun. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/815>. Acesso em: 01 ago. 2021.

MAYOR, Sarah Teixeira Soutto. Impactos no Lazer: Perspectivas a partir da Pandemia do Novo Coronavírus. *LICERE – Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer*, v. 23, n. 3, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/25546>. Acesso em: 29 de jul. 2021.

MAYOR, Sarah Teixeira Soutto; SILVA, Marcília de Sousa; LOPES, Carolina Gontijo. Perspectivas sobre o Lazer das Mulheres com a Pandemia do Novo Coronavírus: Reflexões a partir dos Dados da Pesquisa “O Lazer no Brasil – Representações e Concretizações das Vivências Cotidianas”. *LICERE – Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer*, v. 23, n. 3, p. 163–189, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/25363>. Acesso em: 29 de jul. 2021.

RIBEIRO, Olívia Cristina Ferreira *et al.* Os Impactos da Pandemia da Covid-19 no Lazer de Adultos e Idosos. *LICERE – Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer*, v. 23, n. 3, p. 391–428, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/25456>. Acesso em: 02 de ago. 2021.

# HISTÓRIA DO LAZER

Parece estranha a pergunta? Mas, com certeza, ela está gerando ansiedade e certo desespero para milhares de pessoas em diversas regiões de nosso país. No ano de 2020 fomos atravessados por um evento inimaginável. Já íamos nos arrastando sob a condução do país por um governo federal conservador, ultraliberal e que coloca no limbo questões fundamentais para o desenvolvimento de uma nação: a educação, a cultura e a pesquisa. Aliás, já não íamos muito bem em várias outras questões, mas me deterei a dialogar sobre nossa constituição festiva e ao que reverbera com a possível suspensão do carnaval. O exercício aqui não é de futurologia, longe disso, mas de trazer à tona aspectos dessa nossa manifestação cultural que em alguma medida nos representa, localmente e globalmente!

“É preciso levar a sério a ideia de que somos o país do carnaval!” (Perez, 2005, s.p.).<sup>1</sup> Com essa frase a antropóloga Léa Perez apresenta uma questão que provoca polêmica em nosso país. Muitos que bradam contra tal manifestação popular o fazem acreditando que essa festa “paralisa” o país, promove a alienação dos sujeitos frente as questões sociais, políticas e econômicas, como também, exige um alto investimento financeiro que deveria ser empregado em coisas “mais sérias”. Os que defendem, entre a simpatia e/ou a necessidade que sentem pela/com a festa que “movimenta” o país, argumentam que essa enraizada manifestação cultural promove um necessário tempo/espço de quebra da lógica do cotidiano, propiciando certo equilíbrio social e faz parte de uma forte engrenagem da cadeia econômica no país. Até aqui, ainda não foi apontada, e nem será, a questão moral/religiosa que certamente tem sua contribuição para a polêmica, ainda mais em tempos de retrocessos sociais e desmantelamento do Estado laico. No caminho escolhido para o texto, o que se pretende ressaltar corroborando Perez, é que pensar no carnaval como uma festa que retrata o país, não se trata de um juízo de valores, mas, trata-se, quando muito “de um juízo sociológico, que estabelece consequências conceituais de um fenômeno para compreender a sociedade”.

Vem de tempos longínquos a fama do Brasil ser um país movido pelas festas. Sua caracterização de povo alegre e festeiro se espalhou no continente colonizador e talvez por outros cantos do mundo, desde os primeiros exploradores que aqui chegaram, lá pelo ido séc. XVI. Os europeus e em especial os portugueses ao aportarem em Terras Brasilis, encontraram os primeiros rituais festivos nas tribos indígenas que aqui habitavam – tempo de reunião e de celebração<sup>2</sup>.

1 <https://www.ufmg.br/boletim/bol1495/oitava.shtml>.

2 Terras Brasilis: nome dado ao território brasileiro no mapa feito pelo cartógrafo português Pedro Reinel e Lopo Homem em 1519. <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/biblioteca-virtual-da-cartografia-historica-do-seculo-xvi-ao-xviii/artigos/terra-brasilis/>.

No séc. XVII segundo Viscardi, Sottani e Silva (2013) as primeiras manifestações que se assemelham ao carnaval são descritas. Conhecidas como entrudo, a brincadeira que tinha como princípio se molhar mutuamente, era uma prática trazida por imigrantes portugueses vindos dos Açores, de Cabo Verde e da Ilha da Madeira. Vale ressaltar que na idade média, na véspera do início da quaresma, realizava-se uma grande festa, denominada intróito, “com danças e brincadeiras burlescas, algumas grosserias e brutais, oportunizando a liberação da sensualidade, pois era o último dia que se podia comer carne, beber a vontade e ter relações sexuais”(Flores, 1996, p. 149). Avançando nos séculos e mantendo a festividade como foco, a pesquisa de Perez et al. (2018) apresenta os viajantes, que por aqui adentraram no séc. XIX, relatando em suas literaturas de viagem<sup>3</sup>, as mais variadas ocasiões festivas como algo peculiar, característico dos habitantes do lugar e consequentemente da sociedade que se constituía. De tão presente e minuciosas se faziam as descrições das festas nos relatos dos naturalistas, que Schwarcz (2001) cunha o termo “Império das festas” para retratar o Brasil pelo olhar dos viajantes. A autora chama a atenção para a escrita carregada de subjetividade que acaba tornando o relato em um “desfile de valorações” provocada pela experiência de alteridade. Escreve Schwarcz (1998, p. 12) sobre a forma que os relatos das festas eram feitos pelos viajantes:

Se é preciso desconfiar de seus julgamentos, por outro lado, a consciência de sua distância, o fato de saberem que não faziam parte ou tinham laços orgânicos com aquele grupo social, fez o olhar estrangeiro um olhar especial. Com o objetivo de descaracterizar foram muitas vezes detalhistas em suas descrições, desenharam rituais cujo testemunho é quase único nessa sociedade quase que iletrada.

Enquanto na casa grande as festas da elite colonial propiciavam demonstração de poder e ostentação nos moldes da corte portuguesa, com joias, tecidos, bordados, fartura de comida e bebida etc., nas senzalas, os negros escravizados também realizavam suas festas a partir de suas matrizes africanas. Nas festas dos negros havia dança, batuque, trajes de festas e rituais ancestrais (Tinhorão, 1988). O que atraía a curiosidade dos brancos que se atreviam a observar (quando não faziam parte da repressão) e depois relatar o que viam, o que se verifica em escritos sobre o observado pelos forasteiros. A miscigenação das culturas já se mostrava presente nesses momentos. Flores (1996) sinaliza essa percepção a partir do relato de D’Orbigny, um naturalista francês, que esteve no Brasil em 1826 e descreveu o batuque como uma dança importada da África praticada por brancos, mestiços e negros:

Essa dança que reproduz no meio da semicivilização daquele país, quadros cínicos, só autorizados pela barbárie mais completa não deixa de ser no Brasil a dança favorita de todas as classes e a única contra a qual os esforços da religião têm sido sempre vão (p. 152).

---

3 Segundo Perez (2018, p. 31) “gerada pela experiência do deslocamento geográfico e do estranhamento cultural, a literatura de viagem compõe um gênero específico de escritura que adquiriu grande importância editorial com a descoberta do Novo Mundo, constituindo ainda hoje importante fonte de informação para diferentes áreas de conhecimento.”

A festa compreendida como uma efervescência coletiva apresenta indícios de seu fortalecimento na miscigenação das três raças – negro, índio, branco (português). Seu potencial de sociabilidade, de trocas, sua relação com os excessos cria um campo possível para a experimentação humana do imaginário enquanto instância do desejo. Pois na festa, mais do que qualquer transformação a partir do coletivo evocado, “o homem muda a si mesmo porque ele se inventa” (Duvignaud, 1983, p. 117). O caráter provocativo e reivindicatório no tempo/espaço da festa já se observa no entrudo. Essa brincadeira praticada por todas as classes sociais consistia em lançar “limões perfumados” uns nos outros e na sequência farinha.

Embora fossem tomadas medidas, desde o século xvii, com o intuito de debelar o renitente entrudo, o jogo era amplamente praticado por todas as classes, inclusive pelo imperador. Com o avanço da vida urbana, porém, o entrudo passou a ser combatido pelas elites intelectuais por não se ajustar ao projeto modernizante e europeizante que tinham para o Brasil (Coutinho, 2006, p. 34).

Sobre as perspectivas projetadas pela elite colonial para seguir adiante o projeto de assemelhar-se às cortes europeias e com o olhar voltado para o jogo de forças que se estabelece nas tentativas do controle da festa, seguiremos no próximo tópico.

## **CARNAVAL COMO ESPAÇO DE EXPRESSÃO E DISPUTA: O PODER, O CONTROLE E A INSURGÊNCIA**

Desde os primórdios do que podemos chamar no Brasil de carnaval, a maneira como ele é comemorado revela aspectos importantes da sociedade. A diferença social, a disputa pelo espaço e as atitudes reivindicatórias e provocativas já faziam parte de tais manifestações. Sem contar que, por ser um período que goza de certa liberdade sexual e de quebra de regras hierárquicas, os encontros, os confrontos e os excessos são presenças constantes na festa.

No séc. XVIII eram os escravos que produziam os limões de cera, artefatos usados no entrudo enchidos com perfume ou urina, que se rompiam ao atingir alguém. A brincadeira adquiria diferentes dimensões dependendo de onde ocorria. Seja nas casas ou seja nas ruas a brincadeira revela uma sociedade segregada e altamente hierarquizada:

Dentro das casas brincavam as famílias – respeitando-se a diferenciação de nível econômico e social e utilizando-se de projéteis mais sofisticados, como as laranjas e limões-de-cheiro -, enquanto nas ruas, os negros, os pobres, os ambulantes, as prostitutas e os moleques molhavam-se e sujavam-se com polvilho, pó de barro, águas de chafarizes e de sarjetas e, um ou outro, limão-de-cheiro roubado das casas senhoriais (Ferreira, 2005, p. 30).

Também faz parte da brincadeira que acontecia no espaço público da rua a quebra das hierarquias. Pois a rua tornava-se espaço privilegiado para os conflitos e as tensões.

Já que nelas, a diversidade de classes sociais, econômicas e étnicas se apresentam e se misturam. Como aponta Ferreira (2005, p. 30) se nas casas os membros da elite podiam lançar projéteis e líquidos sobre escravos, a esses, restava rirem-se das brincadeiras sem nunca revidar, nas ruas, os senhores e as senhoras precisavam passar apressados, se desvencilhando e se escondendo para evitar tais “agressões”.

A situação era desconfortável para a elite. O estruído, cada vez mais, se afastava dos ideais nobres de diversão “civilizada” para entrar no hall das “barbáries”. Com isso o processo de extermínio do estruído durante o período do carnaval se asseverava. Com tentativas de proibições por alvarás desde o Brasil Colônia (mas a força da lei não conseguia sufocar tamanha força da manifestação popular), apenas no Brasil Império que tal proibição passa a ganhar força nos meios de comunicação, desqualificando a brincadeira popular e objetivando um novo perfil para carnaval: O modelo que se apresentava na corte parisiense, o baile de máscaras.

Junto a essa nova forma glamorosa de brincar o carnaval e com intuito de se apropriar dos espaços da rua impedindo que o mesmo fosse ocupado por populares, um novo projeto entra em cena e “a exemplo dos passeios realizados nos boulevares parisienses, a elite brasileira incorporará o conceito de deslocamento ao seu modelo carnavalesco. Dessa nova formulação surge um marco na evolução do festejo: as sociedades carnavalescas” (Viscardi, Sottani e Silva, 2013, p. 5). Não se pode esquecer que a manifestação em forma de cortejo também nos chega pelas referências das procissões católicas portuguesas.

É possível afirmar que o que estava em jogo não era exatamente a brincadeira burlesca que a todos atraía, mas o perigo da quebra da ordem e a ocupação do espaço público. O que estava em jogo afinal era o controle da festa!

A tentativa de dominação do carnaval parece ser algo que vem acompanhando sua existência, pois nessa disputa de espaço e força, a festa provoca o que DaMatta denominou de dialética ordem X desordem. Recria as próprias regras e organiza uma nova lógica, que se assenta na capacidade de estabelecer pontes e formas de passagem entre espaços segregados. DaMatta (1997) destaca que nas sociedades hierarquizadas, o carnaval é um continuum crivado pelo diálogo e pela comunicação explosiva, sensual e concreta de todas as categorias e grupos sociais. Avançando para o século XX temos uma narrativa sobre a história das escolas de samba do Rio de Janeiro que ratifica o até aqui exposto. O samba uma expressão cultural que nasceu nos morros, nos subúrbios e nas favelas cariocas, passou de manifestação perseguida pela polícia na década de 1920 para símbolo da identidade nacional brasileira na década de 1940. Isso se deve a mais um jogo de forças.

Se a intervenção do estado, como aponta Fernandes (2001), em alguma medida obrigou que os enredos das escolas de samba, na era Vargas (1937-1945), tivessem um caráter ufanista que convinha à dominação da manifestação, também se pode observar que tal domínio foi relativo, pois tornar-se uma representação nacional pode ser lido como “estratégia para conquistar e se impor ao carnaval, à cidade e à sociedade”, e como conclui

o autor “ uma rara e bela vitória dos vencidos” (Fernandes, 2012, p. 1).

Assim como no Rio de Janeiro, a história do carnaval em seu jogo de forças também se repete na capital mineira em pleno século XXI. Não que ele (o jogo de forças) não tenha ocorrido antes, tanto o foi que, durante bom tempo a capital mineira teve o segundo maior carnaval com desfiles de Escola de Samba, mas nesse texto, será apresentado a perspectiva a partir do que passou a ser denominado de reflorescimento do carnaval de rua em Belo Horizonte.

## **DE RESISTÊNCIA E ESPETÁCULO: A FORÇA DA FESTA NA ENGRENAGEM CAPITALISTA**

Nesse tópico, a perspectiva do carnaval terá uma cronologia ao revés. Parto do que hoje é uma grande festa para a cidade de Belo Horizonte. Tanto o carnaval como manifestação popular e espontânea quanto o carnaval como evento festivo organizado. Em 2020 durante a festa na capital mineira circularam cerca de 4,5 milhões de foliões. Foram 390 blocos de rua cadastrados que desfilaram por diferentes cantos da cidade. Um investimento de 6,5 milhões em aportes diretos e 8,3 milhões em planilhas de estrutura e serviços (Belotur, 2020). A movimentação econômica girou, segundo os cálculos da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), cerca de R\$ 809 milhões no carnaval 2020 de BH ficando em quarto lugar no volume de recursos estimados para a economia da festa no Brasil, atrás do Rio de Janeiro (R\$2,68 bilhões), São Paulo (R\$ 1,94 bilhão) e Bahia (R\$ 1,36 bilhão). Atualmente, essa festa é o carro chefe da BELOTUR – Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte e o evento com a maior circulação turística na cidade.

Para compreender como a festa chegou nessa dimensão é preciso revisitar os últimos dez anos de lutas políticas e sociais implícitas nesse processo que é denominado reflorescimento do carnaval de rua de Belo Horizonte. Também é preciso conhecer um pouco da história do samba e sua marginalidade na cidade, como se viu também no Rio de Janeiro (mas isso ficará para uma outra conversa).

Na década de 1990 a capital mineira era uma cidade conhecida como refúgio para os que não gostavam da folia momesca. Não porque não houvesse carnaval, havia sim! Mas ele perdeu o protagonismo de circular no centro da cidade e seguia resistindo nas “periferias”. Segundo Maia (2017), na década de 1980, Belo Horizonte tinha o segundo maior carnaval de escolas de samba do Brasil, perdendo apenas para o Rio de Janeiro. Mas por aqui, as elites também se incomodaram com o carnaval que ocupava o grande centro da cidade e a forma de conter tal manifestação popular foi impedir a utilização do espaço público. O carnaval não acabou, mas se encolheu. A partir da ordenação e regulação do Estado em 1991 a realização dos desfiles não aconteceu. Com ideal de higienizar o centro, saem os desfiles das escolas de samba na Avenida Afonso Pena (avenida central

na cidade) e crescem os bailes realizados pela administração regional ou em salões dos clubes sociais. Algo semelhante ao que se viu com a manifestação do entrudo! É essencial reconhecer o movimento de resistência das escolas de samba e dos blocos caricatos que mesmo “empurrados” para a periferia, resistiram à política higienista adotada para o centro e sobreviveram, voltando em 2014 a desfilar na Av. Afonso Pena. O que se observa, novamente, no jogo de forças e poder que ora tende para um lado ora para outro.

Nesse cabo de guerra sobre a ocupação do espaço público, o jogo de forças segue em tensão. Lefebvre (2001) afirma que não existe realidade social fora do espaço, por isso, para a realização da festa é preciso a ocupação de um espaço. O espaço é o elemento central para a estruturação da sociedade e sua ocupação significa exercício de poder. E é exatamente nesse ponto que a história do carnaval belo-horizontino faz um novo giro em sua trajetória.

Em 2010, o então prefeito Marcio Lacerda cria um decreto proibindo a utilização da Praça da Estação para eventos de qualquer fim. A Praça da Estação reconhecidamente um local que abrigava encontros das diversidades culturais, econômicas e sociais, havia passado por um processo de revitalização, gentrificação e uso de recursos públicos para privilegiar planos de espetacularização junto as outras intervenções urbanísticas na cidade (Jaques, 2004). O decreto gerou um processo de indignação dos sujeitos que dela se apropriavam. Como ação contestatória foi criada a praia da estação. Uma ação que visava a reapropriação desse espaço público. Esse evento tornou-se um marco na luta política pelo direito à cidade e o protesto aconteceu com características lúdica-política trazendo à tona o burlesco, o inusitado, a ocupação do espaço público para fruição do lazer, enfim, a festa como um modo de ação e reação coletiva, propiciadora da inversão da ordem social e como possibilidade de expressão.

No próprio ano de 2010 motivados por essa manifestação popular, reivindicatória e caricata bem-sucedida, que ocorreu entre os frequentadores da praça e simpatizantes a causa, surge a ideia da criação do Bloco da Praia da Estação que com mais dois ou três blocos saíram pelas ruas de BH no carnaval.

O que a história revela é que existia uma ânsia social e uma demanda reprimida por tal festa. Como sinalizam Falcão e Isayama (2020), a capacidade de mobilização que a festa provocou mostra que a

Pulsção de uma cidade emerge da expressão de suas diversidades, sejam elas socioeconômicas, culturais, étnicas, religiosas, e se concretiza à medida que que encontros e confrontos se fazem presentes. Nesse contexto, a festa, com seu potencial de sociabilidade, seu poder de troca, sua relação com os excessos e as efervescências coletivas, se apresenta como o campo do desejo possível, se abrindo para a experimentação humana do imaginário enquanto instância do desejo (Duvignaud, 1983).

Nos anos de 2011 e 2012 o número de blocos que saíam no carnaval de BH aumentou. Em 2012/2013 o governo municipal faz as primeiras tentativas de assumir a



gestão da festa. Foram longos anos de conflitos e discussões entre os organizadores de blocos e os gestores municipais. Enquanto as ações do governo visavam a gestão econômica da festa procurando patrocínio, determinando os locais e tempos para o desfile, cadastrando os blocos, regulamentando a exclusividade nas vendas de bebidas etc., os organizadores de blocos defendiam a festa como expressão popular e geradora do debate político. Não aceitavam que os patrocinadores determinassem as pautas dos blocos, repudiavam as ações violentas das polícias etc. Estava posto o campo de batalhas: De um lado o governo com um olhar mercadológico que intencionava gerar e lucrar com a festa versus os organizadores de blocos que queriam sair as ruas desfilando e reivindicando suas pautas.

Importante ressaltar que os blocos que passavam a ocupar o centro e as ruas da capital mineira, em grande número, eram compostos por uma juventude classe média universitária, artistas, lideranças de movimentos sociais, engajados em pautas reivindicatórias pelas minorias (LGBTQIA+, negros, mulheres, sem teto, profissionais do sexo e toda sorte de coletivos). E não restam dúvidas que as pautas pelas minorias sempre incomodam a elite dominante.

Mas o capital financeiro que move a engrenagem capitalista também chega as manifestações culturais transformando-as. A cada ano aumentavam o número de blocos a desfilarem e o número de foliões a seguir os cortejos. As bandeiras não mais estavam em consonância com alguma pauta político-social, às vezes, era puro consumo de diversão, algo que a festa também é capaz de proporcionar, a finalidade zero. A nova ordem imposta pelo capitalismo de acumulação flexível faz surgir um aspecto diferente em relação aos bens culturais. Se observa um aumento no interesse das tradições culturais, porém junto com ele um aumento no interesse de transformá-lo em produto de consumo, em espetáculo. A apropriação da cultura com fins de lucro, segundo Adorno e Horkheimer (1985), acarreta sérias perdas com os processos de homogeneização, padronização, controle e serialização. Porém, mesmo que se observe que vivemos um tempo dominado pelo consumo, é possível pensar corroborando Lipovetsky (2007, p. 254) que “a festa oferece a oportunidade de desfrutar um tipo de prazer que o consumo mercantil e individualista favorece pouco, ou seja, a experiência da felicidade comum, a alegria de reunir-se, de compartilhar emoções, de vibrar em uníssono com a coletividade”.

## À GUIA DE ALGUMA CONCLUSÃO

A perspectiva de traçar uma linha para a compreensão sobre a constituição do carnaval como uma festa que nos marca socialmente trilhou um caminho não muito reto, é verdade! Evidenciou-se que até hoje somos uma sociedade altamente hierarquizada e nesse sentido, o carnaval que é a festividade que provoca a desordem e a expressão dos sujeitos em seus imaginários, ou seja, provoca tensões. Desde os primórdios das festas

descritas pelos viajantes, é notório os tensionamentos provocados nas diferentes classes sociais. A partir dos elementos que se apresentam como fundantes do carnaval: seu potencial de sociabilidade, sua capacidade provocativa da ordem social e sua ocupação do espaço, chegou-se também na transformação e apropriação do carnaval pela indústria do espetáculo.

Festa permissiva que atua com elementos dos excessos, também produz uma coletividade impregnada de simbolismos e significados em suas apropriações. O êxtase social provocado abre espaço para a experimentação humana do imaginário e assim extrapola as hierarquias das classes sociais e as necessidades produtivistas e de consumo.

A festa que é expressão da cultura do povo brasileiro, se apresenta como uma experiência coletiva na sociedade. Estabelece relações de dominação e controle, e provoca insurgências e caos. A tentativa de dominação da festa parece ser algo que vem acompanhando sua existência e parece que assim seguirá.

O carnaval espetáculo hoje movimentada uma grande cadeia produtiva e nela se sustentam (ou são explorados) muitos atores sociais. O carnaval manifestação popular alimenta a necessidade de quebra de um cotidiano cada vez mais opressor.

Nesse momento em que nos vemos impedidos de aglomerar, pela nefasta pandemia em que nos encontramos, como pensar na realização do carnaval? Uma festa que coloca milhares de pessoas em seus excessos, em suas trocas, em suas euforias, como pensar em colocar o bloco na rua?

Tanto as ligas das escolas de samba (LIESA e LIGASP)<sup>4</sup> quanto os governos municipais das capitais como Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Recife adiam a decisão sobre a realização do carnaval 2021 para setembro/novembro<sup>5</sup> e já especulam uma possível mudança de data. Outras capitais ainda acham precipitado abordar o tema. Será que o carnaval em outra data, especulam-se julho, será capaz de mobilizar o mesmo levante popular? Criarão feriados para organizar a festa espetáculo? O fato é que essa incerteza tem deixado um triste cenário no país do carnaval, não apenas por vermos diante de nós a suspensão dessa festa, mas também por vermos, cada vez mais, que as desigualdades sociais se ampliam e a camada sócio econômica mais vulnerável desse país está abandonada a própria sorte. Um governo abjeto e ultraliberal comanda o projeto de aumentar o abismo social. E dessa vez nem o carnaval perspectiva trazer algum alento... seguimos em resistência festiva e acadêmica!

Como último ponto, destaco que esse texto traz alguns argumentos e dados da pesquisa desenvolvida no pós-doutorado em Estudos do Lazer/UFMG. E só pôde ser escrito graças aos inúmeros livros que tive acesso e a oportunidade de ler antes da tentativa do atual (des)governo torná-los artigo de luxo em um país que ainda, infelizmente, segue pouco letrado. Nessa escola sem samba, a bandeira que balança, brada: mais livros,

---

4 LIESA Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro. LIGASP Liga Independente das Escolas de Samba de São Paulo.

5 <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/07/20/acm-neto-fala-sobre-expectativa-de-carnaval-em-2021-talvez-no-comeco-de-julho.ghtml>

menos armas!<sup>6</sup>

## REFERÊNCIAS

COUTINHO, Eduardo Granja Os cronistas de Momo – Imprensa e Carnaval na Primeira República. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

DUVIGNAUD, J. Festas e civilizações. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

FALCÃO, D.; ISAYAMA, H. A festa ocupa a cidade! Cortejos de lutas e de festas no carnaval de Belo Horizonte/Brasil(2010 A 2019). In: RECHIA, S.(Org.) Lazer, Cultura e Território: Diálogos entre Brasil e Portugal. Editora UFPR 2020 (no prelo)

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. Escolas de samba: sujeitos celebrantes e objetos celebrados. Rio de Janeiro: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: [http://www0.rio.rj.gov.br/arquivo/pdf/memoria\\_carioca\\_pdf/samba.pdf](http://www0.rio.rj.gov.br/arquivo/pdf/memoria_carioca_pdf/samba.pdf) Acesso em: 18 ago 20.

FLORES, Moacyr. Do Entrudo ao Carnaval. Estudos Ibero-americano, v.XXII, n1, 149-161, junho, 1996.

IPHAN, 2016. <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3469/carnaval-brasileiro-e-caracterizado-por-bens-culturais-protetidos-pelo-iphan>

LIPOVETSKY, Gilles. A Felicidade Paradoxal: Ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo. Lisboa: Edições 70, 2007.

PEREZ, Léa F.; BELONE, Ana Paula L.; MARTINS, Marcos da C.; GOMES, Rafael B. Festas e viajantes em Minas Gerais no século XIX: compêndio de citações. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

PEREZ, L. F.; AMARAL, L.; MESQUITA, W. (Org.). Festa como perspectiva e em perspectiva. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

PEREZ, L.F. Um país que se conhece de outros carnavais. Boletim UFMG, Nº 1495 – Ano 31 11.08.2005. Disponível em: <https://www.ufmg.br/boletim/bol1495/oitava.shtml> Acesso em: 12 ago 20

TINHORÃO, José Ramos. Os sons dos negros no Brasil: cantos, danças, folguedos; origens. São Paulo: Art, 1988.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Viajantes em meio ao Império das festas. In: JANCSON, István; KANTOR, Íris (Org.). Festa: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa. São Paulo: Hucitec; Edusp; FAPESP; Imprensa Oficial, v.2 2001.

SCHWARCZ, L. O império das festas e as festas do império In: SCHWARCZ, L. As Barbas do Imperador. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

VISCARDI A. W., SOTTANI S. M., SILVA É.J. CARNAVAL: entre a contradição de classes e o produto midiático espetacular. Revista Estação Científica – Juiz de Fora, nº 09, janeiro – junho / 2013.

---

6 Alusão a tentativa de taxaço de livros, pela reforma tributária, colocada em discussão na Câmara de Deputados em abril de 2021. "O governo que isenta armas quer taxar livros?" Questiona a deputada federal Fernanda Melchionna. Fonte: Agência Câmara de Notícias. <https://www.camara.leg.br/noticias/750873-leitores-e-editores-criticam-taxacao-so-bre-livros-em-reforma-tributaria/>

# MULHERES NAS DIVERSÕES EM BARBACENA-MG NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Igor Maciel da Silva

Narrativas que investigam a participação das mulheres nas diversões no início do século XX ainda são pouco evidentes nos Estudos do Lazer. Neste texto será apresentado como se deu a presença das mulheres de Barbacena nos divertimentos daquele tempo.

Barbacena é um município de Minas Gerais com muitas histórias: cidade das rosas; cidade de conflitos políticos entre as famílias Andrada e Bias Fortes; berço de nascimento do aviador Santos Dumont; gênese da primeira indústria de laticínios de Minas; uma das opções para ser a capital do Estado; lugar de formação acadêmica da intelectual e anarcofeminista Maria Lacerda de Moura; laboratório das primeiras filmagens do italiano Paulo Benedetti; e, infelizmente, a cidade dos loucos. No final do século XIX e início do século XX, a região apresentou inúmeras mudanças que incluem a infraestrutura e a promoção de novos hábitos.

Enumeram-se de modo panorâmico os seguintes investimentos identificados em Barbacena: instalação de energia elétrica, implantação de abastecimento de água e distribuição da rede de esgoto, abertura de pequenas e grandes indústrias, calçamento de ruas, construção de edifícios inspirados na arquitetura francesa, reforma de praças e jardins, inauguração de praça de esporte, riques, velódromo, clubes recreativos, cinemas, campos de futebol e associações carnavalescas, entre outros lugares destinados a sociabilidade e diversão.

Aos homens barbacenenses foram possibilitadas inúmeras ocupações: comércio, indústria, política, docência e gestão de casas direcionadas ao entretenimento. Já as mulheres se dedicaram à docência e às demais atividades do espaço escolar; trabalhavam nas pequenas indústrias, lavouras, imprensa e escrita; e, de modo menos evidenciado, estiveram na direção de orquestras, no atendimento ao público nos negócios da família, na gestão de casa de diversão e na produção de documentários fílmicos.

Nas diversões barbacenenses, as mulheres se destacaram como: 1) Espectadoras na assistência de projeções fílmicas, apresentações artísticas, partidas de futebol, cavalhadas e corridas de cavalos. 2) Integrantes de espetáculos amadores de teatro, literatura e música, madrinhas de times de futebol, praticantes do atletismo, patinação, partidas dançantes, concursos de elegância feminina e *footing*. 3) Organizadoras de festejos religiosos, beneficentes, cívicos, escolares, carnavalescos e de bailes dançantes.

Na forma de espectadoras foi percebida a presença de mulheres de distintas

classes nos espetáculos. A respeito das organizadoras e integrantes dos eventos, destaca-se que nessas posições estavam as filhas das famílias mais abastadas e as professoras normalistas promovendo festejos dançantes, beneficentes, educacionais e religiosos, e do mesmo modo, integraram as apresentações artísticas nos palcos e nos salões da cidade. A professora Maria Lacerda de Moura é um exemplo de normalista que se dedicou à promoção de entretenimento em Barbacena.

Maria Lacerda de Moura (1887-1945), residente na cidade até os 34 anos – quando se mudou para São Paulo –, se destacou com a publicação de livros sobre assuntos educacionais e proferiu palestras que envolveram esse tema e também pautas trabalhistas. De normalista barbacenense, é conhecida nacionalmente e internacionalmente como uma das principais mulheres que lutaram por direitos de emancipação de seu sexo. Inúmeros estudos escreveram sobre a sua trajetória anarcofeminista desenvolvida principalmente em São Paulo e das atividades em outros países, como na Argentina. Em Barbacena, além da docência, a senhora Moura organizou conferências e festejos em espaços mistos da cidade (para homens e mulheres) e em outros que eram considerados masculinos, como na *Liga dos Homens do Trabalho*. Também esteve como a única mulher na composição de grupos que combateram o analfabetismo no município.

Conclui-se que as mulheres tiveram diferentes e importantes formas de participação nas diversões em Barbacena no início do século XX. Destaca-se que ser professora não significava uma profissão de ascensão social naquele contexto, entretanto tal atividade permitiu a circulação das normalistas em distintos espaços da sociedade estudada, os quais as mulheres de classes sociais menos favorecidas ou as de outras profissões pareciam não conseguir usufruir para além do modo de espectadora. O exemplo de Maria Lacerda de Moura é apenas um entre tantas outras normalistas de Barbacena que merecem visibilidade. Portanto, a docência foi uma profissão de prestígio social, tanto pelo maior acesso à informação em um momento em que se aconselhava ao sexo feminino a posição de donas de casa, quanto pelo trânsito que tal profissão permitiu às envolvidas. Ação que hoje pode ser lida como emancipação, ou seja, a docência e a diversão pareceram ser uma ótima combinação para as mulheres sobrepujarem barreiras sociais.

## REFERÊNCIAS

LEITE, M. L. M. *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo, Ática, 1984, 171 p.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

SAVASSI, A. J. *Barbacena 200 anos*. Belo Horizonte: Editora Lemi S.A., 1991, v.1, 287 p.

SILVA, I. M. *O mais completo dos Sports Espirituaes: o cinema silencioso em Barbacena (Minas Gerais, 1914-1931)*. 2021. 172 f. Tese (doutorado) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

SILVA, I. M. *Divertimento é emancipação: a participação de Maria Lacerda de Moura nas festas de Barbacena (MG) até a década de 1920*. **Licere**, Belo Horizonte, v. 24, n. 3, 2021, p. 204-226.

SILVA, I. M. *Elas se divertem (Barbacena – MG, 1914 a 1931)*. 2018. 136 f. Dissertação (mestrado) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

# ALGUMAS NOTAS PARA SE PENSAR O CINEMA COMO FONTE DE PESQUISA HISTÓRICA NOS ESTUDOS DO LAZER

Romilda Aparecida Lopes

Pensar o tempo de lazer e as experiências vivenciadas nele durante o século 20 é considerar os impactos advindos do avanço da industrialização, da urbanização e da nova reorganização das leis trabalhistas que propiciaram outras configurações possíveis na forma de ocupação do tempo livre. Assim, a busca por experiências cada vez mais inovadoras e modernas se tornaria a tônica do cotidiano das pessoas nesse período. É diante desse contexto que os meios de comunicação foram, paulatinamente, sendo incorporados às práticas de lazer e ao cotidiano das pessoas. Para além da frequência nos espaços de exibição fílmica, as próprias práticas de diversão eram a tônica das películas fílmicas.

Em especial, tem-se o cinema, símbolo da modernidade, que esteve ao lado de símbolos importantes desse período, como o uso de automóveis, a iluminação pública, o transporte por bondes, representando a força da industrialização e dos avanços científicos. As próprias experiências de lazer já consagradas nos séculos 18 e 19, como o teatro, as apresentações circenses, os espetáculos de rua e as festas populares, passam a incorporar as exibições fílmicas via cinematógrafos, já no início do século 20. As exibições eram curtas, mas, para muitos, representavam a magia e o avanço civilizatório, ganhando, assim, o gosto do público.

Seria o cinema uma fonte histórica “confiável” para a produção científica? A produção de saberes tendo como base o cinema e, principalmente, os estudos históricos até bem pouco tempo estava circunscrita ao universo daqueles que dominavam o fazer fotográfico e/ou cinematográfico<sup>1</sup>. Dessa maneira, a informação, a pesquisa e a geração de conhecimento estavam muito mais ligadas aos processos de aprimoramento da feitura de roteiros, das gravações das cenas, das pesquisas ligadas ao público receptor e a métodos mais eficientes de distribuição e exibição do que propriamente às abordagens em torno da produção científica acadêmica. Assim, no decorrer do século 20, o filme passou por um processo de intensas transformações tecnológicas e estéticas, permitindo que esse produto passasse a ser questionado e percebido por estudiosos para além dos pressupostos de sua concepção e de sua comercialização.

Abro um parênteses nessa discussão para frisar que, sendo o Cinema algo

---

1 Vestígios dessa discussão podem ser aprofundados nos estudos de: Bernadet (1984); Ferro (1992); Kornis (1992). No que concerne à produção historiográfica do cinema no Brasil, podemos perceber os esforços empreendidos por Jean Claude Bernadet nas obras *Cinema Brasileiro: Propostas para uma história*, de 1979, e, sobretudo, *Historiografia Clássica do Cinema Brasileiro*, de 1995.

relativamente recente na história, o seu uso pela Historiografia também é recente. Além disso, até bem pouco tempo, a historiografia se dedicava ao uso de fontes documentais ou textuais. Ademais, autores que se debruçam sobre os estudos que relacionam história e cinema, como Rossini (1999), revelavam existir por parte de alguns grupos de pesquisadores certo negacionismo acerca do uso de fontes fílmicas como fontes de estudos históricos.

A influência desses grupos de resistência contribuiu e ainda contribui, de alguma maneira, para o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas em diferentes áreas do conhecimento com pressupostos pejorativos em torno do debate do cinema, que, necessitam ser superados, ainda mais quando esses estudos se aliam ao lazer. Pressupostos esses que se assentam, resumidamente, nas seguintes bases: i) a dualidade entre a existência de um conhecimento assentado na razão, e outro perpassado pela sensibilidade e simbologia típica das linguagens não verbais; ii) o entendimento do cinema enquanto diversão popular e fantasiosa; iii) a concepção de tempo livre como subproduto do trabalho; iv) o próprio entendimento de cultura de massa e de indústria cultural como sinônimos de alienação; e, por fim, v) a própria complexidade da imagem cinematográfica, que se assenta num emaranhado de relações e elementos de naturezas distintas.

Não posso deixar de destacar que, apesar dos desafios anteriormente apontados, durante a primeira metade do século 20, iniciou-se um processo de expansão das concepções de fonte histórica, uma vez que os olhares se abriram para abarcar as fontes iconográficas, as fontes da cultura material, a história oral e outras tantas novas possibilidades de materiais para serem trabalhados pelos historiadores.

Marcos Napolitano (2011), defende um estudo que envolva o cinema como fonte histórica e que deve confrontar impressão e testemunho, preocupação estética e registro documental. O autor acrescenta que é fundamental que seja feita a articulação entre a linguagem técnica e a estética capazes de revelar as representações da realidade contidas nos documentos audiovisuais. Além disso, assim como Rosenfeld (2001), considero que as análises fílmicas também devam abarcar o contexto concernente à indústria do entretenimento, bem como o cenário das políticas públicas em torno da produção, da exibição e da distribuição dos filmes.

Ao examinar a relação entre cinema e história nas obras de Marc Ferro, Morettin (2003, p. 39) discorre sobre o processo da análise fílmica ao citar Leutrat (1995, p. 32), concluindo que:

Para que possamos recuperar o significado de uma obra cinematográfica, as questões que presidem o seu exame devem emergir de sua própria análise. A indicação do que é relevante para a resposta de nossas questões em relação ao chamado contexto somente pode ser alcançado depois de feito o caminho acima citado, o que significa aceitar todo e qualquer detalhe. O relevante ou irrelevante não é um dado que a *priori* podemos estabelecer na análise fílmica a partir de nossos conhecimentos anteriores. Com esse movimento, evitamos o emprego da história como pano de fundo, na medida em que o filme não está a iluminar a bibliografia selecionada, ao mesmo tempo em que



não isolamos a obra de seu contexto, pois partimos das perguntas postas pela obra para interrogá-lo.

Assim, para a realização de tal tarefa, é necessário decompor um filme em vários sentidos, uma vez que este guarda ambivalências e polissemias. Diante disso, faz-se premente examinar não apenas a sua contribuição à história, mas também, antes, trata-se de desvendar os projetos ideológicos com os quais a obra dialoga e, necessariamente, trava contato, sem perder de vista sua singularidade dentro de seu contexto. Isso porque, mesmo havendo essa intencionalidade, as imagens não são neutras, afinal de contas, elas também narram os fatos. Nesse ínterim, Bernardet (1984, p. 37), ao discorrer sobre as seleções e as escolhas presentes em filmes de ficção e de não ficção, afirma que:

A linguagem cinematográfica é uma sucessão de seleções, de escolhas: escolha-se filmar o ator de perto ou de longe, em movimento ou não, deste ou daquele ângulo; na montagem descarta-se determinados planos, outros são escolhidos e colocados numa determinada ordem. Portanto, um processo de manipulação que vale não só para a ficção como também para o documentário, e que torna ingênua qualquer interpretação do cinema como reprodução do real.

Dessa maneira, o conjunto fílmico (roteiros, imagens, sons e letreiros) é manejado, não sendo, portanto, a realidade em si mesma. Antes, é uma leitura dela. Portanto, a intrínseca e complexa relação entre o cinema e a história tem revelado a possibilidade de compreender o cinema como um lugar de memória, favorecendo a reflexão em torno dos comportamentos, costumes e cotidianos capazes de traduzir tempos e espaços situados. Dessa maneira, em uma película fílmica, a consciência da ruptura com o passado se confunde com o desejo por uma memória valorizada, isto é, o passado ou a história por trás das produções não só refletem os discursos elaborados por seu produtor como a elas são agregadas outras histórias possíveis, criadas e imaginadas por seus espectadores e, sobretudo, por quem as lê e analisa em pesquisas científicas.

Concluo que o uso de fontes imagéticas para os estudos históricos sobre o lazer/diversão permite problematizar certas visões generalizantes que às vezes aparecem na bibliografia ou nas fontes impressas, sem que estejam acompanhadas de dados que as sustentem. Ao aliarem sons e imagens em movimento, as fontes fílmicas se tornam mediadoras capazes de criar representações, mesmo que tenham sido concebidas a partir do princípio da verossimilhança em relação a personagens, territórios, fatos históricos e/ou situações cotidianas. Nesse sentido, elas integram ao discurso verbal as dimensões da visualidade e da oralidade, podendo ser consideradas práticas culturais que, inseridas na vida cotidiana, podem veicular, ao mesmo tempo, normas desviantes e dominantes na medida em que proporcionam acesso ao imaginário e desvendam segredos, desvelando os lapsos de uma coletividade. Desse modo, o cinema pode servir como prática contra as ordens dominantes preestabelecidas na sociedade e trazer à tona a inutilidade de determinados poderes/saberes, em especial, quando consideramos o lazer.

## REFERÊNCIAS

BERNARDET, Jean-Claude. *Historiografia clássica do cinema brasileiro: metodologia e pedagogia*. São Paulo: Annablume, 1995.

BERNARDET, Jean-Claude. *O que é cinema?* 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BERNARDET, Jean-Claude. *Cinema brasileiro: propostas para uma história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FERRO, Marc. O filme: uma contra-análise da sociedade? In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.). *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 79-115.

KORNIS, Mônica Almeida. História e Cinema: um debate metodológico. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 237-250, 1992.

LEUTRAT, Jean Louis. Uma relação de diversos andares: cinema & história. *Imagens: Cinema 100 anos*, n. 5, p. 28-33, ago./dez. 1995.

MORETTIN, Eduardo Victório. O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro. *História: Questões e Debates*, Curitiba, v. 38, n. 1, p. 11-42, 2003. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/2713>. Acesso em: 3 fev. 2019.

NAPOLITANO, Marcos. A história depois do papel. In: NAPOLITANO, Marcos. (Org.). *Fontes históricas*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

ROSENFELD, Anatol. *Cinema arte e indústria*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

ROSSINI, Miriam de Souza. *As marcas do passado*. O filme histórico como efeito de real. 1999. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, IFCH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

Em diversas regiões do Brasil, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, são identificadas novas experiências de trabalho, ocupação, relações e trânsito de pessoas no espaço urbano. As mulheres de diferentes lugares e posições sociais passaram a estar mais à vista da sociedade, em atividades que iam além do cuidado com o matrimônio, pois ocupavam-se também com os negócios de família, docência, operariado, literatura, jornalismo, música, canto, dança, pintura e teatro.

A partir desse ponto de partida, este ensaio apresenta algumas experiências de mulheres nas diversões nas três primeiras décadas dos anos 1900, especialmente na região Sudeste do Brasil, na intenção de situar a diversidade de lugares e funções ocupadas por elas, para continuamente combater silenciamentos e predominâncias de investigações científicas sobre e para homens nos Estudos do Lazer.

Naqueles anos, muitas práticas de entretenimento foram permitidas ao sexo masculino sem restrições pré-estabelecidas. Já com as mulheres, por repetidas vezes, identificamos o contrário: diversões que eram entendidas como comprometedoras do ideário de um modo feminino de ser e viver estiveram na pauta de normativas que as impediam, por exemplo, de jogar futebol, de se envolver com artes marciais, de integrar entretenimentos pagos e de dançar os ritmos modernos – especialmente os de descendência latina-americana. Em contrapartida, elas eram aconselhadas, sem esgotar a lista, a frequentarem os cursos de piano, canto, língua francesa, corte e costura; às compras; aos chás e cafés; à prática de alguns métodos ginásticos e da natação; ao teatro amador; a organização de eventos caritativos; à ida aos cinemas, piqueniques e termas; e a participação na paquera, desde que diante dos olhos urbanos, no *flirt* e no *footing*.

No caso das atividades aquáticas, especialmente a natação, em Uberlândia-MG essa foi uma prática vivenciada com horário marcado só para as mulheres. Isso acontecia para que o sexo oposto não as vissem com roupas de banho nas águas do clube da elite da região, o *Praia Clube*. Caso contrário, a falta de pudor estaria instaurada na cidade. Já outras vezes ocorria em público, como no rio Tietê, em São Paulo-SP, onde a atleta Maria Lenk aprendeu as primeiras braçadas.

Já o cinema, considerado uma das principais diversões modernas do início século XX, somando imagem, desejo e consumo, contou com a participação das mulheres de diferentes formas, nos grandes centros urbanos e nos interiores. Já foi identificado que nos cinemas elas foram assistentes das projeções, garçonetes, atendentes, integrantes do *footing* nas entradas, desempenharam papéis de atrizes e constituíram equipes de

trabalho de gravações de documentários silenciosos, produzidos em São Paulo-SP e em Barbacena-MG, por exemplo.

Naquele contexto em que o espaço urbano se feminilizava, o cinema incentivou cada vez mais a presença das mulheres nas projeções filmicas por meio de descontos no valor dos ingressos das programações cotidianas, e na oferta de sessões gratuitas, por vezes intituladas de *Sessão das Moças*, *Sessão Chic*, *Sessão Chic Extraordinária* entre outros termos. Nessas sessões era comum a utilização de fitas com caráter moralizador para os costumes das cidadinas a fim de ditar as formas de vestir, relacionar, cuidar do lar etc. Acrescenta-se a isso que tais sessões foram identificadas no Sudeste, Nordeste e Sul do Brasil neste recorte temporal e em outros adiante. Isso conduz a interpretação de que houve um incentivo coletivo da participação das mulheres nos cinemas. Resta saber se foi um modelo de *marketing* inspirado no estrangeiro ou se foi algo que aconteceu por meio de ações isoladas que cooperaram coletivamente para um fim: promover o cinema e a frequência de mulheres nas salas de projeção.

Em outro sentido, jogar futebol as vistas da sociedade em muitos lugares não era permitido; em outros sim; nos demais talvez. Para as evoluções do escotismo cabe a mesma reflexão. Nessas diversões, quando as fontes não evidenciam a participação prática das mulheres não significa dizer que elas não estiveram nos espaços se entretendo de outras formas pois, no exemplo do futebol elas compareceram como torcedoras; foram rainhas e madrinhas de times, e já se sabe que em alguns lugares do Brasil desempenharam a prática de modos que foram interditos. Da presença das mulheres no escotismo, elas participaram da assistência, do posto de rainha dos grupos, e em Belo Horizonte no ano de 1927, foi identificada a organização de um clube de escotismo exclusivo para as meninas.

Fugindo dos aconselhamentos de um modo feminino de se divertir para o sexo considerado *belo* e *frágil*, muitas foram às diversões que compartilharam. A respeito das danças modernas como o tango, a fala de religiosos quiseram-nas instruir a partir de Decretos de repercussão internacional para não se envolverem com essa modalidade, pois era considerada libidinosa, pecaminosa e contrária ao casamento. Todavia, na prática, sabe-se que os bailes dançantes aconteceram entre a noite e o raiar do dia e eram ritmados com muitos tangos, maxixes e com o frenético *charleston*!

Outras diversões e sociabilidades as mulheres desempenharam no início do século XX, usando de figurino teatral, roupa de festa e maiô – o que certamente em alguns lugares não aconteceu, em outros sim e nos demais talvez. Também constam exemplos de mulheres que promoveram momentos vários de lazer, como os festivais didático-recreativos-caritativos, festas beneficentes, bailes de danças e exposições artísticas organizadas nos salões das Escolas Normais, nos *halls* de cineteatros e hotéis. Como exemplo de destaque nessa última atividade, cita-se a belo-horizontina Zina Aita (Belo Horizonte, 1900-Nápoles, 1967), a precursora do modernismo em Minas Gerais, e a primeira mulher a organizar uma mostra artística individual em Belo Horizonte no ano de 1920.

A fim de concluir, é necessário apresentar que as narrativas sobre mulheres nas diversões do início do século XX até o tempo presente, precisam ser continuamente destacadas. Deve-se incentivar a visibilidade de investigações que demonstram a integralidade de seus feitos e não somente os fragmentos. Nisso, uma afirmação é certa, e não podemos esquecer: as mulheres sempre se divertiram e a diversão é uma palavra feminina desde que existe.

## REFERÊNCIAS

- BONFIM, A. F. *Football Feminino entre festas esportivas, circos e campos suburbanos: uma história social do futebol praticado por mulheres da introdução à proibição (1915-1941)*. 2019. 217 f. Mestrado (História, Política e Bens Culturais), Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro, 2019.
- ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. *Zina Aita*. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa2.../zina-aita>. Acesso em: 06 de Set. 2020. *Verbetes da Enciclopédia*. ISBN: 978-85-7979-060-7.
- FONSECA, R. N. S. “Fazendo fita”: cinematógrafos, cotidiano e imaginário em Salvador, 1897-1930. Salvador: EDUFBA: Universidade Federal da Bahia, Centro de Estudos Baianos, 2002. 210p.
- GOELLNER, S. V. “As mulheres fortes são aquelas que fazem uma raça forte”: esporte, eugenia e nacionalismo no Brasil no início do século XX. *Recorde: Revista de História do Esporte*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2008, p. 1-28.
- NASCIMENTO, A. O. Educação e civismo: movimento escoteiro em Minas Gerais (1926-1930). *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, n. 7, 2004, p. 43-73.
- SCHVARZMAN, S. Ir ao cinema em São Paulo nos anos 20. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 25, n. 49, 2005, p. 153-174.
- SILVA, I. M. *O mais completo dos Sports Espirituaes: o cinema silencioso em Barbacena (Minas Gerais, 1914-1931)*. 2021. 172 f. Tese (doutorado) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.
- SILVA, I. M. Divertimento é emancipação: a participação de Maria Lacerda de Moura nas festas de Barbacena (MG) até a década de 1920. *Licere*, Belo Horizonte, v. 24, n. 3, 2021, p. 204-226.
- SILVA, I. M. Da participação das mulheres nas danças em Barbacena – MG (Cidade de Barbacena, 1915-1930). *Recorde: Revista de História do Esporte*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, 2020, p. 1-13.
- SILVA, I. M. Lindas, bonitas, gentis e graciosas nos divertimentos, práticas corporais e esportivas (Uberlândia e Uberaba – MG, 1918- 1943). *Vozes*, Pretérito & Devir, Piauí, ano IV, v. VII, n. 1, 2017, p. 9-27.
- SILVA, I. M.; ROSA, M. C. Da participação de mulheres no futebol em Barbacena/MG nas três primeiras décadas do século XX. *Licere*, Belo Horizonte, 2020, p. 114-142.

SILVA, I. M.; SOUTTO MAYOR, S. T. As mulheres de Barbacena (MG) e as Sessões Chiques de cinema (anos de 1926 e 1927). *Motrivivência*, Santa Catarina, v. 32, n. 63, 2020, p. 1-22.

VIEIRA, A. S. Sessão das moças: história, cinema e educação. *Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*. In: ANAIS..., Florianópolis, 23 a 26 de agosto de 2010, p. 1-8.

**ALÁDIA CRISTINA RODRIGUES MEDINA** - Doutora em Estudos do Lazer na Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre em Educação pela Universidade de Itaúna. Especialista em Lazer Recreação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Possui Licenciatura plena em Educação Física pela Universidade Federal de Minas Gerais (1996). Membro do GESPEL - Grupo de Estudos de Sociologia, Pedagogia do Esporte e do Lazer da UFMG. Membro do ORICOLÉ - Grupo de estudos sobre Formação e Atuação profissional em Lazer da UFMG. Membro do Grupo CIRANDA - Laboratório de Lazer, Infância e Cidade da UEMG. Membro do EDUDANÇA - Grupo de Pesquisa em Dança da Escola de Ed Física Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG. Atualmente estou atuando como professora do curso de formação em Educação Física na Universidade Salgado de Oliveira-unidade BH e como Secretária Adjunta de Educação da Secretaria Municipal de Educação de Nova Lima-MG. Tenho experiência como tutora de cursos em Educação a Distância do Programa Esporte e Lazer da Cidade/Vida Saudável, do Ministério do Esporte. Experiência na área de Educação, Educação Física escolar, Currículo, ministrando disciplinas no curso de Educação Física: supervisão e orientação de Estágio Supervisionado, Educação Física, Teorias Pedagógicas e Construção curricular, Práticas Pedagógicas de formação, Lazer , Jogos e Brincadeiras, Ritmo e Dança, Metodologia Científica, Atividades Aquáticas.

**ANA CLÁUDIA PORFÍRIO COUTO** - Licenciada em Educação Física pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1991). Mestrado em Educação Física pela Universidade Federal de Minas Gerais (1998). Doutorado em Ciência do Desporto pela Universidade do Porto (2006). Pós-Doutorado em Sociologia do Esporte e Lazer na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia (Bolsista CAPES) (2015). É professora Associada IV na Escola de Educação Física Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais. Professora credenciada no Programa de Pós graduação de Mestrado e Doutorado Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Escola de Educação Física Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG. Líder e pesquisadora do Grupo de Estudos em Sociologia do Esporte e Lazer (GESPEL) EEEFTO -UFMG. Foi Tutora da Ativa Jr. - empresa Junior da EEEFTO-UFMG. Membro do Grupo de trabalho 13 - Sociologia do Lazer da Associação Internacional de Sociologia (RC 13 - ISA). Sócia fundadora da ANPEL. Coordenadora do Centro MG da Rede Cedes. Membro titular no Conselho Universitário da UFMG. Foi membro titular no conselho diretor do Centro Esportivo Universitário (CEU) - UFMG. Atual Vice- Diretora do Centro Esportivo Universitário (CEU) da UFMG. Tem experiência na área de Educação Física, com ênfase em Sociologia do Esporte e Lazer, atuando principalmente nos seguintes temas: Lazer e juventude; Sociedade e Lazer; Bullying e Juventude. Políticas públicas, programas e projetos sociais para a juventude. Os últimos estudos tiveram como foco a influência do esporte e do lazer na formação humana de jovens, aspectos sociais e sustentáveis do Esporte e do Lazer . Mãe do Bruno Couto e da Flávia Couto.

**BRUNO OCELLI UNGHERI** - Graduado em Educação Física pelo Centro Universitário de Belo Horizonte (UniBH), especialista em Políticas Públicas pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (FAFICH / UFMG), mestre e doutor em Estudos do Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor da Escola de Educação Física da Universidade Federal de Ouro Preto, líder do LAGEP (Laboratório Lazer, Gestão e Política) e do GEPOPS (Grupo de Pesquisa em Gestão, Política Pública e Sociedade). Membro do ORICOLÉ (Laboratório sobre formação e intervenção profissional em lazer) e da ANPEL (Associação Brasileira de Pesquisa e Pós Graduação em Estudos do Lazer).

**CATHIA ALVES** - Mulher “num entre lugar”. Pós-doutorado em Estudos Culturais (USP/EACH 2022). Doutora em Estudos do Lazer (UFMG - 2017); Mestre em Educação Física (UNIMEP - 2007); e Licenciada e Bacharel em Educação Física (UNIMEP - 2004). Fez estágio de doutoramento sanduíche na Universidade de Aveiro (UA - 2016/Portugal). Atualmente é Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) campus Salto; ministra aulas no Ensino Médio Integrado e na Pós-graduação. Faz parte do Laboratório de Pesquisa sobre Formação e Atuação Profissional em Lazer (ORICOLE -UFMG); do Grupo Multidisciplinar de Estudos de Linguagens e Manifestações Culturais (LIMC -IFSP). É investigadora colaboradora do Centro de Línguas, literaturas e cultura da Universidade de Aveiro (CLLC - UA/AVEIRO/PORTUGAL). Está como editora associada da Revista Licere, investigadora associada da Rede OTIUM e integra o Interfaces da Universidade de São Paulo (USP/EACH). Tem experiência na área de Educação Física e Lazer, com ênfase principalmente nos seguintes temas: Políticas Públicas de lazer, Formação e Atuação no lazer, Educação Física escolar no Ensino Médio, Gênero e Diversidade, Estudos Culturais e práticas extensionistas. Voluntária do Conselho da Mulher em Salto/SP. #MariellePresente#.

**CHRISTIANNE SALUM MACHADO** - Mestre em Ciências do Esporte pela Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (EEFFTO) da Universidade Federal de Minas Gerais. Especialista em Musculação pela EEFFTO da UFMG (2008). Possui graduação em Educação Física (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade Federal de Minas Gerais (2003). Participou do Laboratório de Psicologia do Esporte (LAPES) do CENESP/ INDESP da UFMG de agosto de 2001 a dezembro de 2011. Tem experiência como docente no ensino superior desde 2011. Já atuou na área de ginástica de academia, musculação, natação, hidroginástica e recreação. Coordenou o curso de Educação Física da Faculdade Pitágoras de Belo Horizonte de julho de 2018 a dezembro de 2019, unidade Cidade Acadêmica. Foi conselheira da Secretaria Municipal de Esportes. Participa do GESPEL (Grupo de Estudos em Sociologia e Pedagogia do Esporte e Lazer) na UFMG. Atualmente, é professora assistente da Faculdade Pitágoras e Personal Trainer. Leciona as seguintes disciplinas: Fundamentos do Movimento Humano, Psicologia do Esporte, Metodologia do Ensino da Natação, Atividades Físicas em Academias, Atividades Alternativas e Meio Ambiente, Jogos, Brinquedos e



Brincadeiras, Atividade Física e Envelhecimento.

**KARINE BARBOSA DE OLIVEIRA** - Possui Doutorado em Estudos do Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais (2022, mestrado em Estudos do Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais (2016); licenciatura em Educação Física pela Universidade Federal de Minas Gerais (2014), bacharelado em Educação Física pela Universidade Federal de Minas Gerais (2011). Faz parte do grupo de pesquisa GESPEL - UFMG. Tem experiência na área de Educação Física, com ênfase em Educação Física, atuando principalmente nos seguintes temas: lazer, corrida de rua, colônia de férias, educação física e assessorias.

**CLÁUDIA REGINA BONALUME** - Doutora em Estudos do Lazer pela UFMG, Mestre em Educação Física pela UNB, possui graduação em Licenciatura Plena em Educação Física, pela Universidade de Caxias do Sul (1990) e especialização em Educação do Movimento, pela mesma Universidade. É membro do grupo de pesquisa Oricolé ? Laboratório sobre Formação e Atuação Profissional em Lazer, da UFMG. Na atuação profissional foi Diretora de Cooperação Internacional da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Atuei, também, como Diretora de Logística da Presidência da República, Secretária Executiva Adjunta no Ministério do Desenvolvimento Agrário, onde fui, ainda, Diretora de Ações de Desenvolvimento Territorial. Anteriormente trabalhei no Ministério do Esporte, como coordenadora geral, diretora do Departamento de Políticas Sociais, membro suplente do Conselho Nacional do Esporte e Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer. Antes disso fui Secretária Municipal de Esporte e Lazer da Prefeitura de Caxias do Sul/RS e professora das redes municipal, estadual e particular de ensino.

**CLEBER AUGUSTO GONÇALVES DIAS** - Graduado em Educação Física (Universidade Castelo Branco), Mestre em História Comparada (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e Doutor em Educação Física (Universidade Estadual de Campinas). É professor da Universidade Federal de Minas Gerais, onde leciona nos cursos de graduação em Educação Física, Terapia Ocupacional e Turismo. Leciona também no curso de pós-graduação interdisciplinar em Estudos do Lazer e coordena o Grupo de Pesquisa em História do Lazer (Hisla), dedicado a estudos sobre a história do lazer e sobre a formação de mercados de entretenimento e consumo cultural. Foi diretor da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Lazer (2014-2016), editor chefe da Revista Pensar a Prática (2009-2013) e editor associado da Revista Recorde (2010-2020). É autor ou organizador de mais de 10 livros, além de mais de 70 artigos em periódicos acadêmicos nacionais ou internacionais. Dentre seus trabalhos, encontram-se os livros ?Esportes nos confins da civilização: Goiás e Mato Grosso, c. 1866-1936? (Editora 7 letras, 2018), ?Epopéias em dias de prazer: uma história do lazer na natureza, 1779-1838? (Editora da UFG, 2013) e ?Em favor do cotidiano: lazer e políticas culturais em Goiânia? (Editora da PUC-GO, 2011).

**DANILO DA SILVA RAMOS** - Secretário do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer / PPGIEL da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional / EEFFTO da Universidade Federal de Minas Gerais / UFMG desde 2017. Doutorando e Mestre em Estudos do Lazer pelo PPGIEL. Concluiu o ensino médio no Colégio Estadual Américo Pimenta (2006). Possui graduação em Licenciatura em História pelo Centro Universitário Geraldo di Biase - UGB (2011), Membro dos Grupos de Pesquisa: Grupo de Estudos sobre Futebol e Torcidas (GEFuT), Grupo de Pesquisa em História do Lazer (HISLA), atualmente é vice-líder do grupo e Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Raça/Etnia e Sexualidade (NEPGRES).

**DENISE FALCÃO** - Pós-doutora em Estudo do Lazer(UFMG/2020). Doutora em Estudos do Lazer (UFMG/2017)com doutorado sanduíche na Universitat de Barcelona (UB 2015/2016 - Antropologia Social); Mestre em Estudos do Lazer ( UFMG/ 2013), possui pós-graduação lato sensu em Educação e Reeducação Psicomotora (UERJ / 1988) e graduação em Licenciatura plena em Educação Física (UFRRJ -1987) . Pesquisadora do grupo LUCE: Ludicidade, Cultura e Educação/ UFMG; Pesquisadora do GRECS (Grup de Recerca de Exclúsio i Control Social/ Universitat de Barcelona; Pesquisadora do grupo Oricolé Laboratório de pesquisa em formação e atuação de profissionais em lazer; Atua como professora adjunta I na EEUFOP (Escola de Educação Física) e no DETUR (Departamento de Turismo) da Universidade Federal de Ouro Preto . Atuou como Profª Adjunto I de Pós-graduação em Ensino da Educação Física -PUC/MG. Profª Convidada orientadora de pós-graduação em psicopedagogia - FUMEC; Profª de Educação Física do Ensino Básico e Educação Infantil da rede particular de ensino com mais de 20 anos de experiência. Coordenou a Off Roads - Natureza e Desafios (empresa de atividades de aventura na natureza). Trabalha com formação de educadores e gestores tendo como foco de investigação e atuação profissional as áreas de Educação, Lazer, Turismo e Educação Física com ênfase em: lazer (formação e atuação), atividades de aventura na natureza, turismo, jogos e brincadeiras, educação física escolar e psicomotricidade. Desenvolve pesquisas no campo do lazer inter-relacionadas com as áreas de antropologia urbana, sociologia, políticas públicas entre outras.

**ELCIO LOUREIRO CORNELSEN** - Possui graduação em Letras Alemão e Português pela Universidade de São Paulo (1992), mestrado em Letras (Língua e Literatura Alemã, Língua e Literatura Portuguesa, e Literatura Brasileira) pela Universidade de São Paulo (1995), doutorado em Germanística - Freie Universität Berlin (1999), na Alemanha, pós-doutorado em Estudos Organizacionais pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP; concluído em jul. 2005), pós-doutorado em Teoria Literária pelo Instituto de Estudos da Linguagem, da Unicamp (IEL- Unicamp; concluído em fev. 2010), e pós-doutorado em História Comparada pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ (concluído em fev. 2018). É Professor Titular da Faculdade de Letras da UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais, credenciado junto ao Programa de Pós Graduação em Estudos

Literários. Além disso, é docente credenciado junto ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (EEFFTO/UFMG. Desde 2013). É membro do Grupo Integrado de Pesquisa Literatura e Autoritarismo (CAL/UFSM-RS) desde 2000, do Núcleo Walter Benjamin (FALE/UFMG), desde 2006, do Núcleo de Estudos sobre Literatura e Guerra (FALE/UFMG), desde 2009, do grupo de pesquisa Literatura Brasileira Contemporânea e sua Crítica (PUC-Rio), desde 2018, do grupo de pesquisa Retorno à Poética: imagologia, referencialização, genericidade (UERJ), desde 2018, e líder do FULIA - Núcleo de Estudos sobre Futebol, Linguagem e Artes (FALE/UFMG), fundado em 2010. Desde 1994, é membro da Internationale Alfred Döblin-Gesellschaft, sociedade literária que se dedica a estudos da vida e da obra do escritor alemão Alfred Döblin. Atuou como Presidente da Comissão de Ética da UFMG, de novembro de 2012 a fevereiro de 2015. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literatura Moderna Alemã, Literatura, História e Memória Cultural, e Literatura e outras Artes e Mídias, atuando principalmente nos seguintes âmbitos: teoria literária, literatura alemã, língua alemã, análise do discurso e cinema. Desde 2010, desenvolve atividades também no âmbito da relação entre futebol, linguagem, artes e cultura. É Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - nível 2 com o projeto Literatura e Futebol no Brasil: dos primórdios aos dias atuais.

**FERNANDA SANTOS DE ABREU** - Graduada em Educação Física Licenciatura pelo Centro Universitário de Sete Lagoas - UNIFEMM (2015). Especialista em Esportes e Atividades Físicas Inclusivas para Deficientes pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2018). Mestranda em Estudos do Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG. Participante do grupo de Pesquisa Oricolé - Laboratório de Pesquisa sobre Formação e Atuação Profissional em Lazer - UFMG. Atualmente é professora efetiva de Educação Física da Escola Estadual Doutor Olinto Sátyro Alvim (Sete Lagoas, MG). Tem experiência nas áreas de Educação Física e Educação Física Escolar.

**FLÁVIA DA CRUZ SANTOS** - Licenciada e Bacharel em Educação Física pela Universidade Federal de Minas Gerais; Mestre em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas, Doutora em Estudos do Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais. Atua como Professora Adjunta na Universidade Federal de Minas Gerais, na graduação e no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer como membro permanente. Seus temas de interesse são: Estudos do Lazer, História do Lazer, Políticas Públicas de Lazer e Esporte, História do Esporte, História da Educação Física e História da Educação. É pesquisadora do Sport: Laboratório de História do Esporte e do Lazer (UFRJ), e tutora do PET - Educação Física e Lazer (UFMG).

**IGOR MACIEL DA SILVA** - Natural de Belo Horizonte, doutor e mestre em Estudos do Lazer (UFMG), graduado em Educação Física (UEMG) e técnico em Análises Clínicas (FUNEC). Possui experiências no Ensino Superior com o ensino - na oferta das disciplinas de História da Educação Física, Sociologia do Esporte,

Pesquisa Qualitativa, Estudos Olímpicos e Pesquisa Social, Estudos do Lazer, Esportes Diversificados, Gestão Esportiva, Dança, Ginástica de academia. Soma-se a isso atividades de pesquisa, extensão e gestão. Outras experiências: 1. Práticas corporais de aventura na natureza; Escalada; Atividades Aquáticas. 2. Organização e monitoria em colônias de férias. 3. Oferta de palestras. 4. Parecerista em periódicos indexados. 5. Organização de eventos e exposições em órgãos públicos e privados. 6. Gestão pedagógica no Ensino EaD e semipresencial. 7. Coordenação de periódicos científicos e proposição de Dossiês. 8. Projetos sociais para crianças e adolescentes, envolvendo as modalidades futsal, voleibol, basquetebol e handebol. Têm publicações sobre mulheres no esporte, história das diversões, cinema, futebol, Memória, Estudos Olímpicos, Gênero, Danças, Festivais ginásticos, Didática, Métodos de Ensino e Práticas corporais de aventura na natureza. Também possui experiência com artes visuais e literatura, com participação em exposições coletivas de desenhos, atividades de capista e ilustrador de periódicos científicos. É autor de livros literários e autor em obras literárias coletivas a partir de seleção em concursos do tipo.

**JORDÂNIA DE OLIVERIA EUGÊNIO** - Doutoranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestra em Turismo pela Universidade Federal Fluminense (UFF), área de concentração: Turismo e Sociedade. Bacharela em Turismo e também em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Pesquisadora no grupo de pesquisa e intervenção MobLaTus (Mobilidades, Lazer e Turismo social) da Universidade Federal Fluminense. Possui interesse e pesquisas referente a Turismo Social, Lazer, Políticas Públicas de Turismo e Lazer. Atualmente se dedica a pesquisas referente ao lazer no cotidiano de mulheres que estão ou vivem em situação de rua.

**KEILA SOUZA PEREIRA OLIVEIRA** - Licenciada em Educação Física pela Universidade do Estado da Bahia - Campus XII. Mestranda em Estudos do Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Participa do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Raça/Etnia e Sexualidade - NEPGRES/IFMG. Faz parte da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as - ABPN. Pesquisa e atua no campo da Educação Física Escolar e do Lazer com enfoque nas questões étnico raciais e de gênero.

**MARCÍLIA DE SOUSA SILVA** - Pós-doutorado em Estudos do Lazer/UFMG; Mestrado e Especialização em Estudos do Lazer/UFMG. Licenciatura em Educação Física/UFMG; Pesquisadora e Vice Líder do Laboratório de Pesquisa sobre a Formação e Atuação Profissional em Lazer/EEFFTO-UFMG/ORICOLÉ. Pesquisadora associada ANPEL e CBCE. Supervisora do Projeto de Formação do Programa Esporte e Lazer da Cidade e Vida Saudável - PELC-VS/UFMG (2013-2019). Professora Adjunta DE da Universidade Federal de Viçosa - Campus Florestal. Coordenadora do curso de Licenciatura em Educação Física/UFV-CAF. Membro do grupo de pesquisa Estudos do Movimento - UFV/CAF e Grupo Lazer, Gestão e Política - LAGEP/UFOP. Experiência na Docência do Ensino Superior,

Educação Básica e na Gestão Pública. Áreas de Conhecimento: Lazer, Educação, Educação Física Escolar, Formação e Atuação Profissional, Escola em Tempo Integral, Políticas Públicas.

**MAURO LÚCIO MACIEL JÚNIOR** - Professor dos cursos de Educação Física - Licenciatura e Bacharelado - da Universidade do Estado de Minas Gerais, unidade Divinópolis (UEMG-Divinópolis). Sub Coordenador do Curso de Licenciatura em Educação Física da referida instituição. Doutorando em Estudos do Lazer, pela Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG - (2019 - 2023). Mestre em Estudos do Lazer, pela UFMG - (2019). Graduado em Educação Física, pela UFMG - (2017). Membro do Laboratório de Pesquisa sobre Formação e Atuação Profissional em Lazer (Oricolé), da UFMG; do Grupo de Estudos sobre Futebol e Torcidas (GEFuT), da UFMG; e do Grupo de Estudo e Pesquisa em Ciências Aplicadas ao Futebol (GEPCAF), da UFJF/GV.

**NAMUETCHA SILVA RICARDO** - Mestranda em Estudos do Lazer no PPGIEL - UFMG, bacharela em Turismo pela Universidade Federal de Minas Gerais (2019). Instrutora de Lutas na Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte e Federação de Taekwondo do Estado de Minas Gerais. Pesquisadora do GESPEL (Grupo de Estudos em Sociologia e Pedagogia do esporte e do lazer) e LUCE (Ludicidade Cultura e Educação). Atuou como professora da Secretaria de Educação de Minas Gerais. Tem interesse nas áreas de turismo esportivo, lazer, gestão do esporte e educação.

**PAOLA LUZIA GOMES PRUDENTE** - Professora do Departamento de Ciências do Movimento Humano da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Professora do Colégio Santo Agostinho. Doutora em Estudos do Lazer pela UFMG (2020), Mestre em Educação pela Universidade de Itaúna (2009). Pós-graduada em Dança e consciência Corporal pela Universidade Estácio de Sá (2017) e em Treinamento Esportivo pela Universidade de Itaúna (2003). Possui graduação em Educação Física pela Universidade de Itaúna - Licenciatura e Bacharelado (2002). Presidente do núcleo docente estruturante do curso de Educação Física da UEMG. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas EDUDANÇA. Membro do Grupo de Pesquisa Ciranda. Membro do grupo de Pesquisa LEPEC. Tem vasta experiência na área de Educação Física, com ênfase nas temáticas de Cultura Digital, Dança, Ginástica e Lazer.

**RAFAEL FORTES SOARES** - Professor na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e no corpo permanente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Editor responsável por *Recorde: Revista de História do Esporte*.

**RODRIGO LAGE PEREIRA SILVA** - Graduado em Educação Física (Universidade Federal de Minas Gerais), Mestre E Doutor em Estudos do Lazer (Universidade Federal de Minas Gerais). Tem motivação pela pesquisa, estudos e vida acadêmica, mostrando interesse pelas seguinte temáticas: Lazer, Interação por meio de jogos,


Metodologia de Pesquisa, Infância e Juventude, Educação, Ambientes Virtuais, Sustentabilidade, entre outras. Sabe trabalhar em equipe, de forma responsável e comprometida para atingir metas e objetivos traçados. Na área da Educação Física tem experiência com manejo e desenvolvimento de aulas (no ensino infantil, fundamental e superior) e com organização e execução de colônia de férias. Tendo o foco voltado para a metodologia de pesquisa, paralelamente é membro do Grupo de pesquisa e estudos LUCE- Ludicidade, Cultura e Educação (CNPq/UFMG).


**ROMILDA APARECIDA LOPES** - Professora Substituta do Departamento de Turismo da Universidade de Juiz de Fora. Doutora em Estudos do Lazer pela UFMG. Mestre em Estudos do Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais. Bacharel em Turismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF (2011). Co-líder do Grupo de trabalho e pesquisa em Educação e lazer - DELAZ; Cursando Pedagogia e atua como Educadora social em projetos sociais com o oferecimento de oficinas de arte e educação no contra turno escolar. Além disso, atua como brinquedista na Brinquedoteca da Associação Herculano Pires, direcionada à crianças de 03 a 06 anos. Atualmente realiza pesquisas relacionadas aos estudos concernentes ao lazer, educação, infância, patrimônio e cinema.

**TACIANA SOARES DE OLIVEIRA** -Graduada em Educação Física pelo Centro Universitário de Belo Horizonte (2008). MBA em Gestão Estratégica de Esportes pela Fundação Getúlio Vargas (2015). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais, estudando a linha de pesquisa Formação, Atuação e Políticas do Lazer. Integrante do Grupo de Estudos em Sociologia e Pedagogia do Esporte e do Lazer - GESPEL./UFMG. Atualmente é Gerente de Esportes do Pampulha late Clube. Tem experiência na área de Educação Física, com ênfase na perspectiva interdisciplinar, atuando principalmente na Gestão do Esporte e do Lazer.



# BELA - BLOG ESTUDOS DO LAZER COLETÂNEA DE TEXTOS (2020-2021)

-  [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)
-  [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

An abstract painting featuring stylized faces and figures in vibrant colors like red, blue, yellow, and green. The style is expressive and modern, with bold outlines and a rich, textured background.

# BELA - BLOG ESTUDOS DO LAZER COLETÂNEA DE TEXTOS (2020-2021)

-  [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)
-  [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)